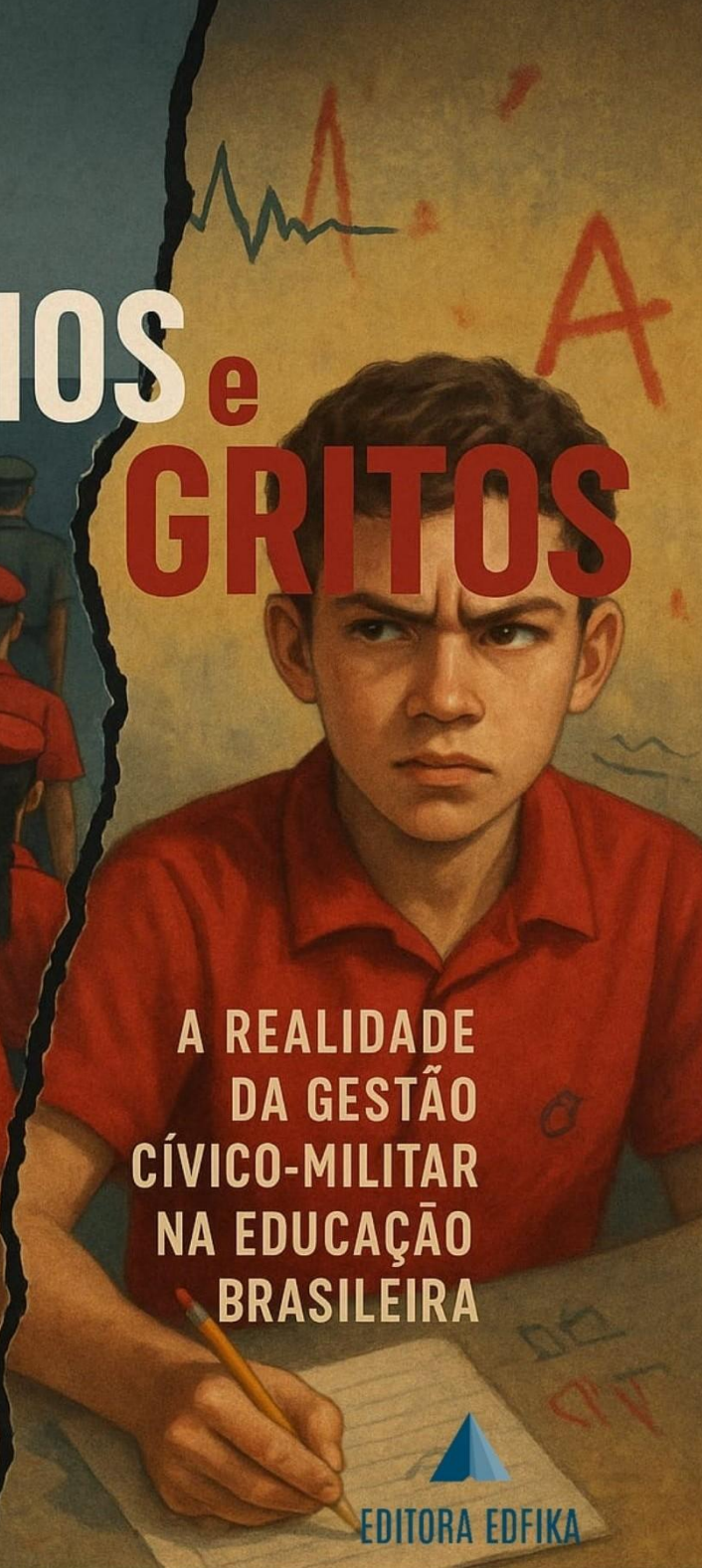




SILÊNCIOS ^e GRITOS



A REALIDADE
DA GESTÃO
CÍVICO-MILITAR
NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA


EDITORA EDIFIKA

AMARILDO SILVEIRA PEREIRA

A presente obra intitulada **SILÊNCIOS e GRITOS** - A realidade da gestão cívico-militar na educação brasileira, que surgiu a partir da dissertação: “satisfação de professores e estudantes do 9º ano do colégio militar 2 de julho – unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar” foi estruturada e embasada na seguinte situação problema: qual o nível de satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques frente ao modelo de gestão compartilhada civil-militar, segundo o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)? A justificativa para esta pesquisa reside na importância de compreender os efeitos desse modelo de gestão na vivência educacional dos envolvidos, bem como propor alternativas para melhorar a gestão escolar e a satisfação de professores e alunos.

APOIO:



AMARILDO SILVEIRA PEREIRA

SILÊNCIOS e GRITOS

**A REALIDADE DA GESTÃO CÍVICO-MILITAR
NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**



EDITORA EDFIKA

© COPYRIGHT 2025 BY AMARILDO SILVEIRA PEREIRA.

Edição: José Edson C. Silva.

Diagramação: J. E. C. S.

Capa: Arquivo do autor.

Revisão textual: Amarildo Silveira Pereira.



Esta obra é licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution-ShareAlike4.0 Brasil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436s

PEREIRA, Amarildo Silveira. *SILÊNCIOS e GRITOS: A REALIDADE DA GESTÃO CÍVICO-MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA* - 1ª Edição / Amarildo Silveira Pereira – Arapiraca / Alagoas: Editora Edfika, 2025.

192 p. In 16x23 cm.

ISBN: 978-65-85231-45-9 (*LIVRO DIGITAL*)

1. Educação 2. Gestão 3. Cívico 4. Militar 5. Silêncios 6. Gritos I. Título
II. Autor.

CDD 373.243

<https://cuttersonline.com.br/registro/1f056604-66d1-6228-a9a2-f665d5aad3e>

Índices para catálogo sistemático:

373.243 – Escolas militares.

SILÊNCIOS E GRITOS

**A REALIDADE DA GESTÃO CÍVICO-MILITAR
NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**



COMITÊ EDITORIAL

Dr. Elias Rocha Gonçalves

SEEDUC / Rio de Janeiro - RJ

Me. Maria Fabiana Brito Santos

SEMED / Recife – Pernambuco

Dr^a. Elizabete Amorim de Almeida Melo

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Dr. Jenivaldo Lisboa de Araújo

SEDUC / AL – Escola Estadual Muniz Falcão

Me. Luis Carlos Soares da Silva

Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL

APRESENTAÇÃO

A presente obra intitulada *SILÊNCIOS e GRITOS - A realidade da gestão cívico-militar na educação brasileira*, que surgiu a partir da dissertação: “satisfação de professores e estudantes do 9º ano do colégio militar 2 de julho – unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar” foi estruturada e embasada na seguinte situação problema: qual o nível de satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques frente ao modelo de gestão compartilhada civil-militar, segundo o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)? A justificativa para esta pesquisa reside na importância de compreender os efeitos desse modelo de gestão na vivência educacional dos envolvidos, bem como propor alternativas para melhorar a gestão escolar e a satisfação de professores e alunos. O objetivo geral e os específicos buscam dar respostas à problemática abordada. Assim, o objetivo geral é: analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada cívico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. Já os objetivos específicos são: identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes; avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes; definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar. Para a realização desta pesquisa adotou-se a pesquisa descritiva exploratória,

desenho não experimental, corte transversal e enfoque quantitativo. Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos, questionários fechados para professores e estudantes. As respostas obtidas foram analisadas e tabuladas visando responder aos objetivos propostos. Em conclusão, este estudo evidenciou a necessidade de repensar o modelo de gestão no Colégio Militar supracitado, buscando uma abordagem mais democrática e participativa. Proporcionar um ambiente acolhedor, estimulante e que valorize a diversidade de ideias é essencial para garantir a satisfação e o sucesso educacional de professores e estudantes. As alternativas propostas visam promover a participação, o diálogo e o respeito às vozes de todos os atores envolvidos, contribuindo para uma gestão escolar mais efetiva e uma educação de qualidade.

O grito que nasce do silêncio não é ruído: é memória, é luta, é resistência, é futuro.

Amarildo Silveira Pereira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I – HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL: DO INÍCIO AOS DIAS ATUAIS	 19
 CAPÍTULO II – CONCEITOS DE SATISFAÇÃO, MOTIVAÇÃO, CLIMA ESCOLAR, RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E GESTÃO ESCOLAR	 49
 CAPÍTULO III – AMPAROS LEGAIS DA EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL	 53
 CAPÍTULO IV – MÉTODOS E ESTRATÉGIAS	 73
 CAPÍTULO V – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	 91
 CONCLUSÕES	 133
 SUGESTÕES	 141

REFERÊNCIAS	145
-------------------	-----

ANEXOS	155
--------------	-----

BIOGRAFIA DO AUTOR	189
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

As escolas militares no Brasil têm uma longa e importante história, que remonta ao período colonial, entretanto a militarização das escolas públicas é um fenômeno recente e controverso, que tem sido adotado por alguns governos estaduais e municipais como forma de melhorar o desempenho acadêmico e a disciplina dos estudantes. Criado no governo conservador de Jair Messias Bolsonaro, sob o pretexto de melhorar a qualidade da educação básica, por meio de um modelo de “gestão compartilhada” entre civis e militares, nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM) conta com a adesão “voluntária” de estados, municípios e Distrito Federal e tem como público-alvo escolas em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo o Ministério da Educação do governo Bolsonaro, o objetivo era implantar 216 escolas cívico-militares até 2023, sendo que atualmente há 203 em funcionamento e 89 em fase de implantação. No entanto, esse modelo tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores, entidades de classe, parte significativa da sociedade e educadores que questionam os seus pressupostos pedagógicos, políticos e sociais. Entre os principais argumentos contrários à militarização das escolas públicas, destacam-se:

1. A violação do princípio da gestão democrática da educação, garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao transferir parte da administração escolar para agentes externos à comunidade educativa e submeter os professores e estudantes a uma hierarquia rígida e autoritária;

2. A imposição de uma cultura militarizada que valoriza a disciplina, o respeito à ordem, o trabalho em equipe e a higiene corporal como qualidades não cognitivas dos estudantes em detrimento da autonomia, da criatividade, da diversidade e da criticidade;

3. A falta de evidências que comprovem a eficácia do modelo militarizado na melhoria da qualidade da educação pública, considerando que as escolas militarizadas contam com vantagens como processo seletivo, orçamento maior, melhor infraestrutura, mais profissionais e menor vulnerabilidade à violência;

4. A reprodução de uma lógica excludente e segregacionista que reforça as desigualdades sociais e educacionais entre as escolas públicas e entre os estudantes de diferentes classes, raças, gêneros e orientações sexuais.

Já os defensores do modelo, argumentam que a militarização das escolas públicas visa melhorar a qualidade da educação, especialmente em regiões com situação de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de buscar a promoção de valores como disciplina, respeito, hierarquia, patriotismo e civismo entre estudantes, professores e gestores, contribuindo assim, para a redução dos índices de violência, evasão, indisciplina e drogas nas unidades de ensino, garantindo um ambiente mais seguro e propício para o aprendizado, bem como proporcionar uma gestão compartilhada entre o corpo docente da escola e uma equipe militar, que atua nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. Em meio ao fogo cruzado entre defensores e críticos do modelo, estão professores, estudantes, funcionários de escola e a comunidade escolar em geral, pessoas reais, obrigadas a conviver com um modelo de escola que fere a autonomia pedagógica, impõe uma cultura autoritária e

repressiva aos estudantes, desrespeita a diversidade, desvaloriza os profissionais da educação e viola os direitos humanos.

Diante desses aspectos, o tema da satisfação de professores e estudantes no contexto educacional é relevante para compreender os fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem e a qualidade da educação. No caso das escolas militarizadas, esse tema se torna ainda mais importante, pois envolve questões de disciplina, hierarquia, valores e identidade que podem afetar positiva ou negativamente a relação entre os atores educacionais.

Nesse sentido, este trabalho pretende analisar criticamente a satisfação de professores e alunos do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX - Caldas Marques, na cidade de Penalva - MA, uma escola que adota o modelo de gestão cívico militar, em relação à aprendizagem no melhor desenvolvimento da área educacional, didático-pedagógica e administrativa e na qualidade de ensino. Outros aspectos levados em consideração para abordagem deste tema são:

1. A relevância social e educacional, uma vez que aborda uma problemática, presente em muitas instituições de ensino no Brasil, e que afeta diretamente a qualidade da educação e o desenvolvimento humano dos envolvidos;

2. A lacuna teórica existente na literatura acadêmica sobre o assunto, que demanda mais estudos e pesquisas que possam contribuir para o avanço do conhecimento e para a proposição de alternativas pedagógicas mais democráticas e participativas;

3. A expansão acelerada das escolas cívico-militares no estado do Maranhão, mesmo tendo um governo dito progressista;

4. A viabilidade prática da realização da pesquisa, que conta com o apoio e a autorização da direção do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade

XIX - Caldas Marques, bem como com a colaboração voluntária dos professores e estudantes participantes.

Para desenvolver esta análise, serão utilizados como referencial teórico os conceitos de satisfação, motivação, clima escolar, relação professor-aluno e gestão escolar, bem como as abordagens críticas da educação que problematizam os aspectos políticos, ideológicos e culturais envolvidos na prática pedagógica. Além disso, serão apresentados as características e os resultados das escolas militarizadas no Brasil, bem como as críticas e os desafios que esse modelo enfrenta. A metodologia adotada será a pesquisa do tipo descritiva, exploratória com enfoque quantitativo. Nesse sentido, a pesquisa terá a intenção de quantificar, de forma a ter o percentual exato de satisfação ou insatisfação em cada item abordado nos questionários, como fenômenos sociais e educacionais e será realizada com base em questionários fechados, respondidos por docentes e discentes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX - Caldas Marques. Para fundamentar a análise crítica, serão utilizadas as contribuições teóricas de autores como Santos e Alves (2022), que mapearam e analisaram o cenário nacional da militarização da educação pública no Brasil em 2019; Queiroz (2021), que investigou os fatores que favorecem o desempenho positivo dos colégios militares e das escolas militarizadas; Rosa (2022), que analisou o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem; Luz (2022), que estudou como a vigilância, a repressão e a humilhação nas escolas militarizadas influenciam à vida de professores, alunos e comunidade escolar, e como esses fatores interferem no processo ensino e aprendizagem; além de outros autores renomados e atualizados na área de educação, da sociologia, da psicologia da pedagogia e da gestão escolar como Freire (2019), Bourdieu (2018), Nóvoa (2017), Libâneo

(2016), Paro (2010), Lück (2011), Adorno (2012), Foucault (2014), entre outros.

A pergunta problema que se pretende responder ao final do estudo é: qual o nível de satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques frente ao modelo de gestão compartilhada civil-militar? E outras perguntas específicas, quais sejam: 1. Como a gestão escolar influencia na qualidade do ensino e na motivação dos docentes e discentes? 2. Qual contribuição a gestão militar pode dar à gestão civil no melhor desenvolvimento das áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa na qualidade de ensino de uma comunidade escolar carente? 3. Como os professores e estudantes avaliam a gestão da escola, em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional?

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os impactos da gestão compartilhada cívico-militar nas escolas, especificamente no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, localizado em Penalva/MA, no ano de 2024. Esta investigação é de suma importância em termos sociais, educacionais, culturais e acadêmicos.

Apresenta como objetivo geral analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada cívico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais.

Já os objetivos específicos são: 1. Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes; 2. Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos

estudantes; 3. Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar.

Sendo a população composta por 15 professores e 133 estudantes, das 4 turmas do 9º ano do ensino fundamental, do Colégio 2 de julho, no ano de 2024. Dentro dessa população foram considerados para compor a amostra 07 professores e 30 estudantes de uma das 4 turmas do 9º ano, da referida escola. O critério da escolha dessa população e amostra foi por serem esses diretamente afetados pela proposta pedagógica da escola cívico-militar, e pelo fato dos estudantes, desse ano de escolaridade já terem uma capacidade de reflexão e amadurecimento para opinar de forma consciente sobre o assunto.

Por fim, esta dissertação pretende contribuir para o debate sobre as implicações da gestão militarizada na educação básica, bem como para a compreensão dos fatores que interferem na satisfação de professores e estudantes em diferentes contextos educacionais. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam subsidiar políticas públicas e práticas pedagógicas que visem à melhoria da qualidade da educação e o respeito à diversidade e à democracia nas escolas.

CAPÍTULO I

HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL: DO INÍCIO AOS DIAS ATUAIS

Essa parte visa oferecer uma análise histórica sobre a formação e desenvolvimento da educação militar no Brasil, com foco na compreensão do contexto educacional dentro do (SCMB).

Historicidade da Educação Militar no Brasil

No contexto da sociedade do século XVII, o exercício do poder era caracterizado por uma dinâmica confusa, global e descontínua, centrada no poder soberano sobre grupos constituídos por famílias, cidades, paróquias e outras unidades globais, em vez de atuar de forma contínua sobre o indivíduo (Foucault, 2014). A disciplina surge como um sistema distintivo em relação aos modelos anteriores, pois não depende exclusivamente da violência para exercer coerção. Em vez disso, ela atua sobre os corpos por meio de técnicas específicas de individualização. O objetivo central da disciplina é o controle dos corpos dos sujeitos, que anteriormente estavam dispersos em diferentes contextos e agora são reunidos em locais específicos, como fábricas, exércitos, hospitais, escolas, entre outros. O ideal é moldar corpos dóceis e utilizáveis para os propósitos estabelecidos (Foucault, 2013).

Para alcançar uma utilização mais eficaz dessa massa de pessoas, seria necessário implementar mecanismos destinados a trabalhar os corpos de forma minuciosa, exercendo coerção sem trégua e penetrando no poder até o nível dos movimentos, gestos e atitudes. Isso envolveria

um processo de colonização mais profunda da atividade humana do que dos resultados finais. Seria preciso controlar meticulosamente o espaço, o tempo e os movimentos dos corpos.

A educação nos moldes militar, onde o civismo é uma das marcas registradas, seria aliada nesse processo.

A punição e a vigilância são poderes destinados a educar (adestrar) as pessoas para que elas cumpram normas, leis e exercícios de acordo com a vontade de quem detém o poder. A vigilância é uma maneira de se observar a pessoa, se esta está realmente cumprindo com os seus deveres – é um poder que atinge os corpos dos indivíduos, seus gestos, seus discursos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. A vigilância tem como função evitar que algo contrário ao poder aconteça e busca regulamentar a vida das pessoas para que estas exerçam suas atividades. Já a punição é o meio encontrado pelo poder para tentar corrigir as pessoas que infringem as regras ditadas pelo poder e ela também é o meio de impedir que as pessoas cometam condutas puníveis (através da punição as pessoas terão receia de cometer algo contrário às normas do poder). A vigilância e a punição podem ser encontradas em várias entidades estatais, como hospitais, prisões e escolas. (Foucault, 2009).

Esses métodos, que permitem o controle detalhado das operações corporais, submetem constantemente suas forças e estabelecem uma relação de docilidade-utilidade, são o que Foucault denomina de disciplinas (Foucault, 2013).

Esse pensamento dialoga com o que diz a professora Leandra Cruz ao se referir à educação militar:

Nos colégios militares, a disciplina cobrada, por meio dos diversos regimentos contribui para a eficácia da dominação dos alunos, submetidos à hierarquia dos militares. Então, podemos considerar os

regimentos ferramentas importantes para a coação dos alunos e para se garantir uma eficácia no cumprimento das regras, ocasionando corpos disciplinados e dominados (Cruz citada por Luz, 2022, p. 169).

Foucault identifica várias técnicas disciplinares presentes em nossa sociedade, uma delas sendo o controle dos indivíduos e sua distribuição espacial. No contexto do exército do século XVII, o conjunto de soldados era organizado de maneira densa e compacta. O Exército consistia em um amontoado de pessoas, com os soldados mais fortes e habilidosos posicionados à frente, enquanto aqueles menos aptos ou covardes ficavam nos lados e no meio. A força de um corpo de tropa era medida pela densidade dessa massa (Foucault, 2014).

No século XVIII, com a introdução do fuzil, uma nova forma de distribuição dos soldados emergiu. Era essencial colocá-los em posições que otimizassem sua utilização e eficácia. O soldado armado com um fuzil demandava um treinamento preciso de mira, e sua distribuição espacial tornou-se uma preocupação. O batalhão não poderia mais ser apenas uma massa compacta; agora, ele precisava ser distribuído de maneira a ser mais útil e preciso. Nesse sentido, a distribuição espacial torna-se um dos mecanismos disciplinares mais relevantes. A disciplina, de acordo com Foucault, envolve principalmente a análise do espaço. Trata-se da individualização por meio do espaço, da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório e combinatório (Foucault, 2014).

Nos países ao redor do mundo, os exércitos historicamente desempenharam papéis políticos dentro dos Estados nacionais. No contexto do Brasil e de outros países latino-americanos, essa relação entre o Exército e a política adquiriu características peculiares ao longo do século XX, caracterizadas pelo fenômeno do militarismo. Esse termo abrange não apenas golpes militares e governos liderados por militares,

mas também um conjunto de princípios, ações e valores militares que são estendidos para além das instituições castrenses, influenciando a sociedade e seu sistema político (Santos, 2016).

No Brasil, essa interação entre a política, o Exército e a sociedade é uma característica histórica. No século XIX, o poder civil exercia um controle efetivo sobre as instituições militares, com o Legislativo debatendo e definindo políticas relacionadas ao orçamento, recrutamento e organização militar. No entanto, essa relação nem sempre foi harmoniosa, com exemplos como a criação de forças paramilitares vinculadas aos proprietários de terras, que buscavam garantir a ordem regional de forma independente das tropas regulares (Castro, 2002).

Até o século XIX, as instituições militares no Brasil enfrentavam um certo desprestígio entre a população e as elites. Diante desse contexto, Santos (2016) diz que a instituição militar buscou se profissionalizar e se aprimorar, expandindo seu sistema educacional e tornando seu ensino mais técnico. Esse movimento contribuiu para que jovens de diversas origens sociais tivessem acesso à carreira militar, reduzindo a aristocratização das forças armadas. Paralelamente, a instituição militar construiu uma autoimagem associada a valores como honestidade, patriotismo e imunidade à corrupção, afastando-se das elites parlamentares e buscando uma identificação com a população.

Com o tempo, as intervenções militares passaram a ser vistas como salvadoras e instauradoras da ordem social em questões como o progresso industrial, a abolição da escravidão e a moralização da política. Os ideais de lealdade, hierarquia, disciplina e patriotismo foram propagados pela instituição militar como características inerentes aos militares, ganhando aceitação na sociedade (Castro, 2002).

O golpe militar de 1964 foi justificado pelas Forças Armadas como uma medida necessária para proteger a integridade dos militares diante da suposta ameaça representada pelo governo civil. Nesse contexto, a disciplina e a hierarquia foram utilizadas como argumentos para justificar a intervenção militar. Durante esse período, os militares ocuparam espaços políticos significativos, assumindo comandos em diversas instituições, o que lhes conferiu uma maior autonomia e poder de influência. No entanto, essa ascensão ao poder também foi marcada pelo uso de violência e transgressões dos direitos civis e sociais, incluindo práticas como tortura, cassação de mandatos e exílio de opositores políticos (Bandeira, 1964; Gullar, 2014).

Conforme Nogueira (2014), a identidade do Exército Brasileiro (EB) é notável em sua estrutura organizacional, que muitas vezes se assemelha a uma comunidade autônoma dentro da sociedade. O EB possui seus próprios Centros de Formação Profissional, sistema habitacional para os militares e uma ampla rede de assistência à saúde para militares e familiares, além de assistência religiosa. Um destaque é o Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB), que oferece educação para filhos de militares e, mais recentemente, para filhos de civis, evidenciando a independência relativa da instituição militar em relação à sociedade civil.

Inicialmente, o ensino militar estava concentrado na cidade do Rio de Janeiro e expandiu-se consideravelmente ao longo do tempo. No entanto, mesmo antes da chegada da família real em 1808, já havia planos para expandir o ensino militar para outras regiões da Colônia. Segundo Pirassinunga (1958), durante o período colonial, o ensino militar era uma questão de grande preocupação para o governo português, que buscava sua ampliação para outras Capitanias. No entanto, com exceção de Pernambuco e da Bahia, essa expansão foi

praticamente inexistente, atribuída à falta de empenho dos outros governadores.

Desde 1705, houve uma ordem para expandir o ensino militar para todas as regiões onde houvesse interesse em aprender (Pirassinunga, 1958). No entanto, a extensa área territorial da Colônia, juntamente com as dificuldades de comunicação e acesso entre as Capitânicas, a falta de materiais didáticos e recursos financeiros, bem como a escassez de pessoal qualificado para ministrar as aulas, dificultaram a implementação dessas ordens de Portugal. Embora essa determinação representasse uma ordem decisiva, ela não foi efetivada em nenhuma Capitania, exceto no Rio de Janeiro (Pirassinunga, 1958).

Em 1792, o Conde de Resende estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, tornando-se a primeira Escola Militar das Américas. A história da educação militar no Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento do Exército Brasileiro e à formação das Forças Armadas, cujas origens remontam à chegada da Família Real ao Brasil em 1808. Segundo Tavares (2008), o conceito moderno de Exército, conforme entendido nos padrões contemporâneos, surgiu no século XIX, consolidando-se no contexto brasileiro após a chegada da Família Real.

Em 1795, foi estabelecida a criação de uma Academia Militar dedicada exclusivamente à formação de oficiais da Arma de Infantaria. Essa iniciativa surgiu devido à inadequação dos alunos de infantaria às aulas ministradas na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Segundo relatos de Pirassinunga, (1958) a nova academia, chamada Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa, foi fundada na Cidade do Rio de Janeiro em 1795.

Uma característica marcante da Nova Academia Militar era a rigidez no tratamento dos alunos, conforme estipulado em decreto pelo Conde de Resende em 20 de junho de 1797. Esse decreto determinava que qualquer estudante, independentemente de sua graduação, que faltasse às aulas sem justificativa seria suspenso de suas funções e encarcerado em uma fortaleza, recebendo apenas metade de seu soldo. A justificativa para tal medida residia na crença de que os recursos investidos pelo Estado na manutenção do Exército não deveriam ser desperdiçados com indivíduos incapazes ou prejudiciais, os quais, ao se entregarem aos vícios, não poderiam se submeter aos princípios da virtude, coragem, patriotismo e conhecimento (Pirassinunga, 1958).

Em janeiro de 1808, Dom João VI, então governante do Reino de Portugal em nome de sua mãe, D. Maria I, chegou ao Brasil fugindo da invasão do Exército Francês, estabelecendo-se inicialmente em Salvador, na Bahia. Ao constatar a fragilidade das forças destinadas à segurança territorial, Dom João ordenou a criação de um Exército, uma vez que os contingentes militares existentes eram escassos, inexperientes, mal treinados e deficientemente armados, faltando-lhes principalmente coordenação e coesão, características essenciais das organizações militares bem estruturadas (Vianna, 1956).

Esse momento marcou o início de uma profunda reformulação do ensino militar no Brasil. Em 5 de maio de 1808, foi determinada a criação da Real Academia de Guardas Marinha no Convento de São Bento, no Rio de Janeiro (Pirassinunga, 1958). O Príncipe Regente decidiu designar as hospedarias dos Religiosos Beneditinos para abrigar a Real Academia das Guardas-Marinha. Foi ordenado que os móveis necessários para esse propósito fossem providenciados por meio de contrato, com o valor a ser pago ao abade do Convento de São Bento. Este, por sua vez, foi informado da decisão de “Sua Alteza Real” para

desocupar e entregar as hospedarias, possibilitando as adaptações necessárias. A ordem foi emitida em 5 de maio de 1808 (Pirassinunga, 1958).

A necessidade de estabelecer um Exército capaz de garantir a segurança da Família Real demandava a criação de um sistema educacional para preparar os futuros oficiais militares. Era compreendido que apenas oficiais bem instruídos poderiam fortalecer e tornar eficiente o Exército, seguindo o modelo dos exércitos europeus. Assim, a reformulação do Exército para atender às exigências da época implicava necessariamente na formação de um corpo de oficiais como ponto de partida, visando introduzir disciplina e instrução. Essa concepção foi concretizada com a criação da Real Academia Militar, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, dois anos após a chegada da Família Real ao Brasil (Tavares, 2008).

A Real Academia Militar, estabelecida pela "Carta de Lei" datada de 4 de dezembro de 1810, foi inaugurada oficialmente em 23 de abril de 1811, sob a liderança do tenente general Carlos Antônio Nacion como seu primeiro comandante.

Essa academia foi fundamental na reforma pedagógica promovida pelo Estado. Inicialmente localizada na Academia do Trem, em 1812, foi transferida para o edifício no Largo de São Francisco, onde atualmente funciona a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Luchetti, 2006).

Originalmente, o espaço que abrigava a academia era conhecido como Casa do Trem da Artilharia, atualmente o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Esse local foi designado para armazenar equipamentos bélicos usados na defesa da cidade, posteriormente servindo como sede do Arsenal de Guerra. A transferência para o Largo de São Francisco proporcionou melhores condições para o treinamento militar.

Após a Independência do Brasil em 1822, a academia foi renomeada como Imperial Academia Militar e, durante o Período Regencial, passou a se chamar Academia Militar da Corte (AMAN, online).

A Real Academia Militar adotou um modelo educacional inspirado no sistema francês, utilizando livros franceses atualizados para elevar o nível cultural dos alunos e proporcionar acesso a ideias inovadoras anteriormente restritas a colonizadores ou a um grupo seletivo de brasileiros com estudos em Coimbra (Luchetti, 2006).

Com o estabelecimento da Real Academia Militar, ocorreu uma progressiva substituição dos oficiais portugueses por oficiais brasileiros nos postos de comando. Inicialmente, segundo Luchetti (2006), após a Proclamação da Independência em 1822, ela foi denominada Imperial Academia Militar. Em 1832, após a incorporação da Academia Imperial da Marinha, foi renomeada como Academia Militar de Marinha, e em 1838, passou a ser conhecida como Escola Militar, marcando a separação definitiva entre Marinha e Exército.

Segundo Tavares (2008), na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, ficaram claras as intenções dos idealizadores da Real Academia Militar, que buscavam formar um Exército com padrões de profissionalismo comparáveis aos dos exércitos europeus. A academia tinha o objetivo de oferecer uma formação ampla que ultrapassava os limites do ensino militar, visando à preparação integral dos alunos. O currículo incluía disciplinas que abrangiam desde as ciências matemáticas até as ciências militares em sua totalidade, como táticas, fortificações e artilharia.

A supervisão geral da Academia era responsabilidade do ministro e secretário de Estado de Guerra, com uma junta militar subordinada a suas ordens, encarregada de dirigir o estabelecimento de acordo com os estatutos estabelecidos.

De acordo com Motta (citado por Tavares, 2008), a Academia tinha dois objetivos específicos: formar oficiais de infantaria e cavalaria para atuar como combatentes em operações de guerra, e formar oficiais de artilharia e engenheiros, incluindo geógrafos e topógrafos, capacitados para liderar a construção de estradas, pontes, portos, entre outros.

Com a transição do Império para a República, uma parte da oficialidade do Exército passou a ser treinada na Escola Militar da Capital Federal (1889–1898), anteriormente conhecida como Escola Central desde 1858. Essa instituição de ensino, com foco em estudos de matemática e ciências físicas e naturais, relegou o ensino militar profissional a um segundo plano. A Escola Militar da Capital Federal foi sucedida pela Escola Militar do Brasil (1898–1905), mantendo as características de suas antecessoras (Rodrigues, 2008).

A criação da Real Academia Militar enfrentou diversas dificuldades, incluindo a escassez de professores e livros, altas taxas de reprovação, baixo número de graduados e críticas crescentes à sua abordagem pedagógica excessivamente teórica e à falta de atividades práticas militares (Luchetti, 2006).

A extinção da Real Academia Militar ocorreu por meio do Decreto nº 2.116, de 1º de março de 1858, que estabeleceu a criação da Escola Central do Exército, também sediada na cidade do Rio de Janeiro. Conforme descrito por Motta (1998), a Escola Central do Exército, como sucessora da Real Academia Militar, passou a operar em dois locais distintos: na Praia Vermelha, focada na formação de oficiais militares, e no Largo de São Francisco, onde se concentrava a formação de engenheiros civis, representando o único centro desse tipo na época.

No Império, pela reforma de 1845, também conhecida como reforma Jerônimo Coelho, foram atribuídos aos concludentes da Academia os títulos de bacharel e de doutor: os títulos indicativos de

postos hierárquicos foram substituídos pelo 'doutor', mais especificamente, oficial-doutor e oficial-bacharel (Luchetti, 2006, p. 70).

A divisão da Escola Central do Exército resultou em uma clara distinção na abordagem educacional adotada. Enquanto a unidade da Praia Vermelha priorizava a operacionalidade das tropas, a Escola do Largo de São Francisco tinha como foco principal oferecer uma formação técnica e científica mais aprofundada, delineando assim os objetivos da nova instituição de ensino militar (Luchetti, 2006).

Para preparar os futuros candidatos às escolas militares, foram estabelecidos dois cursos preparatórios. Em 1858, o primeiro curso preparatório foi criado sob a responsabilidade do Ministério da Guerra, com duração de um ano. As disciplinas ministradas incluíam Latim, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria e metrologia. Posteriormente, em 1863, a Escola Preparatória de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi estabelecida com os mesmos propósitos (Luchetti, 2006).

Esses cursos preparatórios foram considerados por Luchetti (2006) como o ponto de partida para a introdução do ensino secundário militar. Eles desempenhavam duas funções específicas: em primeiro lugar, preparar os alunos com uma base educacional sólida para que pudessem acompanhar o ensino superior nas Escolas de Formação Militar; e em segundo lugar, garantir que os filhos de militares recebessem o respaldo adequado do Estado em sua educação secundária.

A partir de 1858, surgiu a ideia de que o Exército deveria assumir também a responsabilidade pelo ensino secundário ou de humanidades. Inicialmente, essa visão estava ligada à necessidade de preparar os alunos para estudos avançados em matemática e ciências. No entanto, ao longo do tempo, surgiu outra perspectiva: o Estado tinha

o dever de oferecer educação secundária aos filhos dos militares. A combinação desses dois pontos de vista levou à implementação de uma política educacional consistente, que se tornou uma tradição no Exército Brasileiro, transcendendo diferentes contextos políticos e gerações. Essa política incluiu marcos como o ano preparatório, o curso preparatório, a escola preparatória e o colégio militar (Motta citado por Luchetti, 2006).

Em 1889, o primeiro Colégio Militar do Brasil foi estabelecido, hoje conhecido como Colégio Militar do Rio de Janeiro, como parte do Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB). Em 1906, o Exército criou a Escola de Guerra em Porto Alegre, destinada a aprimorar a formação combatente dos oficiais. No entanto, em 1913, com a fundação da Escola Militar de Realengo (EMR) no Rio de Janeiro, a Escola de Guerra de Porto Alegre foi fechada, e suas atividades foram transferidas para Realengo, onde ocorreu a unificação de todas as Escolas Militares. A EMR então se tornou uma instituição de destaque na formação da elite dos oficiais do Exército por quase quatro décadas (Rodrigues, 2008).

Após os eventos da Revolta da Vacina em 14 de novembro de 1904, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas separadas: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática em Realengo, e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia em Realengo. Essas escolas foram estabelecidas com o objetivo de abandonar a abordagem científica anterior e adotar uma formação mais prática e objetiva para os oficiais do Exército. Com o tempo, essas quatro escolas foram unificadas e transformadas, em 1913, na Escola Militar de Realengo (Rodrigues, 2008).

Nogueira (2014) destaca que a Escola Militar de Realengo se destacou por apresentar uma divisão entre seus alunos, com um grupo focado apenas em suas atividades profissionais e outro mais politizado, envolvido em agitações políticas durante os anos de 1920. Essa polarização levou a tensões internas na instituição.

Segundo Rodrigues (2008), a Escola Militar de Realengo enfrentou um período conturbado entre 1922 e 1930, marcado por intensas agitações políticas que resultaram em punições para muitos alunos e oficiais intermediários envolvidos no Movimento Tenentista. Essa situação gerou divisões entre os membros da escola, com alguns buscando isolar os militares da política e outros defendendo uma participação mais ativa, promovendo o conceito de soldado-cidadão.

A participação dos alunos em manifestações políticas levou as novas Escolas de Formação de Oficiais a revisarem seus currículos, enfatizando uma formação técnico-militar e a aplicação rigorosa dos preceitos disciplinares. Isso ocorreu em meio a um contexto de renovação no início do século XX, marcado por uma repressão por parte do Estado contra os envolvidos na Revolta de 1904 no Rio de Janeiro, visando punir os responsáveis:

(...) repressão policial da massa popular; limpeza social do centro do Rio de Janeiro; abertura de Inquéritos e de Conselho de Investigação e de Guerra contra os militares envolvidos na Revolta, que culminou com a exclusão de 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos da EMB; abertura de duas Escolas Militares no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz), uma em Rio Pardo, e uma em Porto Alegre, afastando seus alunos das intensas atividades políticas desenvolvidas na região (Rodrigues, 2008, p. 217).

Rodrigues (2008) destaca que no início do século XX, alguns oficiais brasileiros foram enviados para estagiar nos Corpos de Tropas da

Alemanha. Após retornarem ao Brasil, esses oficiais introduziram novas ideias que influenciaram as transformações na doutrina do ensino militar.

Após seu retorno, esses oficiais promoveram a disseminação da doutrina militar alemã, utilizando a Revista “A Defesa Nacional” como meio de divulgação e sendo integrados em diversas unidades para compartilhar os novos conhecimentos adquiridos na Europa. Além disso, alguns desses oficiais participaram da chamada Missão Indígena, com o objetivo de instruir os alunos da Escola Militar de Realengo conforme o modelo germânico. O contato entre os oficiais brasileiros e alemães gerou uma campanha por reformas na instituição militar, visando torná-la mais profissional e abandonar o modelo até então predominante, considerado excessivamente teórico e cientificista.

Em 1944, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Era Vargas, a EMR foi desativada e substituída pela Escola Militar de Resende (EMR), que passou a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1951. A AMAN é até hoje o principal centro de formação de oficiais do Exército Brasileiro, e tem como missão preparar os futuros líderes militares para os desafios da defesa nacional. Além da AMAN, existem outras escolas militares no Brasil que formam oficiais para as diferentes armas e serviços do Exército Brasileiro. Entre elas estão: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), Escola de Sá.

É importante ressaltar que esta seção ofereceu uma visão panorâmica da historicidade da educação militar no Brasil desde seus primórdios. Foram destacadas a criação das primeiras instituições militares no país, como a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792, e a Real Academia Militar, em 1810, que marcam o início da formação de oficiais militares no Brasil. Também foi abordada

a influência de modelos educacionais estrangeiros, especialmente o francês e o alemão, na reformulação da doutrina e do ensino militar brasileiro ao longo dos séculos XIX e XX.

Além disso, foi discutida a expansão geográfica do ensino militar, com destaque para as dificuldades enfrentadas durante o período colonial para implementar essa expansão em todas as Capitanias. Também foram mencionadas as reformas e reorganizações ocorridas ao longo dos anos, como a criação de novas escolas e a modernização dos currículos, influenciadas por fatores políticos, sociais e tecnológicos.

Devido aos limites metodológicos desta pesquisa, não foi possível explorar com grande detalhamento todos os aspectos dos primórdios da educação militar no Brasil. No entanto, esta seção serve de base para compreender o contexto histórico e as influências que moldaram o ensino militar no país até os dias atuais. Essa compreensão histórica é fundamental para analisar de forma crítica o momento contemporâneo da temática, especialmente no que se refere à gestão compartilhada civil-militar nas escolas, objeto de estudo desta pesquisa.

Colégios militares no Brasil na contemporaneidade

O Sistema de Colégios Militares no Brasil é uma subdivisão do Exército Brasileiro que tem como principal objetivo oferecer ensino voltado para a Educação Básica, abrangendo o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio. Os estudantes que frequentam essas instituições são, em sua maioria, filhos de militares, refletindo as demandas profissionais das famílias militares e recebendo suporte preparatório e assistencial. No país, esse tipo de ensino é regulado pela Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme estipulado em seu artigo 83 (Brasil, 1996). De

acordo com o Art. 83 da referida legislação, "O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino" (Brasil, 1996, p. 56).

Como nos relata Rosa (2022), as escolas militares possuem seus próprios regimentos e, para ingressar nesse sistema de ensino, os alunos devem ser filhos de militares e passar por um processo seletivo. Os concursos são realizados anualmente, abrangendo desde o 6º ano do ensino fundamental até a 1ª série do ensino médio. Aproximadamente 22 mil candidatos, entre dependentes de militares e civis, concorrem às vagas a cada ano. O Sistema de Colégios Militares do Brasil atende cerca de 14.500 alunos de ambos os sexos.

O corpo docente permanente presente em cada Colégio Militar é composto por civis e militares que integram o Magistério do Exército. Os militares fazem parte do Quadro Complementar de Oficiais do Magistério, sendo profissionais licenciados por universidades civis que, após a conclusão da graduação, prestaram concurso público para ingressarem como oficiais de carreira no Exército Brasileiro. Além desses, há também professores temporários que ministram aulas nos colégios militares, divididos principalmente em dois grupos: Oficiais Técnico Temporários e Prestadores de Tarefa por Tempo Certo. Existem também grupos de baixa porcentagem, como os professores em comissão (Rosa, 2022).

Para Rosa (2022), uma das principais características que diferenciam o ensino civil do ensino militar é o enfatizado na disciplina, no patriotismo, no civismo, na hierarquia e na ordem, seguindo um modelo tradicional de ensino. As escolas militares possuem um regimento interno no qual são estabelecidas regras que devem ser obrigatoriamente seguidas pelos alunos. Essas normas podem variar entre os diferentes colégios, abrangendo questões como o corte de

cabelo para os meninos e a proibição do uso de esmaltes e brincos para as meninas. O namoro é estritamente proibido dentro do colégio e nas áreas adjacentes. As práticas comuns incluem o canto do Hino Nacional e a prestação de continência aos militares.

Ferreira e Paro (2017) destacam que os alunos das escolas militarizadas têm apresentado um bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em vestibulares e em olimpíadas escolares, além de contribuírem para uma melhora significativa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Isso faz com que algumas dessas escolas estejam entre as melhores em seus respectivos estados, sendo preferidas por pais e estudantes.

Enquanto o IDEB dos colégios militares seria de 6,5 (para o período do 6º ao 9º ano do ensino fundamental), o das escolas estaduais seriam de 4,1. Esses resultados destacam o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) como um modelo educacional que busca a excelência nas principais avaliações nacionais (Ferreira & Paro, 2017; Souza, 2019).

Diversos benefícios são apontados pelos defensores das escolas militarizadas, incluindo a redução da violência escolar e o melhor desempenho acadêmico, associados à disciplina e hierarquia exigidas por esse sistema de ensino. A imposição de disciplina e hierarquia, características marcantes do ambiente militar, é frequentemente advogada por defensores da militarização da educação pública. No entanto, ao examinarmos mais de perto esses conceitos, percebemos que a disciplina militar é, na verdade, uma forma restritiva de conformidade, enfatizando aspectos superficiais como uniformidade, pontualidade e símbolos nacionais, conforme apontado por Santos (2019). Esse enfoque minimalista e tendencioso desconsidera a verdadeira essência da disciplina, que é a manutenção da ordem e do bem-estar dos indivíduos em uma sociedade. A ênfase excessiva na

autoridade, conforme definida por Sennet (2016), também é preocupante, pois sugere uma dinâmica de poder que pode facilmente se transformar em autoritarismo, baseado no medo e na submissão, em vez de uma liderança legítima e voluntariamente aceita.

Os principais personagens das escolas, os alunos e alunas, nas Escolas Militarizadas (EMILs) não têm voz. Conforme a pedagogia militar, a pedagogia do medo, o jovem não tem opinião – é um mero balaio a ser preenchido com o “conteúdo escolar” e noções de “moral e civismo”. A democracia não é ensinada e muito menos praticada nas EMILs. O fundamental para esse tipo de escola é a obediência, o civismo, aquilo que tratam com “disciplina”. Tem mais: não há como unir a hierarquia militar autoritária com a democracia que a escola tem a obrigação de ensinar (Luz, 2022, p. 136).

Corroborando com esse pensamento a professora Catarina de Almeida Santos da UNB destaca: “Se a gente pensar a educação como um espaço de formação e desenvolvimento do sujeito no sentido diverso, então a Escola Militarizada é uma antiescola. Porque ela é contrária a todos os princípios da educação” (citada por Luz, 2022, p. 132).

A gestão democrática, estipulada como princípio fundamental na Constituição brasileira (Brasil, 1988), representa um contraponto importante à militarização da educação. Esse modelo de gestão, como explica Cury (2002), é caracterizado pela comunicação aberta, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo na tomada de decisões. Na gestão democrática da escola, como enfatiza Libâneo (2008), a participação da comunidade escolar é essencial, permitindo a construção coletiva de objetivos e práticas educacionais, em um ambiente de diálogo e busca por consenso. Assim, a militarização da educação pública representa uma ameaça aos princípios democráticos fundamentais, substituindo-

os por uma cultura de conformidade rígida e hierarquia autoritária, que limita a participação e a autonomia da comunidade escolar.

A escola pública é o espaço da diversidade, o espaço de todas as tribos; é o lugar em que todos os sujeitos, todas as pessoas manifestam suas crenças, suas formas de estar no mundo. É um espaço da juventude. Já a Escola Militarizada padroniza, homogeneiza, define os corpos e comportamentos, então ela é uma antiescola. (Santos citada por Luz, 2022, p. 132).

Segundo Ferreira e Paro (2017), as instituições militarizadas enfatizam a disciplina e a hierarquia como pilares fundamentais, refletindo os princípios das organizações militares. A hierarquia é respeitada como forma de demonstrar consideração aos militares, funcionários civis, professores e autoridades em geral, tanto dentro quanto fora da instituição de ensino, independentemente do uso do uniforme. A disciplina é aplicada por meio de recompensas e punições: alunos que se destacam academicamente recebem maior reconhecimento, enquanto os que não alcançam os objetivos estabelecidos são direcionados a atividades de reforço, fora do horário regular de aulas. Essa postura disciplinar, internalizada pelos alunos das escolas militarizadas, reflete-se em sua obediência à escola, à família e à sociedade, incentivando a busca por níveis satisfatórios de aprendizagem e ascensão na hierarquia escolar (Ferreira & Paro, 2017).

O quadro abaixo apresenta uma relação das 14 escolas militares de ensino fundamental e médio. Essas escolas são estabelecidas dentro da estrutura organizacional de suas respectivas corporações militares, normalmente financiadas com recursos destinados à defesa, pois são consideradas escolas militares federais. Cada colégio está representado por seu nome completo, seguido por sua sigla (abreviação do nome) e a região do país onde está situado. Isso fornece uma visão geral dos

colégios militares distribuídos em diferentes partes do Brasil, ajudando a entender sua abrangência geográfica e alcance.

Tabela nº 01- Escolas militares de ensino fundamental e médio

Colégio	Sigla	Região
Colégio Militar de Belém	CMB	Norte
Colégio Militar de Belo Horizonte	CMBH	Sudeste
Colégio Militar de Brasília	CMB	Centro-Oeste
Colégio Militar de Campo Grande	CMC	Centro-Oeste
Colégio Militar de Curitiba	CMC	Sul
Colégio Militar de Fortaleza	CMF	Nordeste
Colégio Militar de Juiz de Fora	CMJF	Sudeste
Colégio Militar de Manaus	CMM	Norte
Colégio Militar de Porto Alegre	CMPA	Sul
Colégio Militar de Recife	CMR	Nordeste
Colégio Militar de Rio de Janeiro	CMRJ	Sudeste
Colégio Militar de Salvador	CMS	Nordeste
Colégio Militar de Santa Maria	CMSM	Sul
Fundação Osório	CFO	Sudeste

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa na Internet

As escolas militares federais são supervisionadas pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Embora essas escolas estejam inseridas na estrutura do exército brasileiro, priorizam o preenchimento de suas vagas com os filhos e dependentes de oficiais das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Os dependentes de oficiais das Forças Armadas têm acesso garantido a essas vagas, e em caso de não preenchimento por eles, é realizado um processo seletivo (por meio de provas) para a admissão de filhos de civis. A natureza assistencial dessas escolas militares federais

é enfatizada nos documentos disponibilizados no site da DEPA como um dos motivos para a existência e funcionamento dessas instituições (Portaria n. 9.006, 2018).

De acordo com a DEPA, uma das principais missões das escolas militares federais é fornecer uma educação baseada em "valores militares" para os filhos e dependentes de oficiais das Forças Armadas, que necessitam de uma escola com um projeto político pedagógico uniforme em suas diferentes unidades. Isso ocorre porque esses alunos frequentemente precisam mudar de escola quando seus pais são transferidos para diferentes cidades para cumprir missões institucionais de suas respectivas corporações. Por exemplo, se um responsável pelo aluno é um oficial das Forças Armadas em missão militar em Manaus/Amazonas (AM) e é transferido para o Rio de Janeiro (RJ), seu filho poderá ser transferido do Colégio Militar de Manaus para o Colégio Militar do Rio de Janeiro, o que minimizaria os prejuízos acadêmicos para o aluno.

Além da oferta de educação básica (2º ciclo do ensino fundamental e ensino médio), os colégios militares federais do SCMB também oferecem educação profissionalizante integrada à educação básica no ensino médio. A Fundação Osório (FO) (relacionado no quadro anterior), fundada em 1921 para atender às filhas e dependentes de militares (já que até 1989 os colégios militares do SCMB não admitiam meninas), também segue princípios e tradições militares, oferecendo educação propedêutica nos dois ciclos do ensino fundamental e ensino médio propedêutico com formação técnica integrada em áreas diferentes da militar. Embora a FO não esteja diretamente ligada ao organograma do SCMB, ela é supervisionada pela DEPA e orientada por "valores militares" (Fundação Osório, 2020).

Para Castro (2016), a integração de formação propedêutica e profissionalizante voltada para as carreiras militares demonstra que, além de atender a uma missão assistencial, o projeto político-pedagógico dessas escolas está fundamentado em valores próprios das Forças Armadas. Um dos objetivos dessa formação é preparar futuros quadros para as Forças Armadas com mínima interferência de valores socioculturais externos à instituição militar, mantendo assim uma formação interna e estática, livre de influências do meio civil.

Segundo Cabral (2018), o aumento do número de escolas militares de educação básica reflete o fortalecimento e a expansão do autoritarismo por parte do Estado brasileiro. Sob essa perspectiva mais ampla, a abertura de mais escolas militares de educação básica também pode ser vista como um aspecto da "militarização da sociedade".

Nas décadas de 1940 e 1950, surgiram reivindicações em algumas polícias militares para a construção de escolas públicas militares, geridas pelas próprias corporações e destinadas aos filhos e dependentes de policiais militares, em semelhança ao que já ocorria com os dependentes de oficiais das Forças Armadas (Jesus, 2011).

Segundo Vicentini (2014), as Forças Armadas e as polícias militares compartilham concepções morais, tradições e valores políticos, sendo corporações fechadas que buscam evitar as "influências negativas do mundo civil". Nesse contexto, Santos (2022) identificou nos documentos analisados o desejo das polícias militares de estabelecer escolas de educação básica que incentivem ou preparem os filhos e dependentes de policiais militares para seguir a mesma carreira de seus pais. Portanto, compreendeu que a criação de escolas militares de educação básica, mantidas e financiadas pelas próprias corporações, não apenas atenderia às demandas assistenciais de seus membros, mas também reflete a visão dessas instituições de manter seus integrantes e suas

famílias protegidos das influências do mundo civil. Seguindo o exemplo das Forças Armadas, buscam preservar uma formação fechada para os potenciais futuros membros dessas tropas (Santos, 2022).

Além das polícias militares, que compartilham aspirações semelhantes e motivações políticas similares, algumas corporações de bombeiros militares também incluíram em suas estruturas escolas de educação básica a partir do final da década de 1990 (Colégio Militar do Corpo de Bombeiros [CMCB], 2017; Lei n. 2.393, 1999; Lei n. 4.133, 2003).

De acordo com Santos (2022), as corporações militares são entidades que não se dedicaram - e nem tendem a se dedicar - ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, práticas e teorias no campo educacional, especialmente no que diz respeito à educação básica, uma vez que sua finalidade é diferente da educação e suas atividades diárias estão voltadas para suas missões principais.

Na EMIL, o aluno é obrigado a se submeter a um regimento disciplinar que não tem relação com a escola e muito menos com a formação da cidadania. São tratados como “tropa”, queiram ou não seguir a carreira militar. Também não é verdade que a gestão da Escola Militarizada está nas mãos dos educadores. Nessa “escola” são os militares que dão as ordens. Direta ou indiretamente, é a Polícia Militar quem escolhe os professores; ou por conta das regras que cria, ou, indiretamente, ao criar um ambiente ruim para quem não aceita suas ordens. Também expulsa – “convida a se retirar” – os jovens que não se adaptam a esse quartel de mentirinha. As secretarias de educação, a quem competiria fazer o processo educacional por determinação da Carta Magna, abriram mão dessa missão (Luz, 2022, p.133).

Como resultado, nota-se que essas escolas geralmente dependem de recursos humanos (profissionais da educação) e até mesmo de infraestrutura física, como prédios, fornecidos pelas secretarias de

educação. Em estados onde os recursos públicos são mais disputados, como nas unidades federativas, há uma pressão para que as corporações não utilizem fundos destinados à segurança pública para financiar escolas militares de educação básica (Santos, 2022).

A militarização das escolas públicas no Brasil adotou abordagens diversas em cada unidade federativa, resultando em diferentes configurações de militarização. Embora o país esteja sujeito a um ordenamento jurídico nacional, cada estado pode promulgar suas próprias leis, desde que estejam em conformidade com a legislação federal (Brasil, 1988).

Essa diversidade de abordagens decorre do fato de que cada ente federado busca estratégias específicas para contornar as normas nacionais de educação, o que muitas vezes contraria os princípios estabelecidos pelo Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Esses princípios incluem a gratuidade, a gestão democrática, a qualificação dos profissionais da educação, a liberdade de ensinar e aprender, bem como a igualdade de acesso e permanência dos alunos (Brasil, 1988; 1996).

De acordo com Paro (2017), os estudantes que frequentam essas instituições são obrigados a seguir regras específicas e estão sujeitos a punições caso não as cumpram. No entanto, ao contrário das escolas convencionais, onde as punições geralmente envolvem suspensões, nas escolas militarizadas, os alunos são designados a realizar tarefas para corrigir suas transgressões. Algumas das infrações incluem desrespeitar o padrão militar em relação ao corte de cabelo e uniforme, usar esmaltes e acessórios chamativos, mascar chicletes, falar palavrões e utilizar gírias. Essas penalidades são cumpridas durante o período oposto às aulas regulares do aluno, dentro do ambiente escolar.

O civismo, entendido aqui como obediência irrestrita às regras estabelecidas e sem questionamentos, exigido pelas escolas militarizadas, dialoga com ensino praticado durante o Regime Militar, que, dentre outras coisas, criou o ensino de Educação Moral e Cívica.

Durante o período ditatorial, a Educação Moral e Cívica foi estabelecida como disciplina obrigatória em todas as escolas do país por meio do decreto-lei n.º 869, assinado pelos ministros militares em setembro de 1969. O Art. 2º do decreto delineava os objetivos da disciplina, incluindo a preservação e fortalecimento dos valores éticos e espirituais nacionais, o culto à Pátria e seus símbolos, o preparo cívico dos cidadãos com base na moral e no patriotismo, e o incentivo à obediência à lei e ao trabalho em prol do bem comum.

Após o fim do regime ditatorial, a disciplina foi gradualmente perdendo sua obrigatoriedade e foi oficialmente extinta em 1993 pela Lei nº 8.663, de 14 de junho. Atualmente, os princípios da Educação Moral e Cívica são abordados de forma transdisciplinar nas Ciências Humanas e Sociais, mas encontram sua manifestação mais evidente e institucionalizada nas escolas militarizadas, onde são praticados através de atos de civismo e valores morais, desde o culto à pátria até a dedicação à família e à comunidade.

Filgueiras (2006) argumenta que o principal propósito da Educação Moral e Cívica é promover a formação de uma consciência social voltada para uma cidadania efetiva, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos conscientes capazes de praticar uma cidadania ativa. No entanto, Paro (2017) ressalta que tais valores, quando manipulados por interesses políticos, podem ser utilizados de maneira positiva ou negativa. A internalização desses valores morais influencia o comportamento dos indivíduos na sociedade e dentro da escola,

moldando suas atitudes em relação à família, ordem, moralidade e segurança.

A prática de utilizar uniforme escolar também é uma característica das EMILs e seu uso é obrigatório. Essa prática teve início em 1890 com o estabelecimento da Escola Normal, sendo influenciada pelo padrão de vestimenta adotado pelo exército para os militares. Ao longo dos anos, esses uniformes foram sofrendo ajustes e refinamentos, adaptando-se às mudanças de época. A utilização do uniforme no ambiente escolar tem o propósito de promover um senso de união e identidade entre os alunos, visto que todos compartilham do mesmo interesse dentro da instituição (Paro, 2017).

Nas escolas militares, os uniformes são similares aos utilizados pelos militares, sendo obrigatórios para os alunos como forma de identificação diante da sociedade. Essa prática de uniformização dos estudantes tem o intuito de eliminar qualquer senso de status entre eles, evitando a competitividade e o destaque de possíveis diferenças socioeconômicas. Os alunos são orientados a seguir rigorosamente as regras estabelecidas pela escola em relação ao uniforme, o que contribui para que internalizem esses princípios de disciplina e ordem, aplicando-os também em suas interações com a sociedade (Paro, 2017).

Por outro lado, o uso do uniforme escolar, embora possa assegurar a identificação dos alunos com a unidade escolar, pode limitar a autoexpressão dos alunos e impor uma padronização que encobre a individualidade e a originalidade, bem como reprimir a criatividade e impedi-los de explorarem suas preferências de moda, o que é considerado uma forma importante de autoexpressão e de desenvolvimento da identidade pessoal (Araújo, 2020).

Assim, diante das características aqui revisadas e com base nas obras de Foucault (2013; 2014), é possível compreender como a

sociedade se constituiu e nas bases históricas sobre as quais ela se fundamentou. Pela perspectiva da genealogia histórica foucaultiana, observa-se o surgimento na sociedade moderna do poder disciplinar e como o corpo individual se tornou um instrumento de controle. Através da invenção de técnicas e mecanismos, a escola militar se destaca como uma instituição de controle, regulação, normalização, padronização e fabricação de subjetividades.

Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)

No atual contexto sociopolítico, é pertinente problematizar a relação entre democracia e educação pública. A partir da redemocratização do Brasil nas últimas décadas e da democratização do ensino, surge a necessidade de avaliar os avanços, retrocessos e desafios enfrentados pelo sistema educacional.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso e a permanência dos alunos nas escolas públicas têm sido considerados conquistas significativas no campo das políticas educacionais. No entanto, ao questionarmos a finalidade da educação, conforme proposto por Adorno (1995), percebemos que a mera presença do aluno na escola não garante sua formação emancipatória.

A democratização da sociedade brasileira, embora tenha promovido o acesso à educação em diferentes níveis de ensino, não necessariamente conduziu à formação de indivíduos capazes de exercer um controle consciente sobre suas vidas. Em outras palavras, não houve um desenvolvimento do senso crítico necessário para capacitar os indivíduos a influenciarem ativamente seu ambiente profissional, valores pessoais e padrões de comportamento (Zanotto, Scapinelli & Trevisol, 2023).

Conforme enfatizado por Adorno (1995), a essência da verdadeira democracia reside na existência de uma sociedade composta por indivíduos emancipados. Nesse sentido, uma democracia genuína não apenas funciona, mas opera de acordo com seu conceito intrínseco, o que requer cidadãos emancipados. Em sua obra "Educação e Emancipação", Adorno (1995) ressalta que a exigência de emancipação é fundamental em um contexto democrático. Para o autor, uma educação que almeja ser verdadeiramente democrática não se limita à formação de indivíduos ou à simples transmissão de conhecimentos, visto que esta última pode ser considerada uma abordagem estéril. Ao contrário, a educação democrática busca promover a formação de uma consciência autêntica, representando, portanto, uma demanda política. Em uma democracia eficaz, não há espaço para ideais que se contraponham à emancipação e à capacidade de decisão consciente de cada indivíduo. Aqueles que advogam tais ideais são considerados antidemocráticos e devem ser combatidos.

Com a justificativa de atender às demandas da Política Educacional, o Programa de Escolas Cívico-Militares foi concebido e começou a ser estruturado no primeiro semestre de 2019, por meio da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, incumbida de desenvolver e implementar um modelo de escola de alto padrão como projeto nacional, baseado nos padrões de ensino e modelos pedagógicos adotados pelos colégios militares (Brasil, 2019).

Diferentemente dos Colégios Militares, as Escolas Militarizadas não fazem parte de nenhum sistema de ensino oficial. Trata-se de um “monstro de Frankenstein” que não foi previsto na Constituição e muito menos na LDB. Trazido do século passado, contaminou governantes de pensamento atrasado e militares de visão ultrapassada. Trata-se de um modelo paralelo, marginal sem base legal ou moral. (Luz, 2022, p. 116).

Considerando a semelhança com os princípios de uma política neoconservadora, é possível inferir que o Programa visa a minimizar as perspectivas de realização de uma educação pública e democrática, justa e igualitária, bem como de emancipação - requisito essencial para a democracia. Por isso, é imprescindível identificar e analisar os elementos contraditórios presentes no Programa que contrariam os princípios democráticos.

O surgimento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) reflete programas governamentais, na medida em que evidencia a busca pela implementação de uma perspectiva educacional alinhada a diretrizes internacionais. Também, aponta para um retrocesso em relação a certos princípios democráticos. O propósito central do programa é impulsionar iniciativas voltadas para o estímulo e aprimoramento das Escolas Cívico Militares (ECIM), que visaria à melhoria da qualidade da educação básica tanto no ensino fundamental quanto no médio. Esse objetivo é delineado no Decreto n.º 10.004, de 05/09/2019, que institui o referido programa.

§ 1º O PECIM será desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e será implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares –ECIM (Brasil, 2019).

Há uma aparente preocupação com a qualidade da educação no documento, que parece seguir as diretrizes do Banco Mundial (BM). No entanto, ao definir que as escolas cívico-militares são instituições públicas regulares estaduais, municipais ou distritais que aderem ao PECIM, e ao planejar a implantação de 54 escolas cívico-militares em 2020, com um aumento anual até 2023, totalizando 216, surgem controvérsias em relação à própria noção de qualidade. Além disso, o

caráter nacional do PECIM revela um ideal de escola e formação que vai de encontro aos princípios democráticos.

No âmbito desta dissertação, a essência da educação é compreendida como a resistência à conformidade com um modelo de formação adaptativa. Contestar o paradigma de formação vigente é reconhecer a função social da escola em conscientizar os indivíduos sobre as contradições da sociedade. Quando há falta de conhecimento sobre tais contradições, a educação tende a naturalizar as desigualdades econômicas e sociais, fortalecer a privatização dos serviços públicos, diminuir os direitos dos trabalhadores e favorecer o domínio do mercado - uma realidade presente nos dias atuais (Zanotto, Scapinelli & Trevisol, 2023).

Portanto, é necessário opor-se à ideia de formação cívico-militar, em que a ênfase na técnica prevalece sobre o conhecimento. Essa abordagem não apenas desvaloriza o conhecimento, mas também contribui para a formação de indivíduos que se alinham com a técnica, agindo não apenas de forma implícita, mas também explicitamente, em detrimento dos princípios do desenvolvimento humano - essenciais para a humanização da sociedade e para a verdadeira democracia (Adorno, 1995).

Uma verdadeira democracia não pode ser plenamente vivenciada como uma experiência social e política sem a apropriação da cultura e do conhecimento produzido e acumulado ao longo da história. Portanto, a formação voltada para o desenvolvimento humano requer uma conscientização que capacite o indivíduo a se posicionar como sujeito no processo histórico.

CAPÍTULO II

CONCEITOS DE SATISFAÇÃO, MOTIVAÇÃO, CLIMA ESCOLAR, RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E GESTÃO ESCOLAR

Na presente pesquisa, a delimitação conceitual dos termos de satisfação, motivação, clima escolar, relação professor-aluno e gestão escolar é fundamental para uma análise aprofundada e precisa dos dados coletados. Essa delimitação permite uma compreensão mais clara dos fenômenos em estudo e facilita a interpretação dos resultados obtidos. Ao definir conceitualmente esses termos dentro do contexto específico da pesquisa, foi possível identificar e explorar suas inter-relações e impactos no ambiente escolar.

A importância da delimitação conceitual reside no fato de que esses termos são por vezes múltiplos e heterogêneos, podendo ter diferentes significados e interpretações dependendo do contexto e das perspectivas dos indivíduos envolvidos. Portanto, ao estabelecer definições claras e consistentes para cada termo, os pesquisadores podem evitar ambiguidades e garantir uma análise coerente e robusta dos dados.

Além disso, como se pode verificar em diversos trabalhos de pesquisas nas mais variadas áreas de estudos, a delimitação conceitual proporciona uma base sólida para a construção de hipóteses e a formulação de questões de pesquisa pertinentes. Ao compreender os conceitos-chave que serão explorados na pesquisa, os pesquisadores podem desenvolver estratégias de coleta e análise de dados mais

eficazes, orientadas para investigar as relações e padrões subjacentes aos fenômenos em estudo.

Assim, para analisar os dados coletados, foi essencial delimitar os conceitos de satisfação, motivação, clima escolar, relação professor-aluno e gestão escolar, para uma compreensão mais aprofundada do contexto em que os dados foram coletados. No âmbito deste estudo, a satisfação refere-se ao grau de contentamento e realização dos professores e estudantes em relação à experiência educacional proporcionada pela escola cívico-militar. Esta definição permitiu avaliar o nível de satisfação dos participantes com diversos aspectos do ambiente escolar, incluindo qualidade do ensino, recursos disponíveis e eficácia da gestão escolar.

Além disso, a motivação foi conceituada como o interesse, comprometimento e entusiasmo demonstrado pelos professores e estudantes em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Esta delimitação permitiu identificar os principais fatores que influenciam o engajamento dos participantes na escola cívico-militar, possibilitando o desenvolvimento de estratégias para promover uma cultura escolar mais motivadora e estimulante.

O clima escolar foi definido como o ambiente psicossocial percebido pelos professores e estudantes, incluindo qualidade das relações interpessoais, senso de pertencimento e cultura organizacional da escola. Essa conceituação possibilitou avaliar a atmosfera geral da escola e identificar áreas de melhoria para fortalecer um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

A relação professor-aluno foi compreendida como a qualidade e natureza das interações entre professores e estudantes, incluindo comunicação, apoio emocional e construção de vínculos positivos. Esta delimitação permitiu analisar a dinâmica interpessoal dentro da sala de

aula e seu impacto no engajamento acadêmico e no bem-estar emocional dos estudantes.

Por fim, a gestão escolar foi conceituada como o conjunto de processos e práticas adotadas pela equipe administrativa da escola para promover o sucesso acadêmico e o bem-estar dos estudantes. Essa definição possibilitou avaliar a eficácia das estratégias e políticas implementadas pela equipe gestora na escola cívico-militar, identificando áreas de melhoria e desenvolvendo planos de ação para fortalecer a liderança e a governança educacional na instituição.

Desta forma, a delimitação conceitual dos termos foi essencial para orientar o processo de pesquisa, para se obter uma análise consistente, rigorosa e significativa dos dados coletados.

CAPÍTULO III

AMPAROS LEGAIS DA EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL

Durante o período do Império, a Escola Militar era considerada o principal meio de ascensão social para os indivíduos menos favorecidos. No entanto, com o advento da República, houve uma mudança nesse cenário. Segundo Sodré (1979 citado por Nogueira, 2014), o perfil típico dos jovens que ingressavam na escola da Praia Vermelha durante esse período era o de jovens provincianos. Estes, após passarem por um período de serviço militar preliminar, viam na escola da Praia Vermelha o caminho natural para sua progressão social.

Desde o seu estabelecimento inicial, a Real Academia Militar tinha como objetivo primordial a formação de oficiais com foco principal no combate, preparando-os para atuar na linha de frente e nas situações de combate. Durante o período entre 1831 e 1850, essa instituição passou por várias reformas com o intuito de adequar seu ensino às necessidades crescentes de profissionalização militar. De acordo com Luchetti (2006), ao longo desse período, a Real Academia sofreu cinco reformulações em 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845, visando ajustar seu currículo e metodologia de ensino para melhor atender aos objetivos militares.

Essas reformas foram marcadas por uma série de desafios, incluindo a falta de um sistema educacional coeso, mudanças frequentes nos regimes de ensino, métodos de ensino predominantemente expositivos, materiais didáticos inadequados para o nível dos alunos, e uma falta de normas militares claras ou sua aplicação inconsistente. Esses elementos caracterizam o período como um todo, conforme sintetizado por Luchetti (2006).

Durante o período compreendido entre o fim do regime monárquico até o início da República, o sistema de ensino militar no Brasil foi submetido a quatro reformas significativas, ocorridas nos anos de 1874, 1889, 1890 e 1898. A primeira reforma, datada de 1874, ficou conhecida como Regulamento Polidoro. Essa reforma teve como objetivo desvincular do Exército a responsabilidade pela formação de engenheiros civis, centralizando os estudos militares em uma única instituição educacional localizada na Praia Vermelha. Além disso, o Regulamento Polidoro estabeleceu as diretrizes curriculares, tanto teóricas quanto práticas, e definiu a duração dos cursos para as diferentes armas militares. Os cursos de Infantaria e Cavalaria tiveram uma duração de dois anos, enquanto Artilharia exigia três anos de estudo. O Curso de Engenharia Militar, por sua vez, tinha uma duração de cinco anos, e o Curso do Estado-Maior, com foco nas atividades práticas, tinha a duração de quatro anos (Luchetti, 2006).

Após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o Exército Brasileiro passou a desempenhar um papel político e social de maior importância, o que influenciou suas políticas educacionais para a formação de seus membros. Com o objetivo de selecionar candidatos mais adequados para a carreira militar, foram implementadas reformas nesse sentido. Um marco significativo nesse processo foi a organização do novo Regulamento em 1905 para os Institutos Militares de Ensino. Esse regulamento foi estabelecido após o fechamento da Escola Militar do Brasil e a abertura de quatro novas escolas militares em seu lugar. Essas mudanças visavam abandonar o modelo anteriormente predominante, caracterizado pela abordagem teórico-científica, e introduzir um modelo mais prático e objetivo na formação dos futuros membros do Exército (Rodrigues, 2008).

Todas As reformas no sistema de ensino militar ocorreram de forma independente das reformas educacionais mais amplas que aconteceram no Brasil. Até os dias atuais, o ensino militar mantém uma autonomia regulamentada por lei. É importante observar que as reformas no ensino militar não acompanharam as reformas educacionais implementadas no país, em particular a reforma de 1931, liderada por Francisco Campos, e a de 1942, conduzida por Gustavo Capanema (Fonseca & Oliveira, 2009).

Essas reformas não interferiram no sistema de ensino militar brasileiro. Pelo contrário, causaram um distanciamento em relação ao sistema de ensino civil e geraram problemas de equiparação entre as estruturas do ensino militar e civil no Brasil, problemas esses que persistem até hoje (Rodrigues, 2008).

Uma interpretação significativa para as constantes reformas no sistema de ensino militar brasileiro pode ser delineada em dois momentos distintos. Primeiramente, é possível compreender essas reformas como uma resposta à necessidade do Exército Brasileiro de aprimorar a preparação de seu Corpo de Oficiais, buscando adaptar-se às transformações da História Política do Brasil. Em segundo lugar, pode-se argumentar que a Escola Militar funcionou como um espaço de experimentação para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, resultando no estabelecimento progressivo de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse período foi caracterizado pela influência de diversos acontecimentos, como os movimentos dos Jovens Turcos, a Missão Indígena e a Missão Militar Francesa, além de revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais (Rodrigues, 2008).

A primeira Lei de Ensino Militar foi promulgada em 1928, complementando a legislação estabelecida pela Lei de 1919, e teve como

objetivo principal regular o ensino militar, ampliando a oferta de cursos para um conjunto de 12 Escolas de Formação do Exército Brasileiro. Uma das iniciativas destacadas foi a recriação da Escola de Engenharia Militar, conhecida como IME, que passou a ser um órgão anexo ao Sistema Militar do Exército, oferecendo especializações em diversas modalidades de engenharia, tais como engenharia artilheira, engenharia eletrotécnica, engenharia química e engenharia de construção (Luchetti, 2006).

Atualmente, o Exército mantém uma estrutura de formação exclusiva para a carreira militar, organizada da seguinte maneira: Escolas de Sargentos (nível médio), Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx, equivalente ao 3º ano do nível médio), Escolas de Formação de Oficiais (AMAN), que confere o bacharelado em Ciências Militares, reconhecido pelo MEC), Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), equivalente ao mestrado, embora não reconhecido pelo MEC), Escola Comando Estado Maior do Exército (ESCEME), equivalente ao nível de doutorado, também não reconhecido pelo MEC) (Marcusso, 2020).

Adicionalmente, nesse escalonamento, estão inclusas as Escolas de Saúde do Exército (EsSEEx), destinadas aos quadros de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários do Quadro de Saúde, a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), voltada para os quadros do magistério militar, advogados, enfermeiros militares, psicólogos, e o Instituto Militar de Engenharia (IME), responsável pela formação de Engenheiros Militares, entre outras especialidades (Luchetti, 2006).

Os Colégios Militares são considerados legalmente como Organizações Militares do Exército Brasileiro, não se enquadrando totalmente como instituições públicas ou privadas de ensino. São

categorizados como *sui generis* e não podem ser totalmente submetidos ao regime legal das demais instituições de ensino, públicas ou privadas, de acordo com o Artigo 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96. Regidos por Leis de Ensino Específicas, os Colégios Militares podem aplicar os atributos da instrução militar de forma adicional ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos, sendo que a educação convencional ocorre em paralelo às atividades eminentemente militares.

O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares, o ensino preparatório e assistencial de nível Fundamental e Médio por meio dos Colégios Militares, conforme previsto na Legislação Federal pertinente, respeitando suas peculiaridades (Artigo 7º). O órgão de direção central do Sistema de Ensino do Exército, a ser definido em ato do poder executivo, é responsável por planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino, bem como expedir os atos administrativos decorrentes (Artigo 19) (Brasil, 1996a).

Art. 5. As atividades de ensino e de instrução militar devem estar integradas, observadas a doutrina militar, a valorização dos recursos humanos e a busca constante do aperfeiçoamento. [...] Art. 21. A matrícula nos estabelecimentos de ensino é regida pelos regulamentos, com a observância do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-125) (Brasil, 1999, n.p.).

O aspecto da hierarquia é uma característica proeminente na relação entre alunos e professores nos Colégios Militares, conforme estabelecido no Artigo 7º, Parágrafo 2º da Lei do Ensino do Exército, número 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Nesse sentido, os Colégios Militares mantêm um regime disciplinar de natureza educativa, o qual

é compatível com a preparação dos estudantes para a carreira militar (Brasil, 1999a).

A Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 é fundamental ao estabelecer o Sistema de Ensino do Exército Brasileiro e ao definir os parâmetros legais para a educação militar no país. Por meio dessa legislação, são delineadas as bases sobre as quais o sistema educacional das Forças Armadas é estruturado e operacionalizado.

O Sistema de Ensino do Exército é estabelecido com características próprias, visando à qualificação de recursos humanos para ocupar cargos e desempenhar funções militares, tanto em períodos de paz quanto em situações de conflito armado. Essa qualificação é composta por atos de capacitação e habilitação, abrangendo conhecimentos teóricos e práticos necessários para o desempenho eficaz das atividades militares (Brasil, 1999a).

Dentre os princípios fundamentais que regem o Sistema de Ensino do Exército, destacam-se a integração à educação nacional, a seleção pelo mérito, a profissionalização progressiva, a avaliação contínua e cumulativa, o pluralismo pedagógico e o aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência.

No que diz respeito às modalidades de cursos oferecidos pelo sistema, este abarca diversas possibilidades, como formação, graduação, especialização, extensão, aperfeiçoamento, altos estudos militares, entre outras. Cada modalidade visa atender às diferentes necessidades de formação e aprimoramento dos profissionais militares, permitindo a progressão na carreira e a obtenção de conhecimentos especializados (Brasil, 1999a).

É importante ressaltar também a relevância dos Colégios Militares, que desempenham um papel significativo no contexto educacional do Exército Brasileiro. Além de oferecerem ensino preparatório e

assistencial de nível fundamental e médio, essas instituições mantêm um regime disciplinar compatível com a atividade preparatória para a carreira militar. Busca-se uma formação integral dos alunos, preparando-os não apenas academicamente, mas também para os desafios e responsabilidades da vida militar, como declaram.

As competências e atribuições relacionadas ao ensino militar são distribuídas entre diferentes instâncias, como o Ministro de Estado do Exército, o Estado-Maior do Exército e o órgão de direção central do Sistema de Ensino do Exército. Cada uma dessas instâncias possui responsabilidades específicas, que vão desde a definição da política de ensino até a coordenação e controle das atividades educacionais (Oliveira & Mathias, 2020).

A Lei nº 9.786/1999 representa a regulamentação da educação militar no Brasil, fornecendo as diretrizes e os parâmetros necessários para a organização e funcionamento do sistema educacional das Forças Armadas. Por meio dessa legislação, são estabelecidos os princípios, modalidades de cursos e competências institucionais que garantem a formação e qualificação dos profissionais militares e seus filhos.

O PECIM e a legislação brasileira

O Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), declarando como propósito o de elevar a qualidade da educação básica no ensino fundamental e médio. Em um contexto de colaboração entre os Ministérios da Educação e da Defesa, o programa visava promover ações destinadas ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (ECIM), escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais que aderissem ao PECIM.

O PECIM estabelecia princípios como a promoção de uma educação básica, atendimento preferencial às escolas em situação de vulnerabilidade social e gestão de excelência nos processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos. Buscou-se adotar um modelo de gestão escolar inspirado nos colégios militares (Brasil, 2019).

O conceito de gestão surge em uma perspectiva próxima do conceito de administração, porém, seu significado é mais abrangente, transcende a visão puramente técnica. Isso implica que para ser um bom gestor não é suficiente apenas saber administrar, mas é necessário também envolver a equipe, propor estratégias que promovam um ambiente de trabalho mais saudável e, sobretudo, pensar de forma coletiva (Oliveira, Barbosa & Lobão, 2021). No contexto da educação, esse conceito de gestão adquire um significado fundamental. Conforme Freire (1967), a educação das massas se torna algo absolutamente essencial entre nós, uma educação que, desprovida da vestimenta alienada e alienante, seja uma força de transformação e libertação.

As boas intenções, aparentes, na militarização das escolas públicas, mascara a realidade da violência na comunidade, tendo em vista que escola é um espelho da sociedade. Além disso, esconde um projeto de poder em curso no Brasil da época.

No que tange à gestão, antes formada por professores com formação para tal função, foi substituída por militares fardados e armados. “O corpo de coordenação passou a ser compartilhado entre pedagógico e disciplinar, sendo o segundo formado por militares, e os docentes são proibidos de irem em assembleias e passam a usar jalecos brancos. Não existe Grêmio Estudantil ou debates coletivos”. (de Paulo citado por Luz, 2022, p.134).

Para os defensores do PECIM, no âmbito escolar, a visão tecnicista não pode ser a base para as tomadas de decisão, uma vez que para formar cidadãos capazes de enfrentar os desafios do dia a dia, a escola precisa ser guiada por uma visão mais ampla. Além disso, ao assumir o papel de gestor, torna-se indispensável conhecer a realidade e possuir as competências necessárias para realizar ajustes e mudanças nos contextos educacionais de acordo com as necessidades e demandas emergentes, tanto no ambiente externo quanto dentro da própria escola (Lück, 2009).

As diretrizes do programa incluíam a elevação dos índices de desenvolvimento da educação básica, a utilização de padrões de ensino das instituições militares, a celebração de parcerias entre entes federativos, a aplicação de recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação e a contratação de militares inativos para atuarem nas ECIM. Competia ao Ministério da Educação editar normas, prestar apoio técnico e financeiro, capacitar profissionais, acompanhar o processo seletivo dos militares e gerir recursos orçamentários. Já ao Ministério da Defesa cabia descentralizar recursos, colaborar na definição de perfis profissionais e coordenar o processo seletivo dos militares inativos. As Forças Armadas ficavam responsáveis por promover a seleção e contratação dos militares inativos e executar sua gestão administrativa (Brasil, 2019).

O PECIM seria executado por meio de várias ações, como “adesão voluntária” dos entes federativos, capacitação de profissionais, fornecimento de apoio técnico e financeiro, disponibilização de apoio pedagógico aos alunos e avaliação contínua do programa. A avaliação e certificação do PECIM declaravam garantir a melhoria e o atingimento das metas estabelecidas.

No entanto, o Decreto nº 10.004 foi revogado pelo Decreto nº 11.611, de 2023, o que implicou na suspensão das diretrizes e ações propostas pelo PECIM (Brasil, 2023). O Decreto nº 11.611, emitido em 19 de julho de 2023, representa uma mudança significativa na política educacional brasileira ao revogar o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituía o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Sob a gestão do Vice-presidente da República, em exercício como Presidente da República, o novo decreto reflete uma decisão estratégica no âmbito da administração pública, tendo como base a legislação educacional, particularmente o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 9.394/1996.

A revogação do Decreto nº 10.004, de 2019, implica em uma mudança de direção nas políticas educacionais, sinalizando uma revisão das abordagens anteriores em relação ao modelo de escolas cívico-militares. O Ministério da Educação foi incumbido de elaborar um plano de transição após a publicação do Decreto nº 11.611, em colaboração com as secretarias estaduais, distritais e municipais responsáveis pelas escolas vinculadas ao programa anterior. Essa ação visou o encerramento ordenado das atividades reguladas pelo programa anterior, demonstrando uma preocupação com a transição suave e eficiente para as partes envolvidas.

A entrada em vigor do Decreto nº 11.611 destacou a urgência e a importância atribuídas à mudança de curso nas políticas educacionais relacionadas às escolas cívico militares. A decisão de revogar o decreto anterior e estabelecer um plano de transição indicou uma abordagem cautelosa e planejada para lidar com as implicações práticas e administrativas dessa reversão de política.

O decreto presidencial número 10.004 de 2019 despertou discussões significativas devido à sua proposta de implementar em todo o território nacional o modelo de escola pública civil-militar. Essa

iniciativa foi concebida para ser executada pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, contando com a adesão dos governadores e prefeitos interessados no programa. Entretanto, é fundamental compreender as nuances desse projeto, especialmente ao considerar a diferença entre escolas militarizadas e escolas cívico-militares.

Embora, ambas as modalidades de ensino tenham como objetivo a educação com uma abordagem militar, é essencial destacar que a principal distinção está na gestão das unidades escolares. Nas escolas militarizadas, há uma ênfase na aplicação de princípios e práticas militares na disciplina e na hierarquia, porém, essas escolas permanecem sob a gestão das secretarias de educação estaduais ou municipais. Por outro lado, as escolas cívico-militares propostas pelo decreto de 2019 visavam um controle mais amplo das instituições escolares, incluindo não apenas aspectos disciplinares, mas também a definição do currículo, dos professores e dos métodos de ensino (Godoy & Fernandes, 2021).

Assim, o verdadeiro cerne do projeto das escolas cívico-militares residiria na gestão total das unidades escolares, determinando o que seria ensinado, quem seria responsável pelo ensino e de que forma o ensino seria conduzido. Essa abordagem levantou questionamentos e debates acerca da autonomia das escolas e da liberdade pedagógica dos professores, além de suscitar reflexões sobre o papel do Estado na educação e os limites da intervenção militar nesse contexto. Os impactos e as implicações desse modelo de escola pública civil-militar, incidem não apenas os aspectos disciplinares e de segurança, mas também a qualidade do ensino, a formação dos alunos e a preservação dos princípios democráticos e da pluralidade no ambiente escolar.

O modelo proposto pelo decreto não se caracterizava como um modelo cidadão, mas sim como um modelo cívico-militar. Essa distinção ressalta a diferença entre os conceitos de civilidade e cidadania, remetendo a uma reflexão sobre as décadas em que o país esteve sob o regime ditatorial militar, período em que a ideia de civilidade foi equivocadamente associada à cidadania (Godoy & Fernandes, 2021). A civilidade, marcada por uma obediência inquestionável, é um conceito comumente presente nos espaços das Forças Armadas e Batalhões das Polícias Militares (Meirelles, 1990).

Por outro lado, o termo cidadania demanda elementos que transcendem a mera obediência, envolvendo a formação integral do indivíduo, com suas complexidades, contradições e alternâncias. Ao instituir o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), o decreto visava criar uma rede pública militarizada denominada Escolas Cívico Militares (ECIM), onde o controle da gestão, direção e coordenação pedagógica ficaria a cargo de membros das Forças Armadas Brasileiras aposentados (Mendonça, 2019). Diante desse arranjo, é importante considerar que:

Há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sadio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes. A educação faz-nos livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos (Teixeira, 2009, pp. 106-107).

Esse trecho ressalta a diversidade de concepções e práticas educacionais. Existem diferentes tipos de educação, desde aquelas que se concentram no treinamento e na domesticação até aquelas que

buscam a formação do indivíduo como um ser livre e saudável. Além disso, a educação pode ser direcionada para determinados grupos, para uma grande parte da população ou para todos os cidadãos. No contexto democrático, a ênfase recai sobre a educação que capacita todos os seres humanos a serem livres, virtuosos e competentes. Nesse sentido, a democracia demanda a educação mais desafiadora, aquela que promove a liberdade através do conhecimento e da igualdade pela capacidade de desenvolver plenamente nossos potenciais naturais (Teixeira, 2009).

Afetando uma gestão democrática e desafiadora para a educação, estaria o Estado designando policiais militares e membros do corpo de bombeiros para exercer funções. Portanto, fica evidente a diferença fundamental entre escolas militarizadas e Escolas Cívico Militares: na primeira, a responsabilidade da gestão e direção está a cargo do Exército Brasileiro, enquanto na segunda, essa responsabilidade recai sobre os Batalhões das Polícias Militares Estaduais.

No caso da escola cívico-militar, ainda que o projeto seja novo, sua genealogia não é, pois há uma inter-relação com dois elementos já há muito presentes na sociedade brasileira: as escolas militares, sob o exclusivo comando do Exército brasileiro e as escolas militarizadas, esse último tipo mais recente, porém, já bastante significativo e mais abrangente no seio da sociedade brasileira (Godoy & Fernandes, 2021, p. 200).

O decreto, em seu artigo primeiro, das disposições gerais, institui o "Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio" (Brasil, 2019, n.p.). Embora a redação do documento possa parecer semelhante a tantos outros decretos e legislações, ele permite compreender três dimensões

distintas. Em primeiro lugar, há a criação de um programa de abrangência nacional, estabelecendo escolas com características cívicas e militares. Em segundo lugar, o decreto determina a finalidade dessas escolas, que é a de promover a qualidade da educação. E, por fim, a terceira dimensão refere-se aos níveis de ensino nos quais essas escolas estarão atuando, especificamente, no Ensino Fundamental e Médio, abarcando assim a Educação Básica (Brasil, 2019).

É importante ressaltar que as primeiras escolas militares e as militarizadas serviriam como referência para as possíveis demandas. Nesse sentido, a ideia de sociedade civil estaria descartada, e esse aspecto pode ser facilmente observado no decreto, que estabelecia que o PECIM seria desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (ECIM). O artigo 2º definiu o "fortalecimento" como apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas regulares que adotassem modelo de gestão com colaboração civil/militar, com o objetivo de padronizá-lo ao modelo adotado para as ECIM. O capítulo III do decreto, intitulado "Das diretrizes", esclarece a relação entre as instituições civis e militares, destacando em que aspectos essa relação se baseia, tanto administrativa quanto pedagogicamente (Brasil, 2019).

Os estados e municípios, ao aderirem ao Programa Nacional de Escolas Cívico Militares (PECIM) em parceria com o Ministério da Educação, estão cientes de que uma das suas obrigações é transferir a gestão dessas escolas para as forças de segurança, seja o Exército, a polícia militar ou o corpo de bombeiros. Isso viola a Lei número 9394 de 1996, em seu artigo 14, que estabelece que os sistemas de ensino devem

definir as normas para a gestão democrática do ensino público na educação básica.

PECIM versus democracia

Não é possível falar em democracia plena ou na formação do cidadão completo quando a instituição na qual ele está inserido não possui um mecanismo democrático de diálogo, organização da gestão e alternância por meio de votação direta daqueles que administram. Além disso, outras instâncias escolares, como o Grêmio Estudantil, o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres, merecem o mesmo reconhecimento democrático.

Neste contexto, a democracia dentro da sociedade, algo complexo e desafiador, requer tempo para se desenvolver devido à sua natureza dinâmica e às constantes lutas e contradições. No entanto, é destacado que, sem a democracia, qualquer outro valor é apenas uma distorção da realidade. Quando se trata do ambiente escolar, essa dinâmica não é diferente, pois a escola é um espaço onde as contradições são frequentes e, muitas vezes, privilegiadas. Isso contrasta com os quartéis do exército brasileiro e os batalhões das polícias militares, onde as contradições são rapidamente sufocadas pela hierarquia rígida e pela cultura de obedecer cegamente ao comando superior, em uma atitude de subserviência imposta à corporação (Paro, 2017).

Capítulo II dos princípios e dos objetivos Art. 3º São princípios do PECIM: [...] II - o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social; IV - a articulação e a cooperação entre os entes federativos; V - a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos; [...] (Brasil, 2019, online).

O inciso II do decreto sugere um projeto direcionado às escolas em situações de vulnerabilidade social. No entanto, a gestão dessas escolas pelo Exército Brasileiro ou pela Polícia Militar não garante necessariamente o fim da vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social não é combatida eficazmente com rigidez e violência militar, mas sim por meio de justiça social e políticas públicas inclusivas, com base nos princípios da equidade (Meira & Albino, 2022).

A escola brasileira, tanto como instituição quanto como espaço físico, sempre incorporou práticas de disciplina para os alunos, baseadas na necessidade de estabelecer regras para o bom funcionamento do ambiente. Essa necessidade é inquestionável (Costa, 2002). No entanto, é importante ressaltar que as regras por si só não constituem disciplina, mas sim a disciplina das atitudes. A questão da violência escolar e a importância de construir uma identidade do aluno com a escola têm sido temas de estudo na academia há muito tempo. Quando o processo de estabelecimento de normas e regras ocorre com a participação de todos os membros da comunidade escolar, os laços de respeito às regras tendem a ser mais fortes, pois são construídos coletivamente. Embora não seja uma tarefa fácil, é viável (Assis, S. G. D., Constantino, Avanci & Njaine, 2023).

O modelo de escola cívico-militar diverge significativamente desse princípio fundamental da construção da democracia. Ao conceder o controle da direção e coordenação pedagógica exclusivamente a membros das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o objetivo é introduzir na rotina escolar um disciplinamento autoritário alinhado aos interesses dessas instituições. Fernandes (2018) contribui para essa reflexão, destacando o papel central da democracia nesse contexto. Pois, a relação entre educação e democracia representa a síntese de diferentes projetos societários em disputa, que revelam as

contradições inerentes à democracia liberal burguesa historicamente estabelecida. Essa disputa se reflete de forma concreta no campo da educação, embora não seja determinante ou definitiva, mas sim associada. No contexto brasileiro, a interação entre educação e democracia tem sido a manifestação dessa luta por um projeto social mais amplo (Fernandes, 2018).

Portanto, o modelo proposto é essencialmente autoritário, elaborado sem a participação dos membros da comunidade escolar, assemelhando-se ao código de conduta aplicado nos quartéis do Exército e nos Batalhões das Polícias Militares (Grizotes & Frick, 2021). No entanto, a escola não deve ser equiparada a essas instituições de segurança, nas quais a aplicação de um código de conduta rígido e organizado é necessário devido ao treinamento para lidar com situações de conflito, muitas vezes envolvendo o uso de força física, armas de fogo e outras técnicas de repressão. Ao contrário dessas instituições, cuja finalidade é essencialmente manter a ordem pública, a escola opera em um contexto social mais amplo, no qual outros fatores estão em jogo (Grizotes & Frick, 2021).

No contexto da educação básica, a escola tem como objetivo primordial formar cidadãos conscientes e engajados em uma sociedade menos violenta e mais justa. Portanto, seu público-alvo são todos os cidadãos, independentemente da idade escolar regulamentada por lei, incluindo aqueles que necessitam de educação fora dessa faixa etária (Mello & Caetano, 2021).

Em sua dissertação sobre escolas militarizadas, Lima (2018) argumenta que as relações sociais dentro dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) são rigidamente reguladas pelo seu Regimento Interno. Para cada situação, há uma resposta predefinida, como se todos os eventos fossem padronizados e só pudessem ocorrer

de acordo com as condutas previamente estabelecidas. Isso sugere que a comunidade escolar é tratada de forma uniforme, sem considerar as individualidades e diferenças de cada aluno. Como resultado, os CEPMG limitam o direito dos alunos de desenvolverem suas relações sociais de forma consciente e participativa, aspectos essenciais para a construção de uma sociedade coletiva.

Lima (2018) destaca que o modelo adotado em Goiás serviu de inspiração para o projeto proposto pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, implicando na padronização de comportamentos por parte de toda a comunidade escolar, incluindo professores, alunos e equipe técnica, em um único caminho: o da obediência sem questionamento, também conhecido no contexto militar como civismo. Embora o termo "civismo" pareça estar relacionado à cidadania, à democracia e à plenitude da vida em sociedade, na prática, representa o oposto disso, pois implica em obedecer sem questionar, transmitindo a ideia de que alguém ou alguma instituição detém poder hierárquico para determinar o que é melhor para a vida em sociedade, restando apenas ao indivíduo cumprir o que foi estabelecido (Lima, 2018).

Assim Godoy & Fernandes (2021) apontam o problema na gestão das escolas em questão, com as forças de segurança consideradas os elementos ideais para o treinamento necessário, dada a sua inserção em instituições que têm como princípio fundamental esse tipo de disciplina. Os autores ressaltam que ao confiar tal responsabilidade às forças armadas e polícias militares, o decreto presidencial vai de encontro à Constituição Federal, em especial ao seu artigo 206, que garante a "liberdade de ensinar", a "liberdade de aprender" e a "liberdade de pesquisar e divulgar o pensamento", além de restringir firmemente o "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas". Esses princípios, por

si só, asseguram à sociedade brasileira uma escola democrática, fundamentada na diversidade e na necessidade de construir e fortalecer a cidadania.

Portanto, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), estabelecido pelo decreto 10.004, de setembro de 2019, pelo governo federal, apresenta diversas ilegalidades e está impregnado de intenções autoritárias e doutrinárias. Trata-se de um modelo capaz, através das menores ações, de moldar o cidadão do futuro, deixando-o dotado de civilidade, mas carente do mínimo de consciência cidadã, incapaz de perceber e se indignar diante das suas autoridades, aceitando passivamente a vontade dos governantes e autoridades estabelecidas. Isso abre caminho para um projeto de governo que marginaliza minorias e aumenta a desigualdade social, sem que haja uma população formada criticamente para combater tais injustiças.

Dessa forma, ao ter as forças de segurança assumindo o comando das escolas, corre-se o risco de promover essa cultura de civismo, indo de encontro a valores tão prezados pela sociedade brasileira, que por décadas enfrentou a opressão durante o regime militar. Deve-se ter uma escola democrática e uma gestão escolar democrática, pois esse é o espaço social que acolhe a diversidade e a contradição. Privar os alunos, professores e funcionários de participar da construção desse princípio coletivo é condenar toda uma geração a restrições que só prejudicarão a sociedade brasileira como um todo.

CAPÍTULO IV

MÉTODOS E ESTRATÉGIAS

De acordo com Santos (2020), a metodologia de um trabalho acadêmico começa com a definição do objetivo geral a ser alcançado, juntamente com os objetivos específicos, que têm a função de atender ao objetivo geral. Com base nisso, são delineadas as etapas e os resultados alcançáveis, que em conjunto estabelecem o que se pretende alcançar e quais métodos e estratégias serão utilizados pelo pesquisador.

Para a formulação dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, recorreu-se à orientação de diversos autores, tais como Cervo e Bervian (1978), Marconi e Lakatos (2003), Flick (2009), e Tozoni-Reis (2009), entre outros, cujas contribuições direcionam a definição dos objetivos, a escolha da abordagem metodológica, a seleção dos instrumentos de coleta de dados e a determinação do local de realização da investigação empírica.

O propósito de um estudo de pesquisa é primariamente expor aquilo que o pesquisador se propõe a desenvolver, desde a definição dos aspectos teóricos e metodológicos até a obtenção dos resultados almejados, em uma determinada área do conhecimento. Marconi e Lakatos (2003, p 156) nos dizem que, “toda pesquisa dever ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar”.

Nesse contexto, o propósito da pesquisa científica se revela ao destacar e aprofundar o entendimento sobre a problemática investigada, buscando ampliar o conhecimento sobre o tema em questão. Reforçando essa visão, Tozoni-Reis (2009) ressalta que a

pesquisa representa um esforço para compreender a realidade, sendo um processo minucioso e sistemático de investigação, tanto no âmbito natural quanto no social.

Cervo e Bervian (1978) destacam que os objetivos da pesquisa exercem influência sobre a natureza do estudo, o tipo de problema investigado e o material coletado. Geralmente, os projetos de pesquisa incluem dois tipos de objetivos: o objetivo geral, que resume operacionalmente o que se deseja esclarecer; e os objetivos específicos, que devem estar alinhados ao objetivo geral, detalhando os desdobramentos pretendidos com base nele.

Em linhas gerais, a partir dos autores supramencionados, podemos dizer que os objetivos da pesquisa indicam a direção a ser seguida, relacionando-se com as finalidades da investigação. Assim, os objetivos da pesquisa científica visam gerar novos conhecimentos, ampliando generalizações, sistemas e teorias sobre uma determinada problemática. Em resumo, o objetivo define o propósito da investigação. A metodologia, por sua vez, constitui-se em um conjunto de processos e procedimentos essenciais para a construção do estudo investigativo, buscando revelar a verdade presente nas informações e reflexões sobre o objeto de pesquisa com base nos dados coletados no campo. Nesse contexto, a metodologia da abordagem adotada, os resultados esperados, o tipo de estudo realizado, o local de pesquisa, a definição dos participantes, os instrumentos utilizados, a análise dos dados, entre outros aspectos. Esses elementos, pertinentes à presente pesquisa, serão descritos nas seções subsequentes.

As preocupações deste estudo estão centradas na análise da satisfação dos professores e alunos do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, localizado em Penalva/MA, no ano de 2024, em relação a uma gestão compartilhada cívico-militar. Essa

análise levou em consideração os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais envolvidos no contexto da instituição de ensino.

O Problema da pesquisa

As escolas militares no Brasil possuem uma história longa e significativa, que remonta ao período colonial. No entanto, a militarização das escolas públicas é um fenômeno recente e controverso, adotado por alguns governos estaduais e municipais com o propósito de melhorar o desempenho acadêmico e a disciplina dos alunos.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), criado durante o governo conservador de Jair Messias Bolsonaro, sob o argumento de aprimorar a qualidade da educação básica, por meio de um modelo de gestão compartilhada entre civis e militares, nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contou com a adesão "voluntária" de estados, municípios e Distrito Federal.

Seu público-alvo foi escolas em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). De acordo com o Ministério da Educação do governo Bolsonaro, o objetivo era implantar 216 escolas cívico militares até 2023, sendo que atualmente há 203 em funcionamento e 89 em fase de implantação.

No entanto, esse modelo foi alvo de críticas por parte de pesquisadores, entidades de classe, parte significativa da sociedade e educadores que questionaram os seus pressupostos pedagógicos, políticos e sociais. Entre os principais argumentos contrários à militarização das escolas públicas, destacaram-se a violação do princípio da gestão democrática da educação, garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao transferir parte da administração escolar para

agentes externos à comunidade educativa e submeter os professores e estudantes a uma hierarquia rígida e autoritária. Além da imposição de uma cultura militarizada que valoriza a disciplina, o respeito à ordem, o trabalho em equipe e a higiene corporal como qualidades não cognitivas dos alunos em detrimento da autonomia, da criatividade, da diversidade e da criticidade.

Compõem ainda as críticas, por parte de pesquisadores, a ausência de evidências que confirmem a eficácia do modelo militarizado na melhoria da qualidade da educação pública, considerando as vantagens das escolas militarizadas, como processo seletivo, maior orçamento, melhor infraestrutura, maior número de profissionais e menor vulnerabilidade à violência. E, a perpetuação de uma lógica excludente e segregacionista que reforça as desigualdades sociais e educacionais entre as escolas públicas e entre os estudantes de diferentes classes, raças, gêneros e orientações sexuais, são aspectos considerados.

Por outro lado, os defensores do modelo argumentam que a militarização das escolas públicas tem como objetivo aprimorar a qualidade da educação, especialmente em regiões com vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de promover valores como disciplina, respeito, hierarquia, patriotismo e civismo entre estudantes, professores e gestores. Isso contribuiria para a redução dos índices de violência, evasão, indisciplina e uso de drogas nas escolas, proporcionando um ambiente mais seguro e propício para o aprendizado, além de viabilizar uma gestão compartilhada entre o corpo docente da escola e uma equipe militar, atuando nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa.

No âmbito da presente pesquisa, emergiu uma problemática decorrente do confronto entre defensores e opositores do modelo em

questão. Envolvendo professores, estudantes, membros da equipe escolar e a comunidade em geral, confrontando um paradigma educacional que compromete a autonomia pedagógica, perpetua uma cultura autoritária e repressiva entre os estudantes, negligência a diversidade, desvaloriza os profissionais da educação e viola os direitos humanos.

Considerando esses aspectos, a análise da satisfação de professores e alunos no contexto educacional revelou-se relevante para compreender os fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem e a qualidade da educação. No caso das escolas militarizadas, esse tema assume ainda mais importância, pois aborda questões de disciplina, hierarquia, valores e identidade que podem impactar de maneira positiva ou negativa a relação entre os agentes educacionais.

Nesse contexto, este estudo propôs examinar criticamente a satisfação de professores e alunos do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX - Caldas Marques, na cidade de Penalva - MA, uma escola que adotou o modelo de gestão cívico militar, em relação ao processo de aprendizagem e ao desenvolvimento educacional, didático-pedagógico e administrativo, visando aprimorar a qualidade do ensino.

A pesquisa adotou a intenção de quantificar, visando obter o percentual de satisfação ou insatisfação em cada item abordado nos questionários, abordando fenômenos sociais e educacionais. Foi realizada com base em questionários fechados, respondidos por docentes e discentes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX - Caldas Marques.

Para embasar a análise crítica, foram consideradas as contribuições teóricas de autores como Santos e Alves (2022), Queiroz (2023), Rosa (2022), Luz (2022), entre outros reconhecidos na área de educação,

sociologia, psicologia, pedagogia e gestão escolar. Essas contribuições abordam desde o panorama nacional da militarização da educação pública no Brasil até o impacto da disciplina e da vigilância nas escolas militarizadas, proporcionando um arcabouço teórico robusto para a análise proposta.

Esta dissertação visa contribuir para o debate sobre as implicações da gestão militarizada na educação básica e para a compreensão dos fatores que afetam a satisfação de professores e estudantes em diferentes contextos educacionais. Espera-se que os resultados deste estudo possam subsidiar políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a melhoria da qualidade da educação e o respeito à diversidade e à democracia nas escolas.

Ao término do estudo, buscou-se responder aos seguintes questionamentos:

- 1- Qual foi o nível de satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de julho – Unidade XIX – Caldas Marques diante do modelo de gestão compartilhada civil-militar, conforme o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM), no ano de 2024?
- 2- E outras perguntas específicas, tais como: Como a gestão escolar influenciou na qualidade do ensino e na motivação dos docentes e discentes?
- 3- Qual contribuição a gestão militar pôde oferecer à gestão civil para o aprimoramento das áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa no contexto de uma comunidade escolar carente?
- 4- Como os professores e estudantes avaliaram a gestão da escola em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia,

transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional?

Justificativa da pesquisa

Conforme destacado por Santos (2019), é essencial identificar as lacunas que se pretende abordar por meio do desenvolvimento do projeto de pesquisa. Uma das razões para justificar a realização da pesquisa é suprir as incertezas identificadas em relação a um determinado objeto de estudo. Essas incertezas podem ser identificadas por meio das limitações encontradas em estudos anteriores, destacando lacunas nas análises já realizadas, ou até mesmo propondo uma nova abordagem para uma determinada problemática. Muitos trabalhos acadêmicos, como dissertações e teses, abordam, em suas considerações finais, os desafios encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa que merecem ser investigados, mesmo que não estejam diretamente relacionados ao objetivo principal do estudo.

Minayo (2001) ressalta que a justificativa se refere à importância de realizar determinada pesquisa. São os motivos que fundamentam porque tal estudo deve ser conduzido e quais serão suas contribuições para a compreensão, intervenção ou solução do problema em questão. A forma mais impactante de justificar uma pesquisa é aquela que estabelece uma conexão entre a relevância intelectual e prática do problema investigado com a experiência do pesquisador.

Assim, a justificativa para a realização desta pesquisa foi fundamentada na necessidade de compreender os impactos da gestão compartilhada cívico-militar nas escolas, especificamente no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, localizado em

Penalva/MA, no ano de 2024. Esta investigação é de suma importância em termos sociais, educacionais, culturais e acadêmicos.

Em primeiro lugar, do ponto de vista social, é fundamental examinar como a implementação de uma gestão compartilhada cívico-militar em uma instituição de ensino afeta as relações entre os diferentes atores escolares, como docentes, discentes e funcionários. Tal análise permitiu identificar possíveis impactos na convivência e no clima escolar, bem como entender como essa gestão influencia na promoção de valores democráticos e na construção de uma comunidade escolar mais inclusiva.

No âmbito educacional, a pesquisa buscou avaliar como essa modalidade de gestão afeta os aspectos pedagógicos da escola, incluindo o currículo, as práticas de ensino e aprendizagem, e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Investigar esses aspectos é fundamental para identificar se a gestão compartilhada cívico-militar estaria de fato contribuindo para a melhoria da qualidade educacional ou comprometendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Do ponto de vista cultural, a pesquisa pretendeu examinar como a militarização das escolas impacta na formação cultural dos estudantes e na construção de identidades individuais e coletivas. Pois, se revela importante investigar se essa abordagem promove uma cultura autoritária e hierárquica, em detrimento da valorização da diversidade e do respeito aos direitos humanos.

Academicamente, esta pesquisa colabora para preencher um pouco mais uma lacuna significativa na literatura acadêmica, uma vez que ainda há poucos estudos que abordam de forma crítica os efeitos da gestão compartilhada cívico-militar nas escolas brasileiras. Ao evidenciar como essas escolas podem ferir princípios democráticos

estabelecidos na Constituição Federal, esta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais democráticas e inclusivas.

As visões divergentes sobre o modelo de ensino militarizado evidenciam a complexidade e a controvérsia que envolvem essa abordagem educacional. Enquanto alguns acreditam que a escola militar representa um retrocesso para a sociedade, devido ao emprego de métodos tradicionais de ensino, outros enxergam nesse modelo uma solução para lidar com questões de indisciplina e defasagem na aprendizagem escolar. Esta controvérsia adiciona mais uma camada de relevância à pesquisa proposta, reforçando a necessidade de um esforço investigativo dedicado à compreensão dos impactos da gestão compartilhada cívico-militar nas escolas brasileiras.

Objetivos geral e específicos

O objetivo de uma pesquisa científica é descobrir novos conhecimentos e compreender mais profundamente fenômenos, processos ou relações dentro de um determinado campo de estudo. Essa busca por entendimento, pode variar desde a exploração de teorias até a solução de problemas específicos ou o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias.

Conforme Minayo (2001, p.42):

É comum estabelecer um objetivo geral mais abrangente, ligando-o a outros objetivos mais detalhados. Recomendamos o uso de verbos no infinitivo ao descrever os objetivos.

Objetivo geral

O objetivo geral de uma pesquisa científica define a principal meta que o estudo pretende alcançar. Fornecendo uma visão do propósito da investigação, delineando claramente o que a pesquisa busca compreender, descobrir, provar ou analisar.

Assim, temos como objetivo geral desta pesquisa:

Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada cívico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais.

Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral dessa investigação formulou-se três pontos considerados como imprescindíveis para a efetivação e o aproveitamento desse estudo, sendo eles:

- 1- Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes;
- 2- Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes;
- 3- Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi delimitada para investigar o contexto educacional do município de Penalva, localizado no estado do Maranhão, Brasil. Penalva é uma cidade com características socioeconômicas específicas, que influenciam diretamente seu sistema educacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010 era de 97,8%, enquanto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, em 2021, foi de 4,7, e para os anos finais, foi de 4,3.

A escola pesquisada foi o Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA. Esta escola foi escolhida devido ao seu contexto específico de gestão compartilhada cívico-militar, o que possibilitou uma análise mais aprofundada dos aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais sob essa abordagem.

Figura 01 - Fachada do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, Penalva/MA



Fonte: Acervo do Colégio

A delimitação teórico-metodológica da pesquisa envolveu a aplicação de questionários aos docentes e discentes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho, relacionados ao contexto escolar. A pesquisa foi embasada pelo referencial teórico sobre abordagens críticas da educação para contextualizar e analisar os dados coletados.

Desenho Metodológico

O desenho metodológico da pesquisa em questão foi planejado para atender aos objetivos propostos e fornecer uma análise abrangente e significativa da satisfação de docentes e discentes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, em relação à gestão compartilhada cívico-militar. Este desenho metodológico abrangeu várias etapas e técnicas de coleta e análise de dados, visando garantir a qualidade e a validade dos resultados obtidos.

Optou-se por utilizar um desenho não experimental, o qual, de acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013), consiste em observar os fenômenos em sua condição natural, sem manipulações ou interferências por parte do pesquisador.

Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema, permitindo uma compreensão aprofundada do contexto educacional, das teorias relevantes e das pesquisas anteriores relacionadas à gestão compartilhada cívico-militar. Isso contribuiu para fundamentar teoricamente a pesquisa e orientar a formulação das questões de pesquisa.

Em seguida, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, que consistiu em questionários estruturados para os docentes e os discentes. Esses questionários foram projetados para capturar informações relevantes sobre a satisfação dos participantes em relação à gestão

compartilhada cívico-militar, abordando aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais.

A amostra foi selecionada buscando representar a população-alvo da pesquisa, considerando sua experiência direta com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar. A participação dos sujeitos foi voluntária e respeitou os princípios éticos da pesquisa científica.

Após a coleta de dados, foi realizada uma análise, relacionando e confrontando os dados a fim de ter uma percepção de como professores e estudantes percebem a escola cívico-militar. que envolveu a organização, a categorização e a interpretação dos dados obtidos. A análise dos dados coletados a partir das respostas dos questionários enriqueceu a compreensão dos fenômenos estudados, possibilitando a identificação de padrões, tendências e dados relevantes.

O desenho metodológico adotado foi fundamental para garantir a confiabilidade, a validade e a relevância dos resultados obtidos, contribuindo assim para a geração de conhecimento e para o avanço do entendimento sobre a gestão compartilhada cívico-militar no contexto educacional específico investigado.

População e amostra

Os participantes selecionados para esta pesquisa desempenharam papéis fundamentais na compreensão dos objetivos propostos, fornecendo uma visão do contexto educacional sob investigação. A população é composta pelos docentes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, bem como os discentes desse mesmo ano de escolaridade.

A população composta por 15 professores e 133 estudantes, das 4 turmas do 9º ano do ensino fundamental, do Colégio 2 de julho, no ano

de 2024. Dentro dessa população foram considerados para compor amostra 07 professores e 30 estudantes de uma das 4 turmas do 9º ano, da referida escola. O critério da escolha dessa população e amostra foi por serem esses diretamente afetados pela proposta pedagógica da escola cívico-militar, e pelo fato dos estudantes, desse ano de escolaridade já terem uma capacidade de reflexão e amadurecimento para opinar de forma consciente sobre o assunto.

Os docentes foram escolhidos por serem os responsáveis diretos pelo processo de ensino e aprendizagem na escola. Sua participação permitiu uma compreensão mais aprofundada dos aspectos pedagógicos do modelo de gestão compartilhada cívico-militar adotado pela instituição. Além disso, eles puderam oferecer informações sobre a implementação das políticas educacionais, a dinâmica da sala de aula e as interações com os alunos e demais membros da comunidade escolar.

Por outro lado, os discentes do 9º ano foram incluídos na pesquisa para fornecerem sua perspectiva como usuários diretos do sistema educacional. Suas opiniões e experiências contribuíram para uma compreensão mais completa dos efeitos do modelo de gestão compartilhada cívico-militar em seu desenvolvimento acadêmico, socioemocional e pessoal. Suas percepções sobre a qualidade do ensino, o clima escolar, a disciplina e a relação com os professores foram essenciais para avaliar a eficácia e os impactos do modelo adotado pela escola.

Ao colaborarem com a pesquisa, tanto os docentes quanto os discentes forneceram informações que permitiram a análise e contribuíram com as considerações a respeito da problemática estabelecida. Suas vozes e experiências foram fundamentais para garantir uma representação abrangente e precisa do contexto educacional estudado, permitindo uma compreensão mais profunda

dos desafios e das potencialidades associadas ao modelo de gestão compartilhada cívico-militar em uma escola específica.

Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados

Para a coleta de dados na pesquisa foram empregados questionários fechados, uma técnica comum em pesquisas quantitativas, que visa mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de uma amostra representativa do público-alvo de forma estatisticamente comprovada (Manzato & Santos, 2012).

Dois questionários distintos foram utilizados: um destinado aos alunos matriculados no 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, e outro destinado aos professores do mesmo ano na mesma instituição de ensino.

A diferenciação dos questionários se justificou pela perspectiva distinta entre alunos e professores, em que questões relevantes para os professores nem sempre são relevantes para os alunos, e vice-versa. Os docentes têm uma abordagem pedagógica e de aprendizagem diferenciada, enquanto os alunos estão mais centrados em sua experiência de ensino-aprendizagem e disciplina.

Validação dos Instrumentos

O processo de validação dos instrumentos de pesquisa seguiu as recomendações

de Campoy (2018), para quem, examinar as propriedades psicométricas de um instrumento envolve principalmente a avaliação da qualidade de sua medição. Duas características métricas são fundamentais para avaliar a precisão de um instrumento: validade e confiabilidade.

Assim, após a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, eles foram submetidos ao processo de validação, passando pela análise de três especialistas. Esses especialistas realizaram uma análise para identificar os parâmetros que garantiriam sua conformidade com os objetivos da pesquisa. Isso envolveu não apenas avaliar a coesão e a coerência das questões, mas também garantir a observância dos princípios éticos exigidos no desenvolvimento da pesquisa científica. Validação de questionários em anexo.

Procedimento para coleta de dados

O procedimento para coleta de dados nesta pesquisa quantitativa envolveu a aplicação de questionários fechados, um para os professores e outro para os estudantes do 9º ano da escola. A opção de dois questionários distintos para professores e estudantes foi devido a pontos de vista diferentes desses dois grupos. Este questionário teve como objetivo mensurar o nível de satisfação desses grupos com a implantação da gestão compartilhada civil-militar. As respostas obtidas forneceram dados quantitativos que permitiram uma análise objetiva da percepção dos professores e estudantes em relação a essa mudança na gestão escolar. A utilização de questionários fechados permitiu uma coleta de dados padronizada e eficiente, facilitando a análise estatística e a comparação dos resultados (Santos, 2013).

Técnicas de Análise e Interpretação dos dados

Na presente pesquisa quantitativa as técnicas de análise e interpretação dos dados desempenharam um papel fundamental na compreensão da satisfação dos docentes e discentes do 9º ano do

Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques na cidade de Penalva/MA, em relação à gestão cívico-militar implementada.

Segundo Alvarenga (2014), caracteriza-se como quantitativa, pois, para transformar dados em números, e depois em informações, utilizaram-se técnicas estatísticas, analisando-as para revelar o problema da pesquisa. A análise dos dados consistiu na aplicação de métodos estatísticos, como análise descritiva, correlacional e inferencial, para identificar padrões, relações e tendências nos dados coletados, buscando conhecer a satisfação dos docentes e discentes para os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais da gestão cívico-militar.

Na interpretação dos dados, seguimos a perspectiva de Campoy (2018), buscando acercar o entrevistador o mais possível ao mundo ou à experiência contada pelo entrevistado. Dessa forma, os resultados foram interpretados de maneira aprofundada, vinculando as respostas dos participantes a outros conhecimentos e teorias relevantes. Foi realizada uma análise contextualizada, considerando o cenário educacional específico do Colégio Militar 2 de Julho e as particularidades da implementação da gestão cívico-militar nessa instituição. Os resultados foram interpretados à luz das teorias existentes sobre gestão escolar, satisfação dos envolvidos na comunidade escolar e os impactos da gestão cívico-militar na educação.

Para a análise da discussão teórica e dos dados quantitativos desta pesquisa, utilizaram-se, como referencial teórico os conceitos de satisfação, motivação, clima escolar, relação professor-aluno e gestão escolar, bem como as abordagens críticas da educação que problematizam os aspectos políticos, ideológicos e culturais presentes na prática pedagógica. Além disso, foram apresentados as características e os resultados das escolas militarizadas no Brasil e no

Maranhão, juntamente com as críticas e os desafios enfrentados por esse modelo. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa descritiva exploratória com enfoque quantitativo.

Para fundamentar a análise crítica, foram utilizadas as contribuições teóricas de diversos autores. Santos e Alves (2022) mapearam e analisaram o cenário nacional da militarização da educação pública no Brasil em 2019. Queiroz (2023) investigou os fatores que favorecem o desempenho positivo dos colégios militares e das escolas militarizadas. Rosa (2022) analisou o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem. Luz (2022) estudou como a vigilância, a repressão e a humilhação nas escolas militarizadas influenciam a vida de professores, alunos e comunidade escolar, e como esses fatores interferem no processo ensino e aprendizagem. Além disso, foram consideradas as contribuições de outros autores renomados e atualizados na área de educação, sociologia, psicologia, pedagogia e gestão escolar, como Freire (2019), Bourdieu (2018), Nóvoa (2017), Libâneo (2016), Paro (2010), Lück (2011) entre outros.

As técnicas de análise e interpretação dos dados nesta pesquisa quantitativa forneceram uma compreensão abrangente da satisfação dos docentes e discentes em relação à gestão cívico-militar, oferecendo conhecimentos que podem ajudar a aprimorar políticas educacionais e práticas de gestão escolar. A análise estatística e a interpretação dos resultados permitiram uma avaliação do impacto dessa modalidade de gestão na comunidade escolar estudada.

CAPÍTULO V

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados coletados nesta pesquisa proporcionou uma compreensão profunda das percepções dos professores e estudantes em relação à dinâmica da escola cívico-militar. Ao relacionar e confrontar os dados, buscou-se identificar padrões e nuances que elucidaram como esses dois grupos percebiam o ambiente escolar e a gestão adotada.

Decidiu-se utilizar uma amostra intencional, que segundo (Santos, 2018) é aquela na qual o pesquisador seleciona deliberadamente a população a ser estudada, especialmente em circunstâncias específicas. Em algumas situações de pesquisa, é comum recorrer a amostras não probabilísticas, com ênfase na amostra intencional. Nesse sentido, o pesquisador identifica e seleciona uma amostra que possa fornecer as informações requeridas para o estudo:

Essa metodologia se refere a pesquisas com sujeitos que participam de uma ação [...] As técnicas de amostragem não probabilística são intencionais e não intencionais. Realizam-se entrevistas com grupos de sujeitos escolhidos pelo investigador por serem representantes de uma população em particular (Santos, 2018, p. 31).

A amostra selecionada para este estudo foi representativa do contexto específico do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, localizado na cidade de Penalva/MA. Composta por 30 alunos do 9º ano do turno da manhã, juntamente com 7 professores. A amostra nos forneceu dados sobre as dinâmicas e percepções presentes nesse ambiente educacional.

O procedimento metodológico adotado para coleta de dados nesta pesquisa quantitativa baseou-se na aplicação de questionários fechados, uma técnica amplamente utilizada para a obtenção de informações objetivas e mensuráveis. A escolha por essa abordagem permitiu uma análise das percepções e opiniões dos participantes em relação à gestão cívico-militar na escola.

Durante o processo de coleta, foram utilizados dois questionários distintos: um destinado aos alunos matriculados no 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, e outro direcionado aos professores que atuam no mesmo ano letivo na instituição de ensino. Essa diferenciação se mostrou fundamental, uma vez que alunos e professores têm perspectivas e experiências distintas no contexto escolar.

A elaboração de questionários específicos para cada grupo se justificou pela natureza diferente das preocupações e interesses de cada um. Enquanto os professores têm um foco mais voltado para questões pedagógicas e de gestão escolar, os alunos estão mais preocupados com sua experiência de ensino-aprendizagem e disciplina na escola. Essa abordagem diferenciada permitiu uma análise mais precisa e abrangente das percepções de ambos os grupos em relação à gestão cívico-militar implementada na instituição.

A análise dos dados coletados nesta pesquisa quantitativa objetivou a compreensão das percepções dos docentes e discentes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, em relação à gestão cívico-militar adotada pela escola. Por meio das técnicas de análise e interpretação dos dados, foi possível explorar de forma abrangente e detalhada as diferentes dimensões da satisfação desses atores escolares em relação ao modelo de gestão implementado.

Além disso, para enriquecer e embasar a análise crítica dos resultados obtidos, recorreremos às contribuições teóricas de diversos pesquisadores que abordam temas correlatos, como encontrados nos capítulos anteriores. Essa fundamentação teórica permitiu uma análise contextualizada dos dados, contribuindo para uma compreensão mais das percepções dos participantes em relação à gestão escolar.

A partir dessas considerações, este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os principais resultados encontrados na pesquisa, confrontando e relacionando os dados obtidos para oferecer conhecimentos significativos sobre a eficácia e a aceitação da gestão cívico-militar na escola.

Serão apresentadas as análises sobre as respostas dos alunos do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Por meio dos dados coletados em uma série de perguntas direcionadas aos alunos, buscaremos compreender a sua satisfação, percepções e experiências em relação a diversos aspectos do modelo de gestão adotado pela instituição de ensino.

Serão abordadas questões como a influência do modelo cívico-militar na experiência de aprendizado dos alunos, a eficácia da comunicação entre a administração da escola e os estudantes, a qualidade das aulas ministradas, o ambiente de respeito e inclusão, entre outros temas relevantes para a compreensão da dinâmica escolar e da satisfação dos alunos.

As respostas dos alunos desempenham papel importante na análise dos dados, fornecendo informações sobre as necessidades individuais e coletivas, podendo levar a identificar quais áreas necessitam ser melhoradas a fim de oferecer um suporte para que se alcance essa melhora, podendo contribuir para o bem-estar dos alunos.

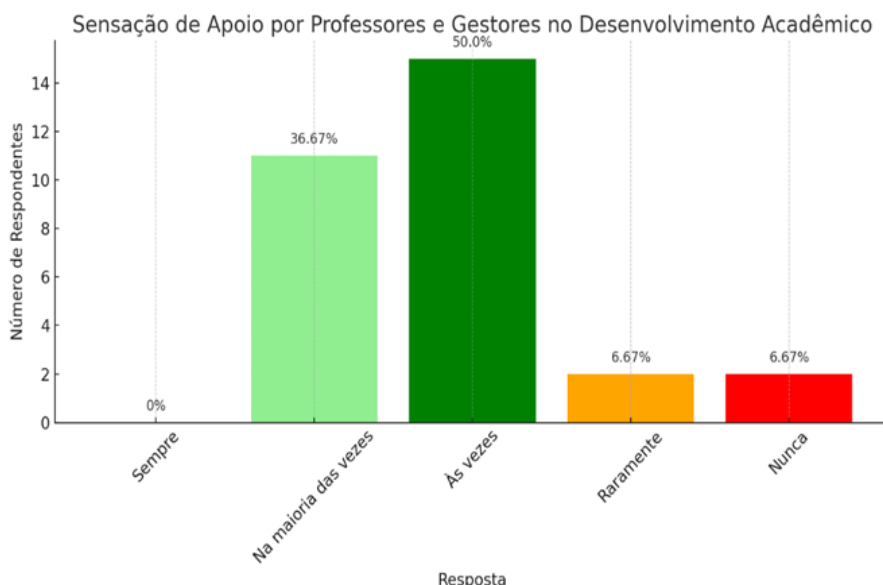
A partir das análises dos dados coletados e das respostas dos alunos, será possível identificar padrões e tendências de vivência na gestão compartilhada civil-militar.

As respostas dos estudantes também podem revelar aspectos emocionais, sociais e comportamentais que influenciam sua aprendizagem, podendo a partir daí criar um ambiente de apoio mais eficaz, podendo levar a identificar possíveis desafios a serem enfrentados pelos alunos, desenvolvendo estratégias para promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acolhedor.

Nesse sentido, a valorização das respostas dos estudantes é essencial para promover uma educação de qualidade e mais inclusiva.

1) Você se sente apoiado(a) por professores e gestores em seu desenvolvimento acadêmico?

Figura 02 - Sensação de apoio no desenvolvimento acadêmico



Fonte: Respostas dos estudantes

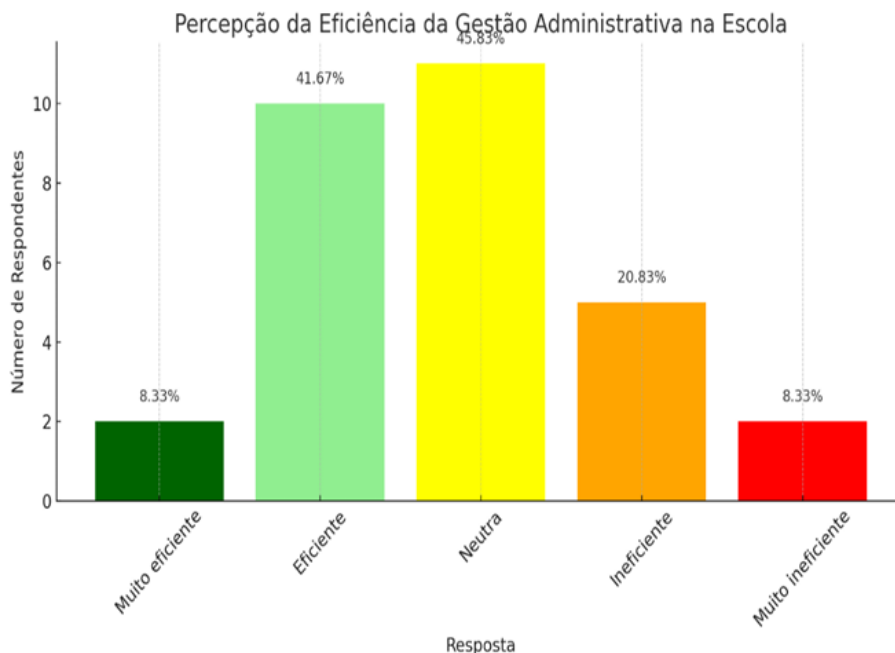
Ao analisar e interpretar a percepção dos estudantes em relação ao apoio oferecido pelos professores e gestores no desenvolvimento acadêmico, a maioria dos estudantes respondeu que às vezes se sente apoiada (50.00%), enquanto uma parcela significativa indicou que na maioria das vezes se sente apoiada (36.67%). Essas respostas sugerem que, em geral, há uma percepção positiva quanto ao apoio oferecido pelos professores e gestores, pois a maioria dos estudantes relatou sentir-se apoiada pelo menos algumas vezes.

Essa percepção de apoio pode estar relacionada à satisfação dos alunos em relação ao modelo de gestão compartilhada cívico-militar adotado pela escola. Se os alunos se sentem apoiados em seu desenvolvimento acadêmico, isso pode contribuir para uma maior satisfação com a escola e com o modelo de gestão em vigor.

Podemos inferir que a percepção de apoio oferecido pelos professores e gestores pode ser um indicador importante dessa satisfação. Essa análise nos permite compreender melhor como os diferentes aspectos do ambiente escolar, como o relacionamento professor-aluno e a qualidade do apoio oferecido, podem influenciar a satisfação dos alunos com o modelo de gestão da escola.

2) Como você percebe a eficiência da gestão administrativa na escola?

Figura 03 - Percepção da eficiência



Fonte: Respostas dos estudantes

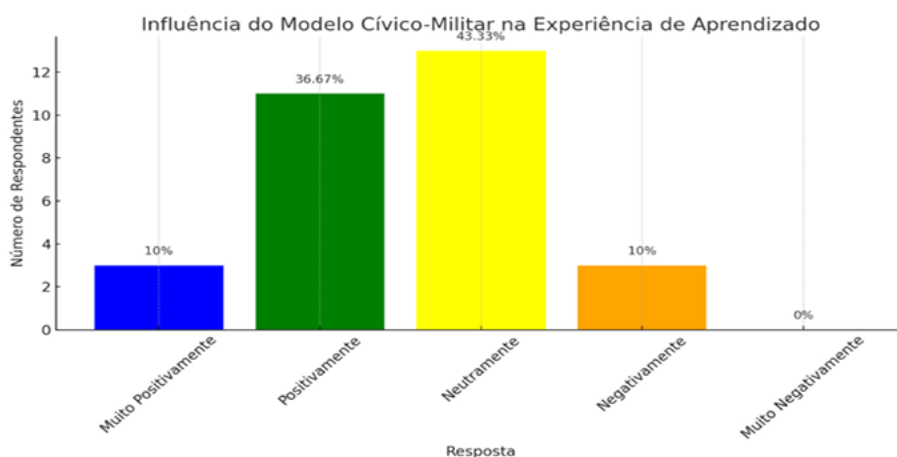
A análise dos dados revela que a percepção dos alunos sobre a eficiência da gestão administrativa na escola é predominantemente positiva. Cerca de 50% dos alunos consideraram a gestão como eficiente, enquanto 45.83% a avaliaram de forma neutra. Apenas 8.33% dos alunos classificaram a gestão como muito eficiente ou muito ineficiente, respectivamente. Esses resultados sugerem uma percepção geralmente favorável em relação à eficiência da gestão administrativa na escola cívico-militar.

No contexto desta pesquisa sobre a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada (civil/militar), esses dados

são importantes para compreender como os alunos percebem a eficiência da gestão administrativa. Uma percepção positiva pode indicar um ambiente escolar bem estruturado e organizado, o que pode influenciar positivamente a satisfação dos alunos e, por consequência, a qualidade do ensino.

3) Em sua opinião, como o modelo cívico-militar influenciou sua experiência de aprendizado?

Figura 04 – Influência do modelo cívico-militar



Fonte: Respostas dos estudantes

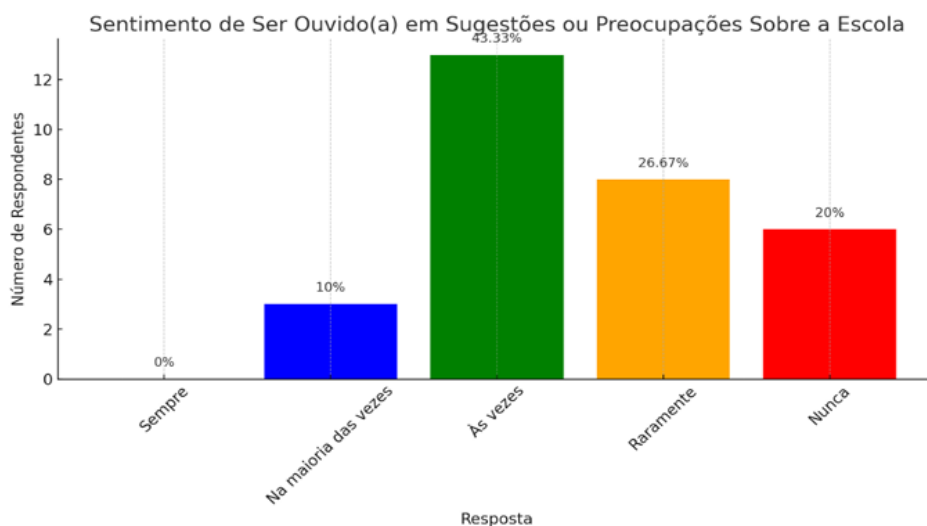
Ao analisar as respostas dos alunos sobre como o modelo cívico-militar influenciou sua experiência de aprendizado, podemos observar uma distribuição diversificada das opiniões. A maioria dos alunos (43.33%) indicou que o modelo teve uma influência neutra em sua experiência de aprendizado, seguido por 36.67% que expressaram uma influência positiva. Apenas 10% dos alunos consideraram que o modelo teve uma influência muito positiva, enquanto 10% relataram uma influência negativa. Notadamente, nenhum dos alunos indicou que o modelo teve uma influência muito negativa.

Esses resultados sugerem uma variedade de percepções entre os estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada cívico-militar. Enquanto alguns alunos parecem ter uma visão positiva ou neutra sobre sua influência em sua experiência de aprendizado, outros expressam opiniões mais críticas. Essa diversidade de perspectivas ressalta a importância de compreender as diferentes experiências e percepções dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada.

Observamos que as opiniões são divergentes, porém de acordo com dados do IBGE (2021), nas escolas em que os militares já ingressaram a expectativa é grande em relação às mudanças que podem ocorrer. A principal expectativa é de influenciar o comportamento dos estudantes, na disciplina em sala de aula e na diminuição da violência, proporcionando uma experiência de aprendizagem positiva e uma menor evasão escolar.

4) Você se sente ouvido(a) quando tem sugestões ou preocupações sobre a escola?

Figura 05 - Sentimentos de ser ouvido



Fonte: Respostas dos estudantes

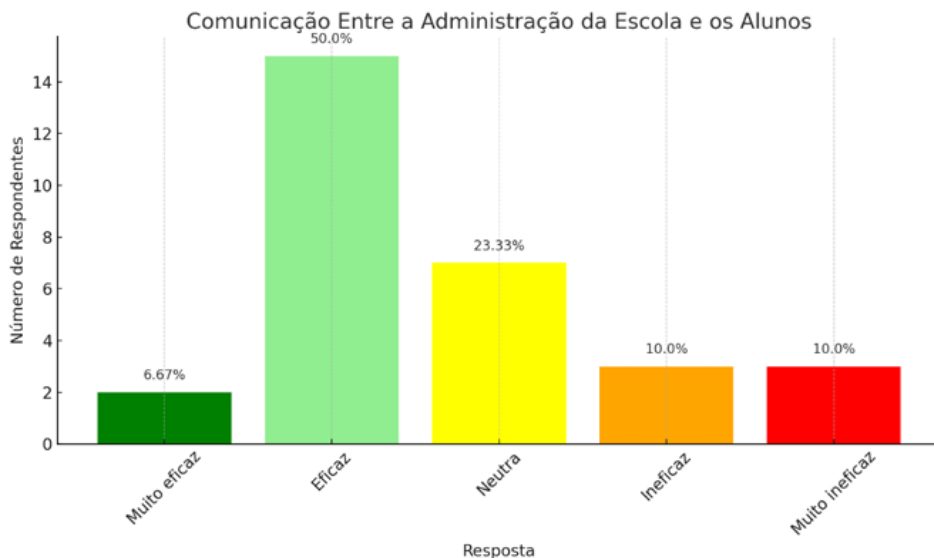
A partir da análise dos dados que apresentam as respostas dos alunos à pergunta sobre se eles se sentem ouvidos quando têm sugestões ou preocupações sobre a escola, podemos observar que a maioria dos respondentes, correspondendo a 43.33%, indicou que às vezes se sente ouvido. Esta resposta sugere uma certa ambiguidade na percepção dos alunos em relação à sua capacidade de expressar suas opiniões e preocupações na escola cívico-militar.

Além disso, uma parcela significativa dos alunos, representando 26.67%, relatou que raramente se sente ouvida, enquanto 20% afirmaram nunca se sentirem ouvidos. Esses resultados sugerem que há uma proporção considerável de alunos que não se sentem adequadamente ouvidos pela gestão da escola, o que pode impactar negativamente sua satisfação em relação ao modelo de gestão compartilhada civil/militar. Essa falta de comunicação e escuta pode gerar insatisfação entre os alunos, afetando seu engajamento e seu vínculo com a escola. Portanto, é importante investigar e abordar as razões por trás dessas percepções para melhor compreender a eficácia do modelo de gestão adotado.

De acordo com Dewey (1959), filósofo, psicólogo e educador norte-americano que defendia a abordagem progressista da educação, que enfatizou a importância de levar em consideração as experiências e perspectivas dos alunos no processo educacional, argumentando que a participação ativa dos estudantes no próprio aprendizado é essencial.

5) Como é a comunicação entre a administração da escola e os alunos?

Figura 06 – Comunicação administração X alunos



Fonte: Respostas dos estudantes

Ao analisar as respostas dos alunos sobre a comunicação entre a administração da escola e os alunos observamos que a maioria percebe a comunicação como eficaz ou muito eficaz, representando 56.67% dos respondentes. Isso sugere uma percepção positiva dos alunos em relação à eficácia da comunicação na escola cívico-militar. No entanto, também é importante notar que uma parcela significativa dos alunos (23.33%) classificou a comunicação como neutra, indicando uma falta de opinião clara sobre a eficácia desse aspecto da gestão escolar. Além disso, 20% dos alunos consideraram a comunicação como ineficaz ou muito ineficaz, o que pode indicar áreas de melhoria na comunicação

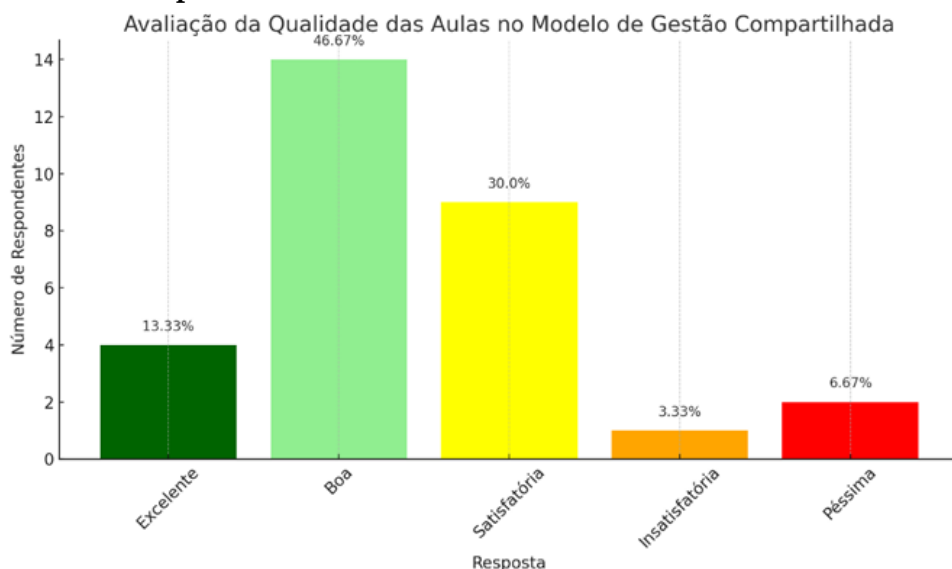
entre a administração e os alunos. Essas percepções dos alunos em relação à comunicação na escola cívico-militar são essenciais para compreender sua satisfação e experiência geral no contexto desse modelo de gestão compartilhada.

Segundo Freire, (1997, p.52) “saber ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”, sendo assim, o diálogo no contexto escolar pode promover a socialização e a compreensão das necessidades da sociedade, tornando-a democrática.

Nessa concepção, Libâneo (2007), defende a ideia de que a gestão escolar democrática também é engendradora como um sistema que agrega pessoas.

6) Como você avalia a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada?

Figura 07 – Avaliação - Qualidade x Modelo gestão compartilhada



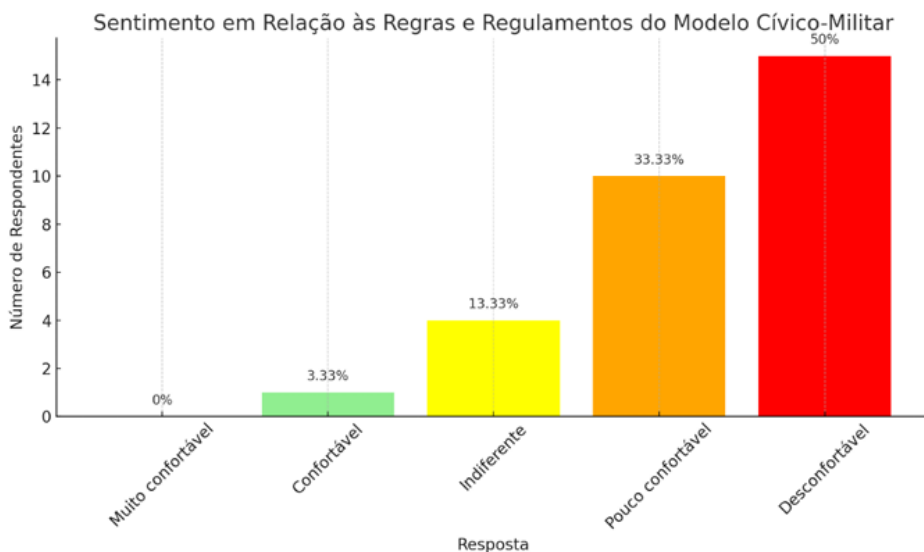
Fonte: Respostas dos estudantes

A partir das respostas dos alunos à pergunta sobre a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada, podemos observar que a maioria dos respondentes considerou a qualidade das aulas como boa ou excelente, representando 60% das respostas. Isso sugere uma percepção positiva por parte dos estudantes em relação ao ensino oferecido no contexto da gestão cívico-militar. No entanto, ainda há uma parcela menor de alunos que avaliou as aulas como satisfatórias, insatisfatórias ou péssimas, o que indica que existe espaço para melhorias na qualidade do ensino em algumas áreas específicas.

Essa análise ajuda a entender a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada, pois a qualidade das aulas é um aspecto fundamental da experiência educacional. As percepções dos alunos sobre a qualidade do ensino podem influenciar diretamente seu nível de engajamento, motivação e satisfação geral com a escola. Portanto, ao considerar esses dados, é possível identificar áreas de aceitação e possíveis pontos de melhoria na implementação do modelo cívico-militar, visando sempre promover uma experiência educacional positiva e enriquecedora para os estudantes.

7) Como você se sente em relação às regras e regulamentos do modelo cívico-militar?

Figura 08 – Sentimento sobre regras e regulamentos



Fonte: Respostas dos estudantes

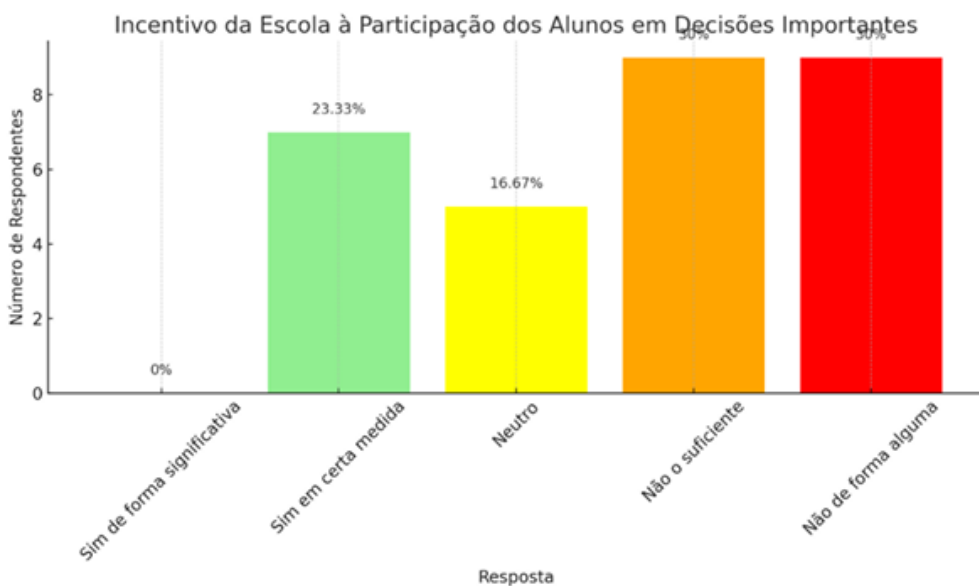
As respostas dos alunos à pergunta sobre como se sentem em relação às regras e regulamentos do modelo cívico-militar, nos leva a observar uma distribuição significativa. A maioria dos alunos, representando 50% dos respondentes, relatou sentir-se desconfortável com as regras e regulamentos estabelecidos. Essa percepção indica uma possível insatisfação ou desconforto dos estudantes em relação às normas impostas pelo modelo de gestão compartilhada. Além disso, 33.33% dos alunos afirmaram sentir-se pouco confortáveis com as regras, enquanto 13.33% se mostraram indiferentes e apenas 3.33% relataram sentir-se confortáveis. A predominância de respostas negativas sugere que há um descontentamento significativo entre os alunos em relação ao modelo de gestão cívico militar implementado na

escola. Essa insatisfação pode ter implicações na eficácia do modelo em promover um ambiente escolar positivo e acolhedor, afetando, assim, a satisfação dos estudantes em relação à experiência educacional oferecida.

De acordo com o Panorama das escolas Cívico-militares (2021), em 61% das escolas observou-se que a presença dos militares está contribuindo positivamente para a melhoria da disciplina entre os estudantes, e menor índice de violência na escola.

- 8) **Você acha que a escola incentiva a participação dos alunos em decisões importantes como conselho de classe, grêmio estudantil etc.**

Figura 09 – Incentivo à participação dos alunos



Fonte: Respostas dos estudantes

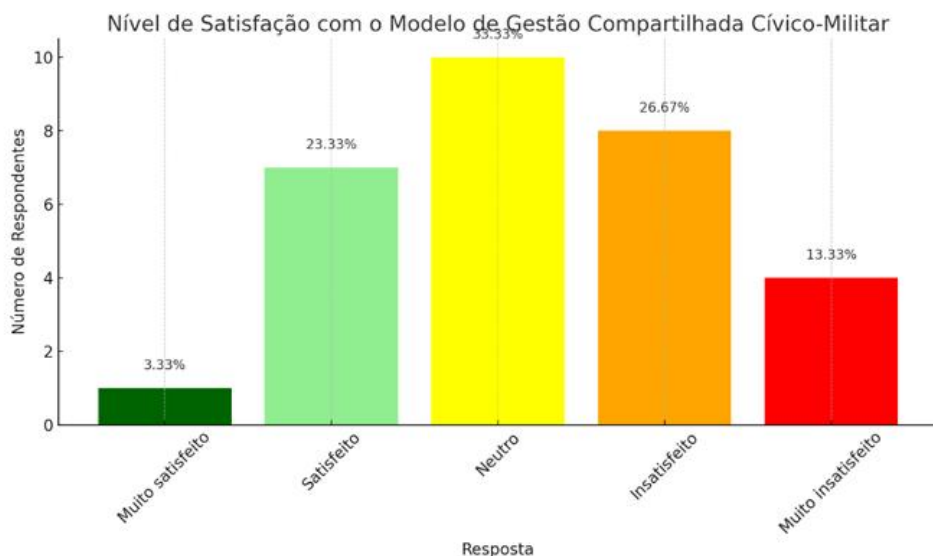
Ao analisar as respostas dos alunos sobre a percepção da escola em incentivar sua participação em decisões importantes, observa-se que houve uma distribuição variada de opiniões. Um número significativo de alunos (30%) considerou que a escola não os incentiva suficientemente a participar em decisões relevantes, enquanto outros 30% afirmaram que a escola não os incentiva de forma alguma. Por outro lado, uma parcela menor dos alunos (23.33%) sente que a escola os incentiva em certa medida, e apenas 16.67% dos alunos expressaram uma opinião neutra em relação a esse aspecto. Esses resultados sugerem que há uma lacuna na percepção dos alunos em relação ao incentivo da escola à sua participação em decisões importantes, o que pode impactar sua satisfação em relação ao modelo de gestão compartilhada (civil/militar). A falta de incentivo percebida pode influenciar negativamente a experiência dos alunos na escola, afetando sua satisfação com o modelo de gestão adotado.

De acordo com Alves & Toschi (2019), o espaço escolar é palco da maior parte das relações sociais do estudante. Por este motivo, deve-se considerar a escola como local privilegiado para investir na Educação em Valores.

Segundo Cruz (2015), essas instituições são definidas por uma gestão rígida, pautada em um conjunto de regras rigorosas, e é imposto punições, para o caso de infringir tais regras, e um severo controle disciplinar.

- 9) No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques?

Figura 10 – Nível de satisfação



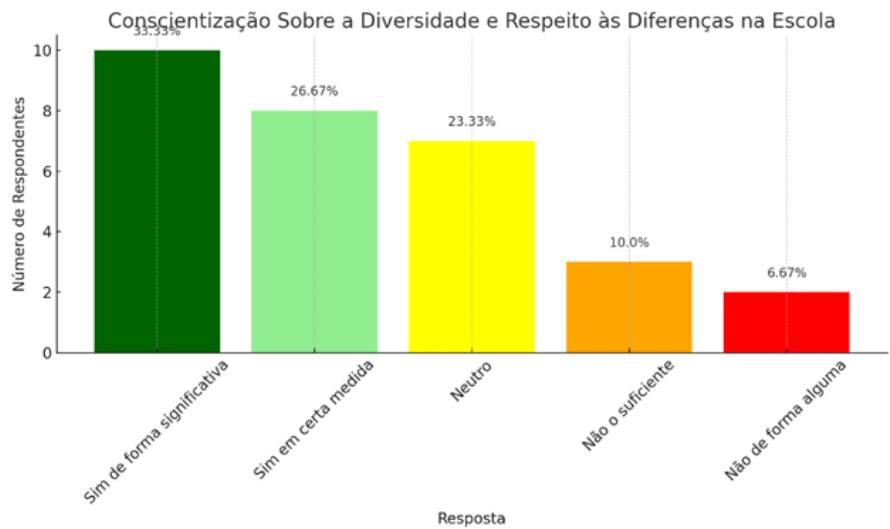
Fonte: Respostas dos estudantes

A partir dos dados apresentados, a análise mostra que a maior parte dos respondentes (33.33%) indicou estar neutra em relação ao modelo de gestão compartilhada. Em seguida, a segunda maior porcentagem (26.67%) corresponde aos respondentes que se mostraram insatisfeitos com o modelo. Juntos, estes dois grupos representam a maioria dos respondentes (60%). Por outro lado, apenas 26.67% dos respondentes indicaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o modelo. Isso sugere que uma parcela significativa dos entrevistados não está plenamente satisfeita com o modelo de gestão adotado pela instituição.

Considerando esses resultados, é necessário investigar mais profundamente as razões por trás das diferentes percepções dos respondentes e identificar áreas específicas de insatisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar. Essa análise mais detalhada pode fornecer dados importantes das razões por trás das diferentes percepções dos respondentes e identificar áreas específicas de insatisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar. Essa análise mais detalhada pode fornecer dados importantes sobre aspectos específicos do modelo de gestão que estão contribuindo para níveis variados de satisfação.

10) Você acha que a escola promove a conscientização sobre a diversidade e a importância do respeito às diferenças?

Figura 11 – Diversidade e respeito às diferenças



Fonte: Respostas dos estudantes

A partir das respostas dos alunos à pergunta "Você acha que a escola promove a conscientização sobre a diversidade e a importância

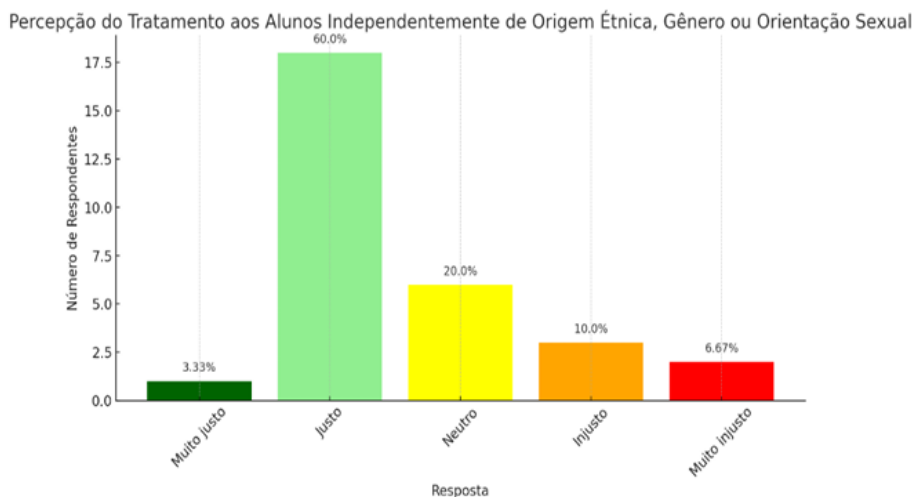
do respeito às diferenças?" (gráfico 10, abaixo), podemos observar que a maioria dos alunos expressou uma opinião positiva em relação às iniciativas da escola nesse aspecto.

Cerca de 33.33% dos alunos consideram que a escola promove a conscientização de forma significativa, enquanto 26.67% afirmam que isso ocorre em certa medida. Ainda, 23.33% dos alunos têm uma visão neutra sobre o assunto. Por outro lado, uma parcela menor de alunos expressou insatisfação, com 10.00% indicando que a escola não promove conscientização o suficiente e 06.67% alegando que não há promoção alguma nesse sentido.

Esses resultados sugerem que, dentro do modelo de gestão compartilhada (civil/militar), uma parte considerável dos estudantes reconhece os esforços da escola em promover a conscientização sobre diversidade e respeito às diferenças. No entanto, ainda há espaço para melhorias, especialmente considerando a parcela dos alunos que expressaram insatisfação ou neutralidade. Portanto, a análise dessas respostas contribui para compreender a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão adotado pela instituição de ensino.

11) Como você percebe o tratamento dado aos alunos, independentemente de sua origem étnica, gênero ou orientação sexual?

Figura 12 – Percepção de tratamento aos alunos



Fonte: Respostas dos estudantes

Os dados apresentados refletem a percepção dos alunos em relação ao tratamento dado a eles, independentemente de sua origem étnica, gênero ou orientação sexual, dentro do contexto do modelo de gestão compartilhada cívico-militar.

A maioria dos alunos considera o tratamento justo (60.00%), seguido por aqueles que o percebem como neutro (20.00%). Apenas uma pequena parcela dos alunos expressou uma percepção negativa, seja considerando-o injusto (10.00%) ou muito injusto (06.67%).

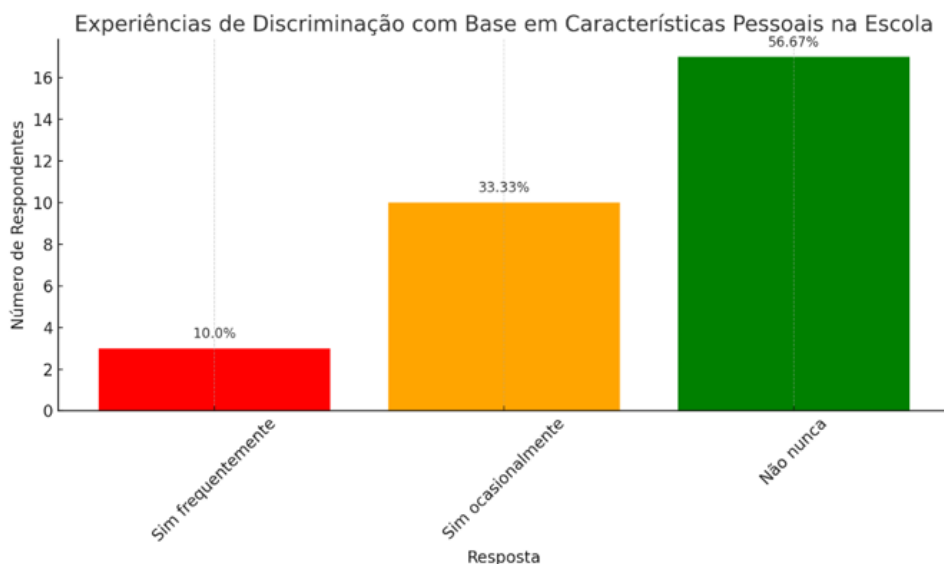
Esses resultados indicam uma tendência geral de satisfação ou, no mínimo, de aceitação por parte dos alunos em relação ao tratamento recebido na escola sob o modelo de gestão compartilhada. Isso sugere que, dentro dessa estrutura, os alunos percebem que são tratados de

forma justa e igualitária, independentemente de suas características individuais.

Essa interpretação é relevante para a pesquisa, pois evidencia aspectos da qualidade do ambiente escolar e da relação aluno-instituição, que são centrais para compreender a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão adotado.

12) Você já testemunhou ou experimentou discriminação com base em características pessoais, como gênero, origem étnica, religião ou orientação sexual na escola?

Figura 13 – Experiências de discriminação



Fonte: Respostas dos estudantes

Os dados apresentados indicam que a maioria dos estudantes (56.67%) afirmou não ter testemunhado ou experimentado discriminação com base em características pessoais na escola. No entanto, 33,33% dos respondentes relataram ter ocasionalmente

vivenciado essa situação, enquanto 10% afirmaram ter enfrentado discriminação frequentemente. Esses resultados sugerem que ainda há incidências de discriminação na escola, o que pode afetar negativamente a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada (civil/militar). A existência de discriminação pode comprometer o ambiente escolar e minar a confiança dos alunos na eficácia do modelo de gestão em promover um ambiente inclusivo e respeitoso. Portanto, é importante que medidas sejam tomadas para abordar e prevenir casos de discriminação, visando garantir um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes.

A análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados especificamente aos alunos do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques fornece reflexões importantes que serão discutidas na seção de conclusões deste estudo.

Preliminarmente, quanto à avaliação dos alunos em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar, pode-se adiantar que é perceptível que existem diferentes percepções entre eles sobre o modelo adotado pela escola. Enquanto alguns demonstram altos níveis de satisfação, indicando uma adaptação positiva e aceitação do modelo, outros expressam opiniões mais neutras ou até mesmo insatisfação em relação a certos aspectos.

Respostas dos professores

Apresentaremos a análise sobre as respostas dos professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar.

Por meio dos dados coletados em uma série de perguntas direcionadas aos professores, buscamos compreender suas percepções, experiências e opiniões em relação ao modelo de gestão cívico-militar adotado pela instituição de ensino.

Serão abordadas questões como a eficiência da gestão administrativa, o nível de motivação e satisfação dos estudantes, a comunicação entre os diferentes agentes educacionais, o impacto do modelo cívico-militar na formação cidadã dos alunos, a relação entre a gestão cívico-militar e os professores, entre outros temas relevantes para a compreensão da dinâmica escolar sob a ótica dos professores.

A partir das análises dos dados coletados e das respostas dos professores, foi possível identificar percepções, desafios e oportunidades relacionadas ao modelo de gestão compartilhada civil-militar, além de perceber o reflexo da gestão compartilhada na disciplina, na aprendizagem, no relacionamento entre os alunos, em relação ao respeito.

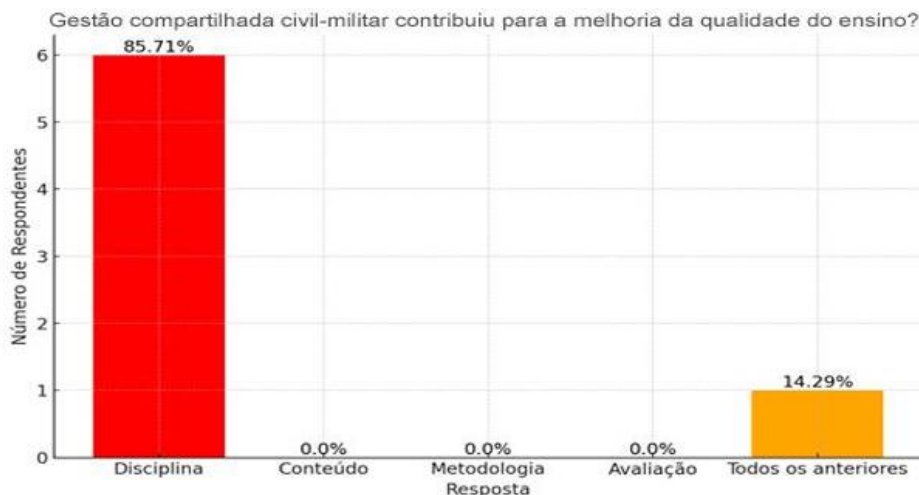
Sendo a escola, o principal meio de educação formal em nosso país, é importante que ela seja comprometida com o pleno desenvolvimento dos sujeitos do processo educacional, de acordo com o Art 2º da LDB:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996).

Nesse sentido, além da questão disciplinar é importante observar se a gestão compartilhada é capaz de promover a melhoria da qualidade de ensino, no desenvolvimento da aprendizagem. Esses aspectos que foram vistos pelos alunos, agora serão apresentados pela visão dos professores, que observam esses aspectos por outro prisma. Não só pelo bem-estar de todos, mas também com a expectativa de melhoras no ensino ofertado para os alunos.

- 1) Em que aspectos o modelo de gestão compartilhada civil-militar contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 14 – Aspectos que contribuem para melhoria da qualidade de ensino



Fonte: Respostas dos professores

Os dados apresentados indicam que a maioria dos professores atribuiu uma alta importância à disciplina como um aspecto no qual o modelo de gestão compartilhada civil militar contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques. Com 85.71% dos professores indicando a disciplina como um fator positivo, isso sugere que a estrutura e os princípios do modelo cívico-militar são percebidos como eficazes na manutenção da ordem e no estabelecimento de um ambiente propício ao aprendizado.

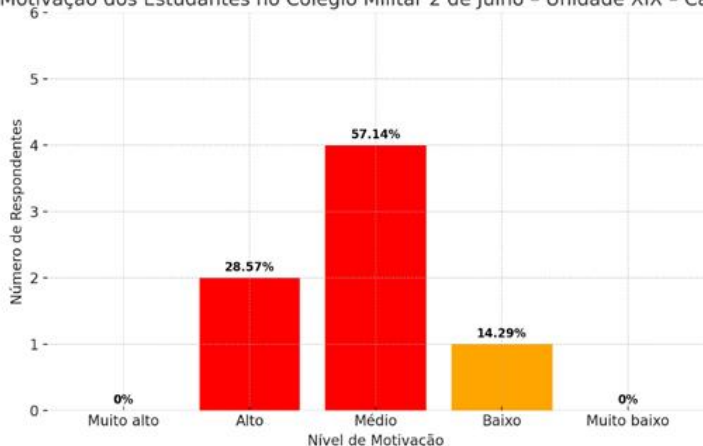
No entanto, é interessante notar que nenhum dos professores atribuiu importância específica aos aspectos de conteúdo, metodologia ou avaliação como contribuintes para a melhoria da qualidade do

ensino sob esse modelo. Isso pode sugerir que, embora a disciplina seja valorizada, outros elementos educacionais podem não estar recebendo a mesma atenção ou ênfase. Essa análise sugere que a percepção dos professores sobre os benefícios do modelo de gestão compartilhada cívico-militar pode estar centrada mais na manutenção da ordem do que na inovação pedagógica ou na qualidade do conteúdo educacional. Essas percepções podem impactar indiretamente a satisfação dos alunos com o modelo de gestão compartilhada, influenciando sua percepção sobre a eficácia e a qualidade geral do ensino oferecido pela instituição.

2) Como você avalia o nível de motivação dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 15 - Nível de motivação dos estudantes

Nível de Motivação dos Estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques



Fonte: Respostas dos professores

Os dados coletados revelam que a maioria dos professores avalia o nível de motivação dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques como médio, com 57.14% dos respondentes indicando essa opção. Isso sugere que, na percepção dos professores, a motivação dos estudantes é razoável, mas ainda há espaço

para melhorias. Além disso, 28.57% dos professores consideram o nível de motivação como alto, o que indica que uma parcela significativa dos alunos demonstra um bom nível de engajamento e interesse nas atividades escolares.

Essa avaliação pode ter diversas implicações para a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Um nível de motivação médio pode indicar que os alunos estão engajados o suficiente para se beneficiarem das oportunidades oferecidas pelo modelo de gestão, mas também pode sugerir áreas em que o modelo poderia ser aprimorado para aumentar a motivação e o envolvimento dos estudantes.

Para interpretar a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar, é importante considerar que a motivação dos alunos pode influenciar sua percepção geral da escola e do ambiente de aprendizagem. Um aumento na motivação dos estudantes pode resultar em uma maior satisfação com o modelo de gestão, enquanto uma queda na motivação pode indicar insatisfação ou problemas subjacentes que precisam ser abordados.

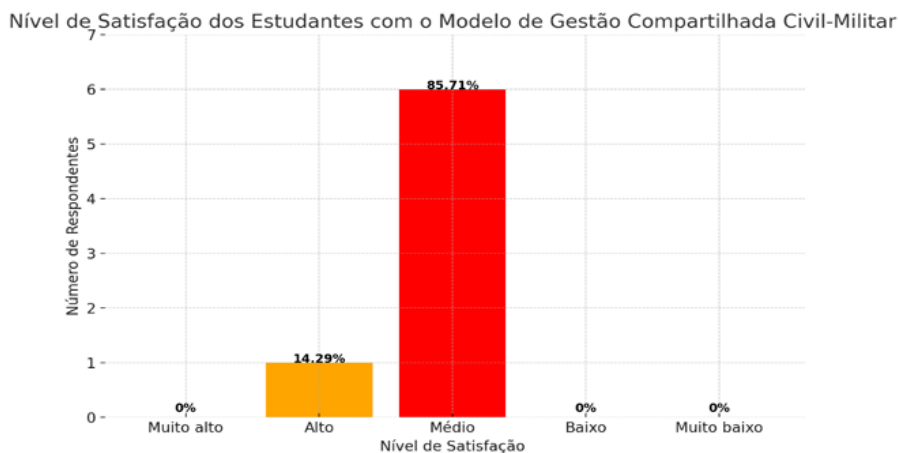
Portanto, a análise desses dados sugere que a motivação dos estudantes é um aspecto importante a ser considerado ao avaliar a eficácia do modelo de gestão compartilhada civil-militar. Identificar maneiras de promover e manter altos níveis de motivação entre os alunos pode contribuir significativamente para a melhoria do ambiente escolar e, por consequência, para a satisfação dos estudantes com o modelo de gestão adotado.

Ao analisarmos os dados apresentados no gráfico abaixo, referentes à pergunta feita aos professores sobre o nível de satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada civil-militar, podemos observar que a maioria dos professores considera o nível de

satisfação dos estudantes como médio, com seis respondentes (85.71%). Um professor (14.29%) indicou que os estudantes têm uma avaliação alta em relação ao modelo de gestão compartilhada. Não houve indicação de estudantes com nível de satisfação muito alto, baixo ou muito baixo.

3) Como você avalia o nível de satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada civil-militar no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 16 – Satisfação dos estudantes no modelo de gestão compartilhada civil-militar



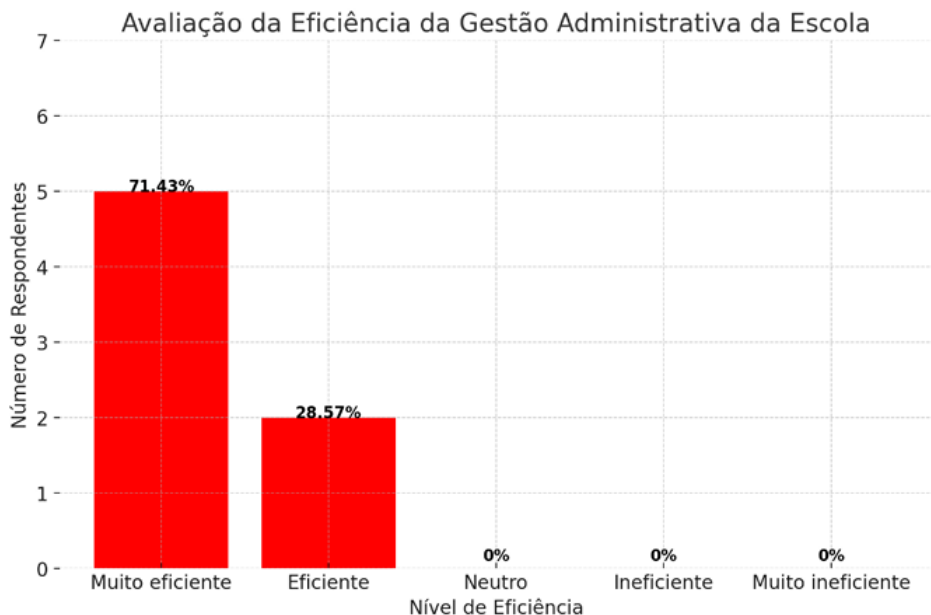
Fonte: Respostas dos professores

Diante desses dados, podemos inferir que a percepção dos professores sobre a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada não é nem positiva nem negativa, já que a maioria considera o nível de satisfação como médio. Isso sugere que, apesar de não haver uma avaliação extremamente positiva, os estudantes parecem estar neutros em relação ao modelo adotado pela escola. No entanto,

seria necessário realizar uma investigação mais aprofundada para compreender melhor os motivos por trás dessas percepções.

4) Como você avalia a eficiência da gestão administrativa da escola?

Figura 17 – Eficiência da gestão administrativa



Fonte: Respostas dos professores

A partir da análise dos dados fornecidos pelos professores sobre a eficiência da gestão administrativa da escola, podemos observar que a maioria dos respondentes (71.43%) considera a gestão como "muito eficiente". Isso sugere que, na perspectiva dos professores, a administração da escola é altamente competente em suas atividades administrativas.

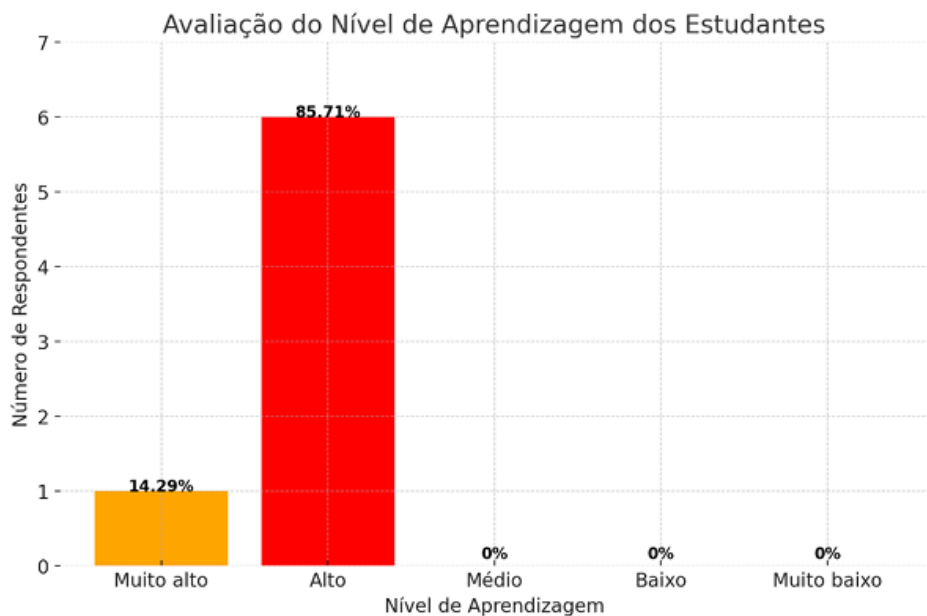
Relacionando esses resultados ao objetivo da pesquisa, que é interpretar a satisfação dos estudantes e professores em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar, podemos inferir que uma

gestão administrativa eficiente pode contribuir positivamente para a qualidade geral da experiência escolar. Uma administração eficaz pode proporcionar um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento dos alunos, impactando indiretamente em sua satisfação com o modelo de gestão adotado pela escola.

Essa percepção de eficiência na gestão administrativa pode influenciar a percepção dos estudantes sobre o modelo de gestão compartilhada civil-militar de forma positiva, uma vez que uma boa administração pode refletir em um ambiente escolar mais organizado, com recursos adequados e processos bem gerenciados, contribuindo para uma melhor experiência educacional.

No entanto, é importante ressaltar que a interpretação da satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada não se resume apenas à eficiência da gestão administrativa. Outros aspectos, como a percepção dos alunos sobre disciplina, participação nas decisões escolares, respeito à diversidade e inclusão, também devem ser considerados para uma análise completa da satisfação dos estudantes com o modelo de gestão adotado pela escola.

5) Como você avalia o nível de aprendizagem dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques? Figura 18 - Nível de aprendizagem



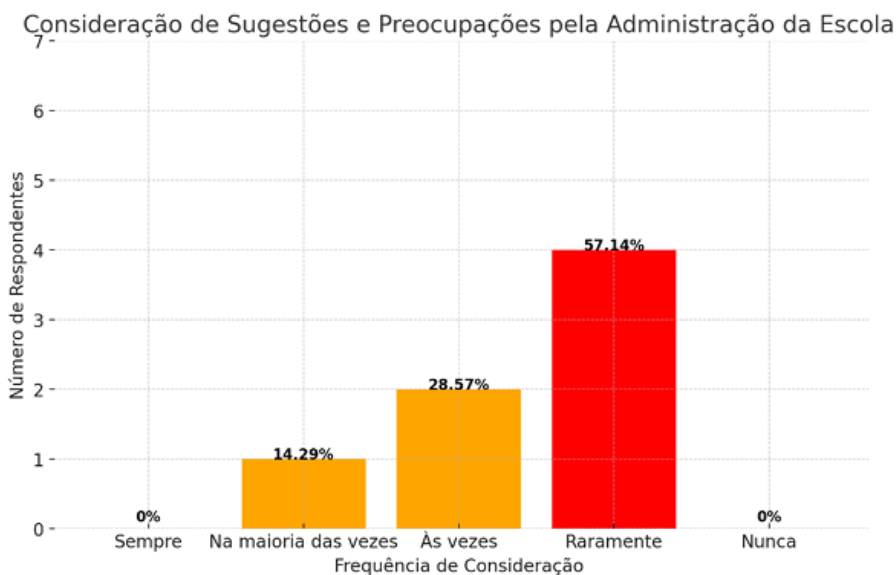
Fonte: Respostas dos professores

Ao analisar as respostas dos professores sobre o nível de aprendizagem dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, observamos que a maioria dos professores (85.71%) avaliou o nível de aprendizagem como "Alto", enquanto apenas um professor (14.29%) considerou-o "Muito alto". Não houve relatos de nível de aprendizagem considerado "Médio", "Baixo" ou "Muito baixo". Essa percepção positiva da qualidade da aprendizagem dos estudantes sugere uma possível satisfação por parte dos professores em relação ao desempenho acadêmico dos alunos no contexto do

modelo de gestão compartilhada civil-militar. Isso pode indicar uma percepção favorável em relação à eficácia do modelo de gestão em promover o desenvolvimento educacional dos estudantes. No entanto, é importante ressaltar que essas conclusões devem ser interpretadas com cautela e que outros fatores podem influenciar a satisfação dos estudantes com o modelo de gestão, os quais devem ser considerados em análises mais aprofundadas.

6) Você acredita que suas sugestões e preocupações são ouvidas e consideradas pela administração da escola?

Figura 19 – Sugestões e preocupações pela administração da escola



Fonte: Respostas dos professores

Com base nos dados apresentados, observamos que a maioria dos professores expressou uma percepção negativa em relação à escuta e consideração de suas sugestões e preocupações pela administração da

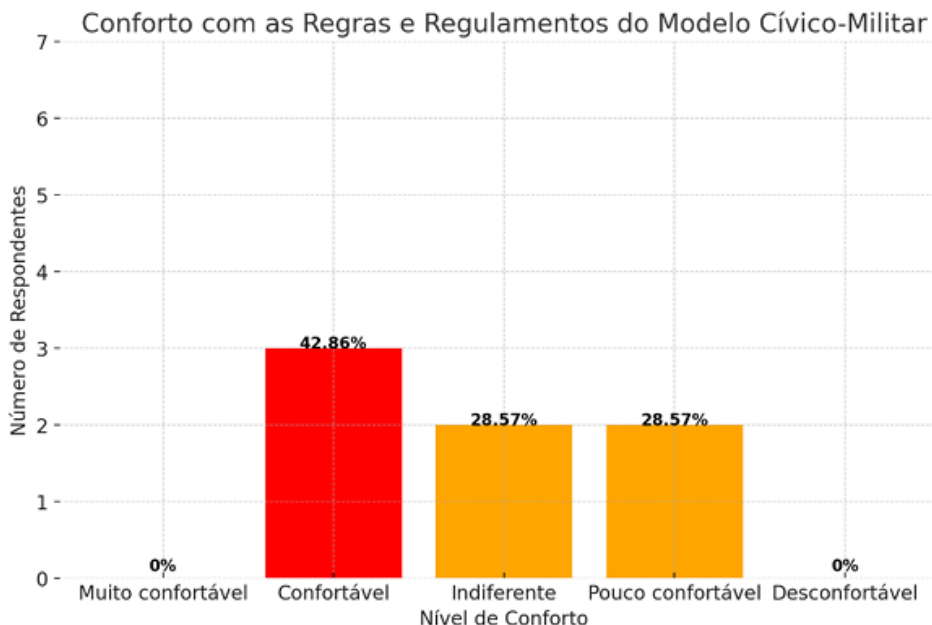
escola. Cerca de 57.14% dos respondentes afirmaram que suas sugestões e preocupações são raramente ouvidas e consideradas, enquanto 28.57% indicaram que às vezes são ouvidos e considerados.

Esses resultados têm implicações significativas para a satisfação dos professores em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Se os professores não se sentem ouvidos e considerados pela administração da escola, isso pode criar um ambiente de desconfiança e insatisfação, afetando indiretamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos. Um ambiente escolar onde os professores se sintam desvalorizados ou ignorados pode impactar negativamente a percepção dos alunos sobre o modelo de gestão adotado pela escola.

Portanto, uma administração escolar democrática deve promover uma cultura de escuta ativa e diálogo aberto, garantindo que as preocupações e sugestões dos professores sejam levadas em consideração. Melhorar a comunicação e a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar pode contribuir para um ambiente mais positivo e produtivo, refletindo-se na satisfação dos estudantes.

7) Como professor, você se sente confortável com as regras e regulamentos do modelo cívico-militar?

Figura 20 – Regras e regulamentos do modelo cívico-militar



Fonte: Respostas dos professores

Os dados das respostas dos professores em relação ao seu conforto com as regras e regulamentos do modelo cívico-militar adotado pela escola. Dos 7 professores que responderam à pesquisa, a maioria expressou sentir-se confortável ou indiferente em relação a essas normas, com 3 professores (42.86%) indicando sentir-se confortável, 2 professores (28.57%) indicando indiferença e outros 2 professores (28.57%) indicando sentir-se pouco confortável. Não houve nenhum professor que se sentiu muito confortável ou desconfortável com as regras e regulamentos.

Esses dados podem fornecer reflexões importantes sobre a percepção dos professores em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. A predominância de respostas indicando algum nível de conforto ou indiferença sugere que, em geral, os professores podem estar adaptados ou, pelo menos, tolerantes em relação às características desse modelo de gestão.

Ao interpretar esses resultados dentro do objetivo da pesquisa, podemos inferir que a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar pode ser influenciada pela percepção dos professores. Se os professores estão confortáveis ou indiferentes em relação ao modelo, isso pode refletir em um ambiente escolar mais estável e harmonioso, o que pode contribuir positivamente para a satisfação dos estudantes. No entanto, é importante ressaltar que esses dados representam apenas uma parte do quadro completo e outras análises e dados também são necessários para uma compreensão abrangente da satisfação de todos com o modelo de gestão adotado pela escola.

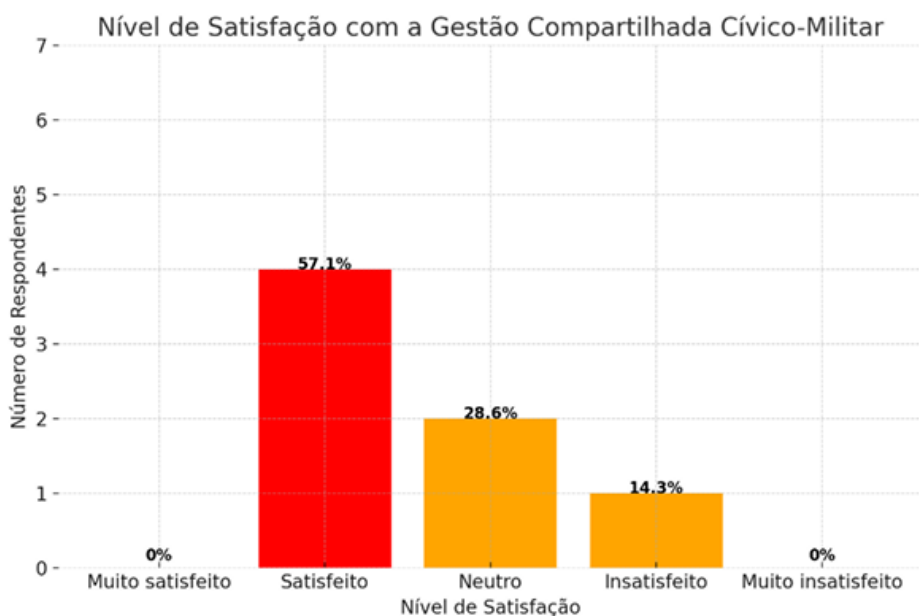
De acordo com os dados da pesquisa do Panorama das Escolas Cívico Militares (PECIM), houve pouca resistência de um novo modelo de ensino cívico-militar. A maior resistência foi entre os professores. Em 30% das escolas foi percebida alguma resistência por parte dos professores.

Esperava-se que com o novo modelo houvesse o aumento da evasão escolar, por parte dos estudantes, porém 82% dos diretores das escolas que aderiram o modelo no país, disseram que não houve evasão durante o processo de implementação. Ou seja, observa-se que a insatisfação maior está entre professores, pois o mesmo estudo aponta que de acordo com os diretores, em 80% das escolas, os pais ou responsáveis se engajaram nas consultas públicas para aprovação do programa.

Dando continuidade à apresentação dos dados sobre o nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada no Colégio Militar 2 de julho, unidade XIX, Caldas Marques, ainda na visão dos professores, temos:

- 8) No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques?

Figura 21 – Satisfação com a gestão compartilhada cívico-militar



Fonte: Respostas dos professores

Ao analisar os dados fornecidos pelos professores, em relação ao seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, observamos que a maioria dos respondentes está satisfeito com o modelo. Cerca de 57.1% dos professores expressaram satisfação,

enquanto 28.6% indicaram uma posição neutra em relação ao modelo. Por outro lado, 14.3% dos professores estão insatisfeitos com o modelo de gestão.

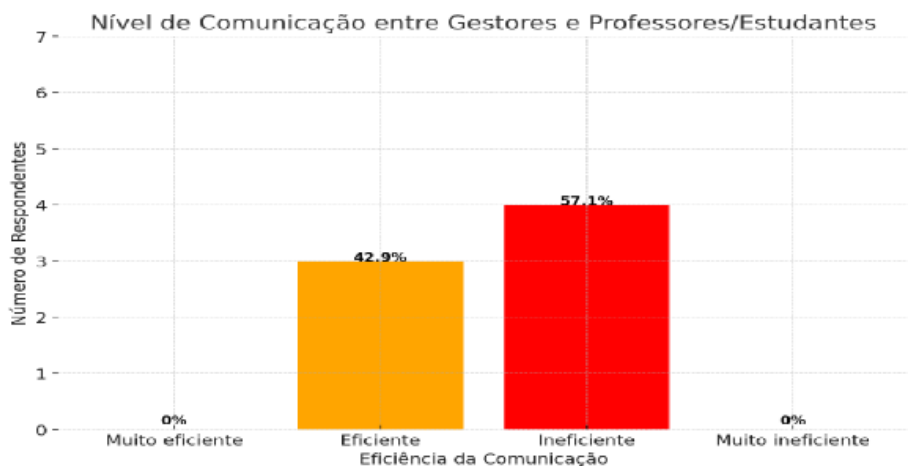
Esses resultados sugerem uma tendência geral de satisfação entre os professores com o modelo de gestão compartilhada civil-militar. No entanto, é importante destacar que uma parte significativa dos respondentes expressou uma posição neutra, o que pode indicar uma falta de opinião clara sobre o modelo ou uma necessidade de mais informações e análises para formar uma opinião definitiva.

Em relação ao objetivo da pesquisa de interpretar a satisfação dos estudantes e professores com o modelo de gestão compartilhada, os dados dos professores podem fornecer algumas perspectivas úteis. Embora não diretamente relacionados às opiniões dos estudantes, os sentimentos dos professores em relação ao modelo podem influenciar indiretamente a experiência dos estudantes na escola. Por exemplo, professores satisfeitos e engajados podem contribuir para um ambiente escolar mais positivo e produtivo, o que pode afetar a satisfação dos estudantes.

Portanto, é importante considerar os dados fornecidos pelos professores ao planejar e avaliar o modelo de gestão compartilhada civil-militar, a fim de garantir uma experiência educacional satisfatória para todos os envolvidos, incluindo os estudantes.

9) Como você avalia o nível de comunicação entre os gestores civis, os gestores militares, os professores e os estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 22 – Comunicação entre gestores e professores/estudantes



Fonte: Respostas dos professores

A partir das respostas dos professores à pergunta sobre a avaliação do nível de comunicação entre os gestores civis, gestores militares, professores e estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques. Dos 7 professores que responderam, 3 (42.9%) consideraram a comunicação eficiente, enquanto 4 (57.1%) a consideraram ineficiente.

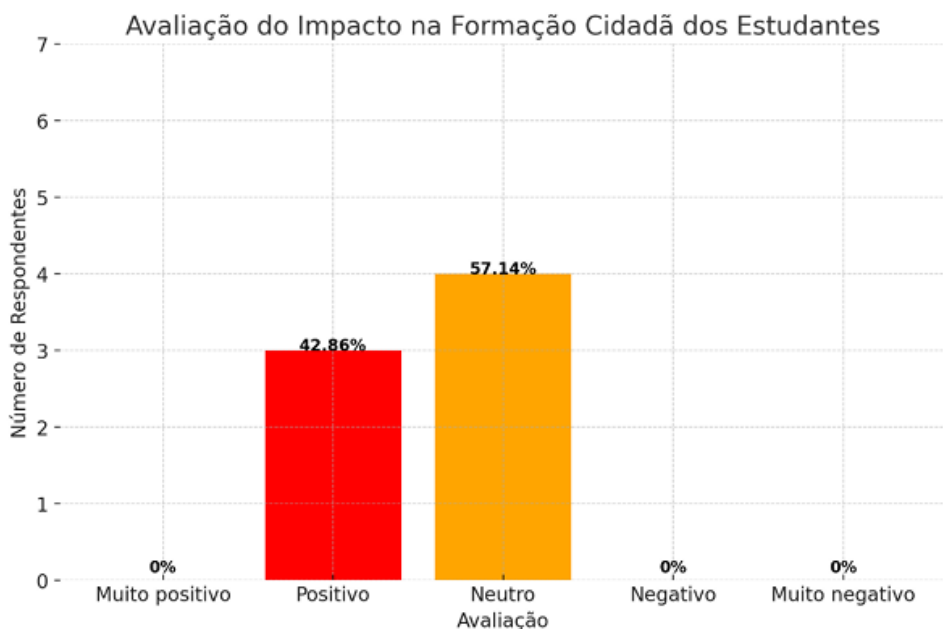
Esses resultados indicam que há uma percepção dividida entre os professores em relação à eficácia da comunicação no ambiente escolar. Uma comunicação considerada eficiente pode ser um indicativo de um ambiente organizacional mais transparente e colaborativo, o que pode contribuir para a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Por outro lado, uma comunicação

considerada ineficiente pode gerar frustrações e dificuldades na interação entre os diferentes atores da comunidade escolar, podendo afetar negativamente a percepção dos estudantes em relação ao modelo de gestão.

Portanto, é essencial que a escola busque estratégias para melhorar a comunicação entre os diversos envolvidos no processo educacional, visando promover um ambiente mais favorável ao aprendizado e ao bem-estar dos estudantes. Isso pode incluir a implementação de canais de comunicação mais eficazes, o estabelecimento de práticas de comunicação transparentes e a promoção de uma cultura organizacional que valorize a participação e o diálogo entre todos os membros da comunidade escolar. Essas medidas podem contribuir para uma maior satisfação dos estudantes, promovendo um ambiente escolar mais harmonioso e propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos.

10) Como você avalia o impacto do modelo de gestão compartilhada civil-militar na formação cidadã dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 23 – Impacto na formação cidadã dos estudantes



Fonte: Respostas dos professores

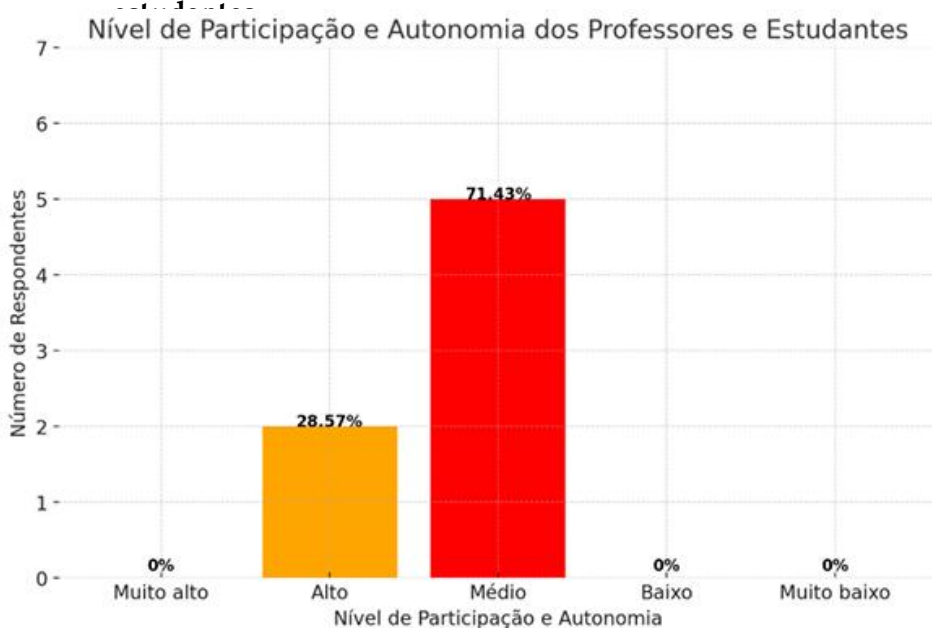
Com base na análise dos dados fornecidos pelos professores, é possível observar que a maioria dos respondentes avaliou o impacto do modelo de gestão compartilhada civil-militar na formação cidadã dos estudantes de forma neutra, representando 57.14% das respostas. Uma parcela significativa dos professores, correspondente a 42.86%, avaliou o impacto de forma positiva. Não foram registradas respostas indicando impacto negativo.

Esses resultados sugerem que, na percepção dos professores, o modelo de gestão compartilhada tem um impacto razoável na formação cidadã dos estudantes. No entanto, a predominância de respostas neutras pode indicar que há aspectos a serem aprimorados ou que ainda não foram percebidos pelos professores.

Essas informações são relevantes para entender a percepção dos professores em relação ao modelo de gestão compartilhada e podem fornecer dados sobre áreas que precisam de melhorias ou ajustes para melhor atender às necessidades dos estudantes.

11) Como você avalia o nível de participação e autonomia dos professores civis e estudantes nas decisões do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 24 – Participação e autonomia dos professores e estudantes



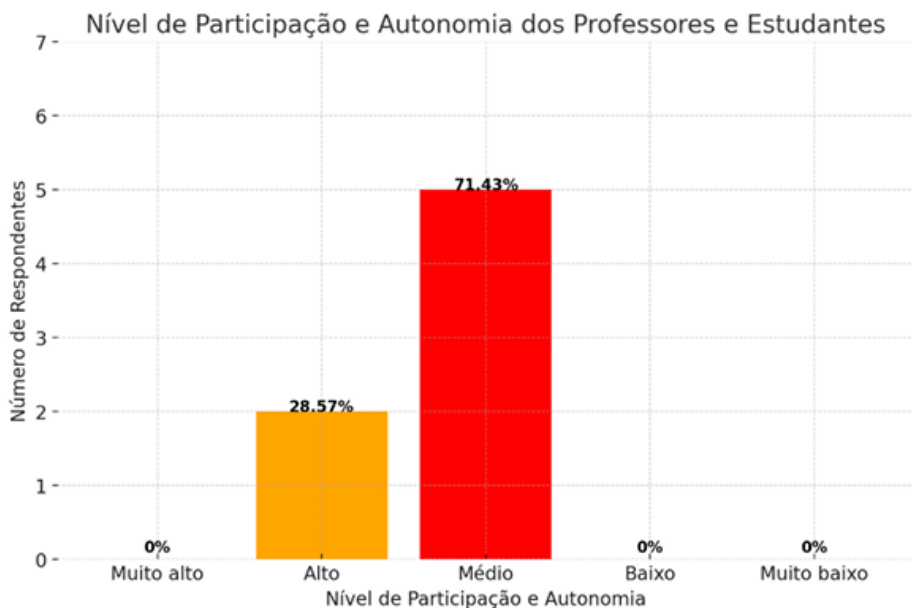
Fonte: Respostas dos professores

Ao analisar as respostas dos professores à pergunta sobre o nível de participação e autonomia dos professores civis e estudantes nas decisões do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, observamos que a maioria (71.43%) avaliou esse nível como "Médio". Isso pode indicar que, na percepção desses professores, embora exista algum grau de participação e autonomia, ainda há espaço para melhorias para que o envolvimento nas decisões seja mais efetivo. Por outro lado, uma parcela menor (28.57%) considerou o nível como "Alto". Isso sugere que alguns professores percebem um bom grau de participação e autonomia, o que pode ser positivo em termos de engajamento e colaboração dentro da instituição.

No contexto do objetivo da pesquisa, essas respostas dos professores podem fornecer conhecimentos importantes sobre a satisfação dos estudantes em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Um nível médio de participação e autonomia pode indicar que os estudantes têm oportunidades moderadas de contribuir nas decisões da escola, o que pode ser percebido como positivo por alguns e como insuficiente por outros. Portanto, é necessário considerar essas percepções variadas ao avaliar a satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada.

12) Como você avalia o nível de respeito aos direitos humanos e à diversidade Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

Figura 25 – Respeito aos direitos humanos e á diversidade



Fonte: Respostas dos professores

A análise dos dados obtidos na pergunta feita aos professores sobre como eles avaliam o nível de respeito aos direitos humanos e à diversidade no Colégio Militar 2 de Julho revela uma percepção predominantemente positiva. A maioria dos professores (57.14%) avaliou o nível como médio, seguido por 28.57% que o consideraram alto. Apenas 14.29% dos professores classificaram o nível como baixo.

Esses resultados sugerem que, segundo a percepção dos professores, há um nível razoável de respeito aos direitos humanos e à diversidade na instituição. Isso pode indicar que o modelo de gestão compartilhada civil-militar adotado pelo Colégio Militar 2 de Julho –

Unidade XIX – Caldas Marques tem sido eficaz na promoção de valores de inclusão, respeito e diversidade.

Dentro do objetivo da pesquisa de interpretar a satisfação em relação ao modelo de gestão compartilhada, esses resultados sugerem que existe um ambiente escolar que preza pelo respeito aos direitos humanos e à diversidade, fatores que podem contribuir para uma experiência mais positiva e inclusiva para os estudantes. Isso pode influenciar positivamente a percepção dos estudantes em relação ao modelo de gestão da escola e, conseqüentemente, sua satisfação com o ambiente escolar como um todo.

A análise dos dados provenientes dos questionários aplicados aos professores revela dados significativos sobre a sua satisfação em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. De maneira geral, os professores demonstram uma diversidade de opiniões em relação a esse modelo de gestão adotado pela escola. Alguns expressam um elevado grau de contentamento, ressaltando aspectos positivos como a disciplina, a eficiência administrativa e o engajamento dos alunos em atividades extracurriculares. Uma análise mais aprofundada desses resultados será apresentada e discutida na seção de conclusões deste estudo.

CONCLUSÕES

Após analisar os dados coletados por meio dos questionários aplicados aos estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques, é possível tirar algumas conclusões importantes sobre a satisfação deles em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar.

Em primeiro lugar, que há uma variedade de percepções entre os estudantes sobre o modelo de gestão adotado pela escola. Embora alguns expressem níveis de satisfação mais elevados, indicando uma boa adaptação e aceitação do modelo, outros mostram respostas mais neutras ou mesmo insatisfação em relação a certos aspectos.

Um ponto positivo destacado pelos alunos é a disciplina, que parece ser valorizada dentro do contexto da gestão compartilhada civil-militar. Muitos alunos reconhecem a importância da disciplina para um ambiente de aprendizagem produtivo e sentem que o modelo contribui para manter um ambiente escolar mais organizado e focado.

Por outro lado, algumas áreas de preocupação também são evidentes. A comunicação entre os diferentes setores da escola, por exemplo, é citada como um aspecto que pode ser melhorado. Alguns alunos expressam dificuldade em se sentirem ouvidos e compreendidos pela administração da escola, sugerindo que há espaço para aprimoramento nesse sentido.

Em relação ao alcance do 1º objetivo da pesquisa, que é “identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e motivação de docentes e discentes”, pode-se inferir que foi alcançado, pois foi possível identificar a partir da análise dos dados em relação às percepções sobre a influência da disciplina na melhora da

qualidade de ensino e na motivação em uma escola de gestão compartilhada cívico-militar.

Além disso, a percepção dos alunos sobre a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada é mista. Embora muitos reconheçam aspectos positivos, como o compromisso dos professores e a variedade de métodos de ensino, outros expressam insatisfação com certos aspectos, como a falta de diversidade de conteúdo ou metodologia.

É importante ressaltar que a satisfação dos alunos em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar pode ser influenciada por uma série de fatores individuais, incluindo experiências pessoais, expectativas e valores. Portanto, é essencial considerar essas perspectivas diversas ao buscar melhorias e ajustes no modelo existente. Os dados coletados fornecem uma visão abrangente das percepções dos alunos do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Essas percepções variadas destacam áreas de aceitação e desafios.

Da análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos professores, é possível tirar algumas conclusões importantes sobre a satisfação deles em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar. Em geral, os professores expressam uma variedade de percepções sobre o modelo de gestão adotado pela escola. Alguns demonstram um alto nível de satisfação, destacando aspectos positivos como a disciplina, a eficiência administrativa e a participação dos alunos em atividades extracurriculares. Esses professores enxergam o modelo como benéfico para a formação dos estudantes e para o ambiente escolar como um todo.

Portanto, em relação ao 2º objetivo da pesquisa, que é “avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil, para a qualidade do

ensino e aprendizagem dos estudantes”, pode-se concluir que a gestão compartilhada é percebida como benéfica para a manutenção de um ambiente organizado, o que é positivo para o aprendizado e também levou ao engajamento dos alunos em atividades extracurriculares e esportivas.

Nesse sentido, o 2º objetivo foi alcançado e foi possível avaliar a contribuição da gestão compartilhada e seus aspectos positivos.

No entanto, também há professores que expressam preocupações e críticas em relação ao modelo de gestão compartilhada. Alguns apontam desafios na comunicação entre os diferentes setores da escola, sugerindo a necessidade de melhorias nesse aspecto para garantir uma maior eficácia na implementação do modelo. Além disso, há professores que expressam preocupações com a autonomia profissional e a participação nas decisões da escola, indicando insatisfação nesse sentido.

Outra questão que emerge dos dados é a percepção dos professores sobre a qualidade do ensino e o nível de aprendizagem dos alunos dentro do modelo de gestão compartilhada. Enquanto alguns professores avaliam positivamente esses aspectos, reconhecendo o comprometimento dos colegas e o engajamento dos estudantes, outros expressam preocupações com a eficácia das metodologias de ensino e a avaliação do aprendizado.

É importante ressaltar que as percepções dos professores podem ser influenciadas por uma série de fatores, incluindo experiências pessoais, valores profissionais e expectativas em relação ao ambiente de trabalho. Portanto, deve-se considerar essas perspectivas diversas. Os dados coletados fornecem uma visão abrangente das percepções dos professores do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar.

Essas percepções variadas destacam áreas de sucesso e desafios, oferecendo conhecimentos para aprimorar a experiência profissional dos docentes dentro desse contexto específico.

Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados tanto aos estudantes quanto aos professores do Colégio, permitem traçar algumas conclusões importantes sobre a satisfação de ambos os grupos em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar.

Os resultados indicam que os estudantes têm percepções variadas sobre o modelo de gestão adotado pela escola. Alguns expressam satisfação com aspectos como disciplina, comunicação e participação em decisões importantes. Esses estudantes enxergam o modelo como positivo para o ambiente escolar e para sua formação pessoal e cidadã.

Por outro lado, há estudantes que demonstram insatisfação com determinados aspectos do modelo de gestão compartilhada. Alguns apontam dificuldades na comunicação com a administração da escola, falta de participação em decisões e preocupações com questões relacionadas à diversidade e aos direitos humanos. Essas percepções refletem uma variedade de experiências e perspectivas dos estudantes dentro do contexto escolar.

Quanto aos professores, também são observadas opiniões diversas em relação ao modelo de gestão compartilhada. Alguns demonstram satisfação com a disciplina, a eficiência administrativa e o engajamento dos alunos. No entanto, outros expressam preocupações com a comunicação entre os diferentes setores da escola, a autonomia profissional e a participação nas decisões.

Ao comparar as percepções dos estudantes e dos professores, é possível identificar áreas de convergência e de divergência. Ambos os grupos reconhecem a importância da disciplina e da participação dos alunos no ambiente escolar. No entanto, os professores tendem a

expressar mais preocupações em relação à comunicação e à autonomia profissional, enquanto os estudantes estão mais focados em questões como diversidade e participação nas decisões.

É preciso levar em consideração também que apesar das aparentes respostas positivas dos alunos e professores em relação ao modelo de gestão compartilhada cívico militar, devemos adotar uma abordagem crítica para entender mais profundamente essas percepções aparentemente favoráveis. Ao analisar os dados coletados, torna-se evidente que há uma necessidade premente de explorar além das respostas superficiais e investigar os possíveis fatores subjacentes que podem influenciar essas opiniões.

Uma das principais preocupações que surgem ao examinar os resultados é a possibilidade de que os alunos se sintam coagidos a expressar uma satisfação superficial devido ao ambiente autoritário que pode prevalecer no contexto do colégio militar. O temor de retaliação ou punição por parte das autoridades militares pode levar os estudantes a adotar uma postura de conformidade, ocultando quaisquer insatisfações legítimas que possam ter em relação ao modelo de gestão. Essa dinâmica de poder desigual pode criar uma falsa impressão de consenso e contentamento, mascarando potenciais problemas subjacentes.

Em relação ao 3º objetivo da pesquisa que é “definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar”, pode-se concluir, a partir da análise dos dados, que o objetivo foi alcançado, pois foi capaz de demonstrar a opinião dos entrevistados sobre o assunto.

Foi destacado que a comunicação é insuficiente e expressam desejo por maior participação nas decisões.

Além disso, os professores expressam preocupações com a falta de autonomia profissional, e que a gestão poderia valorizar mais a contribuição docente.

A falta de voz crítica pode impactar negativamente o respeito e a confiança dentro do ambiente escolar, enfraquecendo a cooperação e a saúde do clima organizacional.

Nesse sentido, podemos concluir que o 3º objetivo da pesquisa foi ancalçado, pois conseguiu-se definir o impacto da gestão compartilhada nos docentes e discentes.

Além disso, é fundamental considerar o papel dos professores na perpetuação desse ambiente. É possível que alguns docentes, em busca de uma convivência mais harmoniosa e uma experiência profissional menos conflituosa, optem por não questionar ou desafiar abertamente o modelo de gestão cívico-militar. Essa possível acomodação por parte dos educadores pode resultar em uma falta de voz crítica dentro da instituição, contribuindo para a manutenção do status quo e a supressão do pensamento divergente.

Portanto, é imperativo que os resultados dessas análises sejam interpretados com um olhar crítico e reflexivo, levando-se em conta o contexto mais amplo em que as percepções foram formadas. Essas constatações sugerem a necessidade de promover um ambiente escolar que valorize e incentive a expressão livre de ideias, o pensamento crítico e a diversidade de opiniões. Somente por meio de uma abordagem mais inclusiva e democrática é que podemos garantir uma educação de qualidade que verdadeiramente empodere os estudantes e prepare-os para enfrentar os desafios do mundo real.

Por fim, esta pesquisa indica que, além dos dados coletados, é crucial considerar o contexto em que estudantes e professores do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques estão

inseridos. Essa abordagem mais ampla permite uma compreensão mais profunda das percepções em relação ao modelo de gestão compartilhada civil-militar.

SUGESTÕES

Com base nos resultados da pesquisa, sua fundamentação teórica e nas discussões realizadas, algumas propostas e sugestões podem ser elaboradas para tornar a escola mais democrática, inclusiva e receptiva à diversidade, além de sugerir políticas públicas que possam contribuir para a melhoria do sistema de gestão escolar. Uma das principais propostas é o fortalecimento da participação dos estudantes, promovendo espaços de diálogo e participação efetiva em decisões importantes da escola, como conselhos escolares, grêmios estudantis e fóruns de discussão. É fundamental que os estudantes sintam que suas vozes são ouvidas e consideradas na construção e implementação de políticas educacionais.

Além disso, é importante fomentar a diversidade e o respeito às diferenças por meio do desenvolvimento de programas e atividades educativas. Isso pode incluir palestras, workshops, eventos culturais e a inclusão de temas relacionados à diversidade no currículo escolar. Outra proposta relevante é a capacitação de professores e funcionários, oferecendo treinamento sobre questões de diversidade, inclusão e direitos humanos. Isso pode contribuir para criar um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.

Outra sugestão é o aprimoramento da comunicação e transparência na escola, implementando mecanismos eficazes de comunicação entre a administração, os professores, os estudantes e suas famílias. Isso pode incluir a criação de canais de comunicação abertos, como fóruns online e grupos de discussão. Além disso, é importante promover políticas de combate à discriminação, desenvolvendo e implementando medidas

específicas para garantir que todos os estudantes se sintam seguros e respeitados em seu ambiente de aprendizado.

Além das propostas mencionadas anteriormente, é essencial que a escola adote princípios de gestão democrática em sua estrutura e funcionamento. A gestão democrática pressupõe a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar - estudantes, professores, funcionários e pais - nas decisões que afetam a vida e o funcionamento da instituição de ensino.

Para garantir uma gestão democrática, é fundamental que sejam criados espaços e mecanismos de participação e deliberação, como conselhos escolares, assembleias e comissões, nos quais os diferentes atores possam discutir e deliberar sobre questões relevantes para a escola. Esses órgãos devem ser constituídos de forma democrática, com representantes eleitos pelos seus pares, e devem ter autonomia para tomar decisões dentro de sua esfera de competência.

Além disso, é importante que haja transparência na gestão dos recursos e na tomada de decisões, garantindo que todas as informações relevantes estejam disponíveis para consulta e que os processos de tomada de decisão sejam claros e acessíveis a todos os membros da comunidade escolar. Isso contribui para fortalecer a confiança e o engajamento dos diversos atores envolvidos na vida escolar.

Outro aspecto importante da gestão democrática é o estímulo à participação ativa e crítica dos estudantes na vida escolar. Isso pode ser feito por meio da promoção de espaços de debate e reflexão, da valorização das opiniões e contribuições dos estudantes e da inclusão de temas relevantes para sua formação cidadã no currículo escolar. A gestão democrática é um princípio fundamental para garantir uma educação de qualidade e promover a formação integral dos estudantes. Ao adotar uma abordagem democrática em sua gestão, as escolas

públicas brasileiras podem criar um ambiente propício para o desenvolvimento pleno de seus alunos, preparando-os para se tornarem cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, estabelecer parcerias com instituições governamentais, organizações da sociedade civil e grupos comunitários pode fornecer recursos adicionais, apoio técnico e expertise para ajudar a escola a implementar políticas e programas eficazes. Essas parcerias podem contribuir para fortalecer as iniciativas de inclusão e diversidade na escola. Em resumo, é fundamental que essas propostas sejam discutidas e debatidas de forma colaborativa entre todos os membros da comunidade escolar, visando construir um ambiente educacional mais justo, igualitário e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1995). Educação e Emancipação. (W. L. Maar, Trad.). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Alves, M. F. & Toschi, M. S. (2019). A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área da educação no Brasil. Revista brasileira de política e administração da educação.
- AMAN. (s.d.). Academia Militar das Agulhas Negras
www.aman.ensino.eb.br
- Assis, S. G. D., Constantino, P., Avanci, J. Q., & Njaine, K. (2023). Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Editora Fiocruz.
- Bandeira, L. A. M. (1964). O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. Toledo, Caio Navarro.
- Bourdieu, P. (1999). A Dominação Masculina. Bertrand Editora.
- Braga, A. S. (2008). O poder político do município no Brasil Colônia. Revista Brasileira de Direito Constitucional–RBDc, (12), 169-232.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.
- Brasil. (1996a). Ministério da Defesa. Lei Ordinária Federal Nr. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.
- Brasil. (1999). Ministério da Defesa. Decreto Federal Nr 3.182, de 23 Set 1999.

Brasil. (1999a). Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Regulamento. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

Brasil. (2023). Decreto nº 10.611, de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Diário Oficial da União.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Planalto.gov. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. Ministério da Educação. (2019). Decreto nº 10.004 de 5/9/2019, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Diário Oficial da União de 6/9/2019.

Brasil. Ministério da Educação. (2019). Decreto nº 10.004 de 5/9/2019, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Diário Oficial da União de 6/9/2019.

Cabral, Jefferson Fernando Ribeiro. (2018). A militarização da escola: um debate a ser enfrentado. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Taubaté, Taubaté-SP.

Campoy, T. (2018). Metodología de la investigación científica. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este.

Castro, C. (2002). A invenção do Exército brasileiro. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Castro, N. M. B. (2016). “Pedagógico” e “disciplinar”: O militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás - Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília.

Repositório Institucional da Universidade de Brasília.

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/22204>

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2021). Panorama das escolas cívico militares que aderiram em 2021. Brasília. CGGE.

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (1978). Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários (2ª ed.). São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

Colégio Militar do Corpo de Bombeiros. (2017). Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará Escritora Rachel de Queiroz. Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará.
<https://www.cm.cb.ce.gov.br/institucional/sobre/>

Costa, R. A. (2002). Disciplina na escola e constituição da subjetividade. Editora E-papers.

Cruz, L. A. de C. M. & Ribeiro, M. do E. S. R. (2015). Militarização das escolas públicas bo estado de Góias: uma reflexão sob os olhares de Glória Anzáldua e Michel Foucalt. Revista Mosaico, vol. 8.

Cury, C. R. J. (2002). Gestão democrática da educação: exigências e desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 18(2), 163-174.

Dewey, J. (1959). Democracia e Educação: uma introdução à filosofia da educação. Companhia Editora Nacional.

Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial – DEPA. (n.d.). Histórico da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial.
<http://www.depa.eb.mil.br/historico>

Fernandes, M. D. E. (2018). Gestão democrática da educação no Brasil: a emergência do direito à educação. Curitiba: Appris.

Ferreira, R. R.; Paro, T. P. (2017). As escolas militarizadas combatem a violência escolar? Uma análise sobre o conceito de violência sob a

perspectiva de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Theodor Adorno. Bebedouro/SP: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade.

Filgueiras, J. M. (2006). A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Artmed.

Fonseca, M., & de Oliveira, J. F. (2009). A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação Periódico científico editado pela ANPAE, 25(2).

Foucault, M. Microfísica do poder. (2014). Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Foucault, M. Vigiar e punir. (2013). Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 41ª edição

Freire, P. (1967). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. São Paulo.

Fundação Osório. (2020). A Fundação Osório.

<http://www.fosorio.g12.br/index.php?fosorio=afundacao>

Godoy, E. A., & Fernandes, M. D. E. (2021). Escolas cívico–militares: uma breve análise do decreto 10.004/19. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, 27(54).

Grizotes, B. D. M. C., & Frick, L. T. (2021). Escolas cívico-militares e o desenvolvimento da moralidade. *Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, 13(2), 63-92.

Gullar, F. (2014). *Antes do golpe: Notas sobre o processo que culminou no golpe militar de 1964*. Editora Companhia das Letras.

IBGE. Penalva. (2024). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/penalva.html>.

Jesus, A. R. de. (2011). *Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia – primeiros tempos: Formandos brasileiros e soldados (1957-1972)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Bahia. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia.

Leal, V. N. (1978). *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-ômega.

Libâneo, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola – Teoria e prática*. Editora Alternativa.

Libâneo, J. C. (2008). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5ª edição. Goiânia: MF Livros.

Lima, L. M., Bianchini, A. R., & Lima, F. C. S. (2019). Educação básica no Maranhão no primeiro Governo Dino: políticas e ações. In D. A. Oliveira, A. M. Duarte, & M. L. Rodrigues (Eds.), *A Política Educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Lima, M. E. (2018). *A educação para a cidadania e a militarização para a educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia.

Luchetti, M. S. R. (2006). O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba.

Lück, H. (2006). Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Editora Vozes.

Luz, D. (2022). A escola do medo: vigilância, repressão e humilhação nas escolas militarizadas. Tanto Mar Editores. Brasília.

Mallnowski, B. (1922). Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendedorismo e aventura dos nativos nos arquipelágos da Nova Guiné Melanésia. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Manzato, A. J & Santos, A. B. (2012) A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa Universidade Federal de Santa Catarina. Revista UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina.

Maranhão. (1948). Lei nº 269, de 31 de dezembro de 1948. Cria o Município de Penalva e dá outras providências.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Marcusso, M. (2020). A formação da elite militar brasileira: educação militar, escola de Estado-maior do exército e o Ministério da Guerra de Góes Monteiro (1934 1935). Revista Temáticas, 28(56), 70-106.

Meira, F. L., & Albino, J. P. (2022). A inovação social como ferramenta de combate à vulnerabilidade social.

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/235971>.

- Meirelles, B. M. S. D. (1990). Conflitos políticos e ideológicos nas Forças Armadas brasileiras:(1945 a 1964) (Doctoral dissertation).
- Mello, A. F., & Caetano, J. M. P. (2021). Gestão democrática e participativa na implementação da BNCC: análise do guia para gestores escolares. *Revista Ensino em Perspectivas*, 2(2), 1-19.
- Mendonça, E. F. (2019). Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? *Revista Retratos da Escola*, 13(27), 621-636.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Motta, J. (1998). *Formação do oficial do exército: currículos e regimes da academia militar 1810-1944*. Biblioteca do Exército.
- Nogueira, J. G. (2014). Educação militar no Brasil: um breve histórico= Military education in brazil: a brief history. *camine: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education*, 6(1), 146-172.
- Nogueira, J. G. (2014). Educação militar: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB).
<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2266>.
- Nóvoa, A. (1995). *Vidas de Professores*. 2ª edição. Porto: Editora, Porto.
- Oliveira, A. A. P., & Mathias, S. K. (2020). Profissionalização Militar: Notas sobre o sistema do Exército brasileiro. *Revista Temáticas*, 28(56), 38-69.
- Oliveira, W. F., Barbosa, L. R., & Lobão, M. S. P. (2021). Gestão democrática e participativa: notas teóricas sobre desafios à construção de uma educação integral no contexto dos institutos federais. *Revista Conexão na Amazônia*, edição especial, 131-150.

Paro, T. P. (2017). As escolas militarizadas combatem a violência escolar? Uma análise sobre o conceito de violência sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Theodor Adorno. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro SP, 4 (1): 65-87, 2017.

Paro, V. H. (2017). *Gestão democrática da escola pública*. Cortez Editora.

Paro, V. H. (2007). *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. São Paulo: Ática.

Penalva. (2024). O município de Penalva.

<https://www.penalva.ma.gov.br/cidades/cidades/>.

Pinto, J. M. R. (2014). Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. *Cadernos de Pesquisa*, 44(153), 624-644.

Pirassinunga, A. S. (1958). *O ensino militar no Brasil*. Bibliex.

Portaria nº 9.006, de 5 de novembro de 2018. (2018). Transforma o Colégio Estadual Professor Alexandre Leal Costa, código MEC n. 29001498, código SEC n. 1129831.

Queiroz, C. (2023). Desempenho em análise: Infraestrutura e orçamento aparecem em pesquisas como fatores importantes para resultado positivo de colégios militares e escolas militarizadas.

<https://revistapesquisa.fapesp.br/desempenho-em-analise/>.

Rodrigues, F. da S. (2008). *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Rosa, M. J. A. B. (2022). Estudo sobre o impacto da disciplina como eixo de aprendizagem na turma de 3ª série do ensino médio da escola pública com gestão militar Antônio Messias Gonçalves da Silva. Amapá, Brasil.

Santos, H. P. (2020). Roteiro para Elaboração de Projetos de Ação/Intervenção V. 2.0. Academia.Edu.https://www.academia.edu/4277732/roteiro_para_elabora%C3%87%C3%83o_de_projetos_de_a%C3%87%C3%83o_interven%C3%87%C3%83o_v_2_0.

Santos, R. C. (2013). Metodologia Científica: A Construção do Conhecimento. Volume 2 - Métodos Quantitativos. Atlas.

Santos, E. J. F., & Alves, M. F. (2022). Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. Cadernos de Pesquisa, 52.

Santos, H. P. (2018). Impactos provenientes da redocumentarização de acervos permanentes na pesquisa histórica. Tese de doutorado em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B68FWD>.

Santos, P. R. (2019). Escolas militares: ênfase ao Colégio Militar Feliciano Nunes Pires. In K. C. Portela & A. J. Schumacher (Eds.), Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira (Vol. 1). Ponta Grossa: Atena.

Santos, R. J. C. (2016). A militarização da escola pública em Goiás. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia.

Sennet, R. (2016). Autoridade (V. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Record.

Silva, L. P. et al (2021). A prática da agricultura familiar: Um estudo de caso no povoado flexal, Município de Penalva/MA. *Brazilian Journal of Development*, 7(10), 96390-96410.

Souza, G. M. (2019). Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB): uma referência de gestão educacional da rede federal de ensino brasileira. São Paulo.

Tavares, K. da S. (2008). A ética Castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo.

Tozoni-Reis, M. F. C. (2009). Metodologia da pesquisa (2ª ed.). Curitiba: IESDE Brasil S.A.

Verde, A. V., & Lima, F. D. C. S. (2021). Gestão democrática da escola pública com base no monitoramento do PEE do estado do Maranhão. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 434-455.

Vianna, F. J. O. (1956). *Evolução do povo brasileiro*. José Olympio.

Vicentini, C. (2014). *Corpo fardado: Adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana*. Editora UFG.

Zanotto, N., Scapinelli, L. R., & Trevisol, J. V. (2023). A nova direita e a educação básica no Brasil. SEPE-Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, 12.

ANEXOS

Anexo I – Carta de apresentação da UAA para recolhimento de dados



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ASUNCIÓN

Asunción, 21 de diciembre del 2023

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido del interesado, se comunica que **AMARILDO SILVEIRA PEREIRA** es alumno de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien, en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: **"SATISFAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR 2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES, FRENTE AO MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA CIVIL-MILITAR, SEGUNDO O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM)"**

A fin de recolectar datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución, se le concede al alumno, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

.....
José Antonio Torres
Presidente del Comité Científico
Universidad Autónoma de Asunción

Anexo II – Carta de autorização para realização da pesquisa

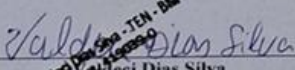


ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO DO CBMMA
PREFEITURA DE PENALVA – MA
COLEGIO MILITAR “2 DE JULHO” UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Penalva, 16 de março de 2024.

Atendendo à solicitação do estudante de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção – PY, Sr. Amarildo Silveira Pereira, autorizamos a realização da pesquisa de campo intitulada “Satisfação de Professores e Estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques no ano de 2024, sob o Modelo de Gestão Compartilhada Civil-Militar”. Solicitamos que todas as atividades relacionadas à pesquisa sejam previamente comunicadas à instituição.


Valdeci Dias Silva
TEN-3º

Anexo III – Questionário a aplicado aos alunos



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**Questionário fechado para os estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX -
Caldas Marques**

1. Você se sente apoiado(a) por professores e gestores em seu desenvolvimento acadêmico?
☐ () Sempre
☐ () Na maioria das vezes
☐ () Às vezes
☐ () Raramente
☐ () Nunca
2. Como você percebe a eficiência da gestão administrativa na escola?
☐ () Muito eficiente
☐ () Eficiente
☐ () Neutra
☐ () Ineficiente
☐ () Muito ineficiente
3. Em sua opinião, como o modelo cívico-militar influenciou sua experiência de aprendizado?
☐ () Muito positivamente
☐ () Positivamente
☐ () Neutramente
☐ () Negativamente
☐ () Muito negativamente
4. Você se sente ouvido(a) quando tem sugestões ou preocupações sobre a escola?
☐ () Sempre
☐ () Na maioria das vezes
☐ () Às vezes
☐ () Raramente
☐ () Nunca
5. Como é a comunicação entre a administração da escola e os alunos?
☐ () Muito eficaz
☐ () Eficaz
☐ () Neutra
☐ () Ineficaz
☐ () Muito ineficaz
6. Como você avalia a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada?
☐ () Excelente
☐ () Boa
☐ () Satisfatória
☐ () Insatisfatória

☐ Péssima

7. Como você se sente em relação às regras e regulamentos do modelo cívico-militar?

- ☐ Muito confortável
- ☐ Confortável
- ☐ Indiferente
- ☐ Pouco confortável
- ☐ Desconfortável

8. Você acha que a escola incentiva a participação dos alunos em decisões importantes como conselho de classe, grêmio estudantil, etc.?

- ☐ Sim, de forma significativa
- ☐ Sim, em certa medida
- ☐ Neutro
- ☐ Não o suficiente
- ☐ Não, de forma alguma

9. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques?

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Neutro
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Muito insatisfeito

10. Você acha que a escola promove a conscientização sobre a diversidade e a importância do respeito às diferenças?

- ☐ Sim, de forma significativa
- ☐ Sim, em certa medida
- ☐ Neutro
- ☐ Não o suficiente
- ☐ Não, de forma alguma

11. Como você percebe o tratamento dado aos alunos, independentemente de sua origem étnica, gênero ou orientação sexual?

- ☐ Muito justo
- ☐ Justo
- ☐ Neutro
- ☐ Injusto
- ☐ Muito injusto

12. Você já testemunhou ou experimentou discriminação com base em características pessoais, como gênero, origem étnica, religião ou orientação sexual na escola?

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, ocasionalmente
- ☐ Não, nunca

Anexo IV – Questionário aplicado aos professores



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN
CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Questionário fechado para os professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques

1. Em que aspectos o modelo de gestão compartilhada civil-militar contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ () Disciplina
- ☐ () Conteúdo
- ☐ () Metodologia
- ☐ () Avaliação
- ☐ () Todos os anteriores

2. Como você avalia o nível de motivação dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ () Muito alto
- ☐ () Alto
- ☐ () Médio
- ☐ () Baixo
- ☐ () Muito baixo

3. Como você avalia o nível de satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada civil-militar no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ () Muito alto
- ☐ () Alto
- ☐ () Médio
- ☐ () Baixo
- ☐ () Muito baixo

4. Como você avalia a eficiência da gestão administrativa da escola?

- ☐ () Muito eficiente
- ☐ () Eficiente
- ☐ () Neutro
- ☐ () Ineficiente
- ☐ () Muito ineficiente

5. Como você avalia o nível de aprendizagem dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ () Muito alto
- ☐ () Alto
- ☐ () Médio
- ☐ () Baixo
- ☐ () Muito baixo

6. Você acredita que suas sugestões e preocupações são ouvidas e consideradas pela administração da escola?

- ☐ Sempre
- ☐ Na maioria das vezes
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

7 – Como professor, você se sente confortável com as regras e regulamentos do modelo cívico-militar?

- ☐ Muito confortável
- ☐ Confortável
- ☐ Indiferente
- ☐ Pouco confortável
- ☐ Desconfortável

8. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques?

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Neutro
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Muito insatisfeito

9. Como você avalia o nível de comunicação entre os gestores civis, os gestores militares, os professores e os estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ Muito eficiente
- ☐ Eficiente
- ☐ Ineficiente
- ☐ Muito ineficiente

10. Como você avalia o impacto do modelo de gestão compartilhada civil-militar na formação cidadã dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ Muito positivo
- ☐ Positivo
- ☐ Neutro
- ☐ Negativo
- ☐ Muito negativo

11. Como você avalia o nível de participação e autonomia dos professores civis e estudantes nas decisões do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ Muito alto
- ☐ Alto
- ☐ Médio
- ☐ Baixo
- ☐ Muito baixo

12. Como você avalia o nível de respeito aos direitos humanos e à diversidade Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?

- ☐ Muito alto
- ☐ Alto
- ☐ Médio
- ☐ Baixo
- ☐ Muito baixo

Anexo V – Validação dos instrumentos – Especialista nº 01



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR 2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

Prezado(a) professor(a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é "Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar".

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada cívico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. São 12 (doze) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões 1, 2, 3 e 4 se relacionam ao **1º objetivo específico:** identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. As questões 5, 6, 7 e 8 têm como base o **2º objetivo específico:** avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Já as questões 9, 10, 11 e 12 se baseiam no **3º objetivo específico:** definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar.

Para tanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação** entre as questões formuladas e os objetivos a que se refere cada uma delas, bem como se há clareza na construção dessas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas SIM e NÃO devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. Caso alguma questão tenha suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e presta em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Tema: Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?	
Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	1. Em que aspectos o modelo de gestão compartilhada civil-militar contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques? () Disciplina () Conteúdo () Metodologia () Avaliação () Todos os anteriores		X			X		
	2. Como você avalia o nível de motivação dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho? () Muito alto () Alto () Médio () Baixo () Muito baixo		X			X		
	3. Como você avalia o nível de satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada civil-militar no Colégio Militar 2 de Julho? () Muito alto () Alto () Médio () Baixo		X			X		

Assinatura

	☐ Muito baixo							
	4. Como você avalia a eficiência da gestão administrativa da escola?							
	☐ Muito eficiente							
	☐ Eficiente							
	☐ Neutro	X				X		
	☐ Ineficiente							
	☐ Muito ineficiente							
Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	5. Como você avalia o nível de aprendizagem dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho?							
	☐ Muito alto							
	☐ Alto	X				X		
	☐ Médio							
	☐ Baixo							
	☐ Muito baixo							
	6. Você acredita que suas sugestões e preocupações são ouvidas e consideradas pela administração da escola?							
	☐ Sempre							
	☐ Na maioria das vezes	X				X		
	☐ Às vezes							
	☐ Raramente							
	☐ Nunca							
	7 – Como professor, você se sente confortável com as regras e regulamentos do modelo civico-militar?							
	☐ Muito confortável							
	☐ Confortável	X				X		
	☐ Indiferente							
	☐ Pouco confortável							
	☐ Desconfortável							

	8. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada civico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito satisfeito () Satisfeito () Neutro () Insatisfeito () Muito insatisfeito	X			X				
Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques.	9. Como você avalia o nível de comunicação entre os gestores civis, os gestores militares, os professores e os estudantes no Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito eficiente () Eficiente () Ineficiente () Muito ineficiente	X			X				
	10. Como você avalia o impacto do modelo de gestão compartilhada civil-militar na formação cidadã dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito positivo () Positivo () Neutro () Negativo () Muito negativo	X			X				
	11. Como você avalia o nível de participação e autonomia dos professores civis e estudantes nas decisões do Colégio Militar 2 de Julho? () Muito alto () Alto	X			X				

Handwritten signature

	☐ Médio						
	☐ Baixo						
	☐ Muito baixo						
12. Como você avalia o nível de respeito aos direitos humanos e à diversidade no Colégio Militar 2 de Julho?							
	☐ Muito alto						
	☐ Alto	x			x		
	☐ Médio						
	☐ Baixo						
	☐ Muito baixo						

Roxângela Lima Batista
 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - SPMH



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR 2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

Prezado(a) professor(a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é “Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar”.

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada cívico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. São 12 (doze) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões 1, 2, 3 e 4 se relacionam ao **1º objetivo específico:** identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. As questões 5, 6, 7 e 8 têm como base o **2º objetivo específico:** avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Já as questões 9, 10, 11 e 12 se baseiam no **3º objetivo específico:** definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar.

Para tanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação** entre as questões formuladas e os objetivos a que se refere cada uma delas, bem como se há **clareza** na construção dessas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. Caso alguma questão tenha suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Tema: Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar

Rafaela

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?	
Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	1. Você se sente apoiado(a) por professores e gestores em seu desenvolvimento acadêmico? () Sempre () Na maioria das vezes () Às vezes () Raramente () Nunca	x			x			
	2. Como você percebe a eficiência da gestão administrativa na escola? () Muito eficiente () Eficiente () Neutra () Ineficiente () Muito ineficiente	x			x			
	3. Em sua opinião, como o modelo cívico-militar influenciou sua experiência de aprendizado? () Muito positivamente () Positivamente () Neutramente () Negativamente () Muito negativamente	x			x			
	4. Você se sente ouvido(a) quando tem sugestões ou preocupações sobre a escola?	x			x			

13

	☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca							
Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	5. Como é a comunicação entre a administração da escola e os alunos? ☐ Muito eficaz ☐ Eficaz ☒ Neutra ☐ Ineficaz ☐ Muito ineficaz	x			x			
	6. Como você avalia a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada? ☐ Excelente ☐ Boa ☒ Satisfatória ☐ Insatisfatória ☐ Péssima	x			x			
	7 – Como você se sente em relação às regras e regulamentos do modelo civico-militar? ☐ Muito confortável ☐ Confortável ☒ Indiferente ☐ Pouco confortável ☐ Desconfortável	x			x			

Handwritten signature

	8. Você acha que a escola incentiva a participação dos alunos em decisões importantes como conselho de classe, grêmio estudantil, etc.? () Sim, de forma significativa () Sim, em certa medida () Neutro () Não o suficiente () Não, de forma alguma	x			x					
Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.	9. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada civico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito satisfeito () Satisfeito () Neutro () Insatisfeito () Muito insatisfeito	x			x					
Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques.	10. Você acha que a escola promove a conscientização sobre a diversidade e a importância do respeito às diferenças? () Sim, de forma significativa () Sim, em certa medida () Neutro () Não o suficiente () Não, de forma alguma	x			x					
	11. Como você percebe o tratamento dado aos alunos, independentemente de sua origem étnica, gênero ou orientação sexual?	x			x					

☐ Muito justo ☐ Justo ☐ Neutro ☐ Injusto ☐ Muito injusto							
12. Você já testemunhou ou experimentou discriminação com base em características pessoais, como gênero, origem étnica, religião ou orientação sexual na escola? ☐ Sim, frequentemente ☐ Sim, ocasionalmente ☐ Não, nunca	X			X			

Rosângela Vieira Batista
 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - IFMA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR 2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

Prezado(a) professor(a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é "Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar".

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penápolis/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada civico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. São 12 (doze) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões 1, 2, 3 e 4 se relacionam ao **1º objetivo específico:** identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. As questões 5, 6, 7 e 8 têm como base o **2º objetivo específico:** avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Já as questões 9, 10, 11 e 12 se baseiam no **3º objetivo específico:** definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.

Para tanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação** entre as questões formuladas e os objetivos a que se refere cada uma delas, bem como se há **clareza** na construção dessas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas SIM e NÃO devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. Caso alguma questão tenha suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Tema: Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?	
Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	1. Em que aspectos o modelo de gestão compartilhada civil-militar contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?							
	() Disciplina	X			X			
	() Conteúdo							
	() Metodologia							
	() Avaliação							
	() Todos os anteriores							
	2. Como você avalia o nível de motivação dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho?							
	() Muito alto	X			X			
	() Alto							
	() Médio							
	() Baixo							
	() Muito baixo							
	3. Como você avalia o nível de satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada civil-militar no Colégio Militar 2 de Julho?							
	() Muito alto	X			X			
	() Alto							
() Médio								
() Baixo								

	☐ Muito baixo 4. Como você avalia a eficiência da gestão administrativa da escola? ☐ Muito eficiente ☐ Eficiente ☐ Neutro ☐ Ineficiente ☐ Muito ineficiente								
Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	5. Como você avalia o nível de aprendizagem dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho? ☐ Muito alto ☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo ☐ Muito baixo								
	6. Você acredita que suas sugestões e preocupações são ouvidas e consideradas pela administração da escola? ☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca								
	7 – Como professor, você se sente confortável com as regras e regulamentos do modelo civico-militar? ☐ Muito confortável ☐ Confortável ☐ Indiferente ☐ Pouco confortável ☐ Desconfortável								



	8. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada civico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito satisfeito () Satisfeito () Neutro () Insatisfeito () Muito insatisfeito	X			X				
Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.	9. Como você avalia o nível de comunicação entre os gestores civis, os gestores militares, os professores e os estudantes no Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito eficiente () Eficiente () Ineficiente () Muito ineficiente	X			X				
10. Como você avalia o impacto do modelo de gestão compartilhada civil-militar na formação cidadã dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques.	() Muito positivo () Positivo () Neutro () Negativo () Muito negativo	X			X				
	11. Como você avalia o nível de participação e autonomia dos professores civis e estudantes nas decisões do Colégio Militar 2 de Julho? () Muito alto () Alto	X			X				

☐ Médio ☐ Baixo ☐ Muito baixo							
12. Como você avalia o nível de respeito aos direitos humanos e à diversidade no Colégio Militar 2 de Julho? ☐ Muito alto ☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo ☐ Muito baixo	X			X			

Genivaldo Mendes Nery
 MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL - UFMA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR 2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

Prezado(a) professor(a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é "Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar".

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada civico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. São 12 (doze) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões 1, 2, 3 e 4 se relacionam ao **1º objetivo específico:** identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. As questões 5, 6, 7 e 8 têm como base o **2º objetivo específico:** avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Já as questões 9, 10, 11 e 12 se baseiam no **3º objetivo específico:** definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.

Para tanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação** entre as questões formuladas e os objetivos a que se refere cada uma delas, bem como se há **clareza** na construção dessas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. Caso alguma questão tenha suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Tema: Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar.

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?	
Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	1. Você se sente apoiado(a) por professores e gestores em seu desenvolvimento acadêmico? () Sempre () Na maioria das vezes () Às vezes () Raramente () Nunca		X			X		
	2. Como você percebe a eficiência da gestão administrativa na escola? () Muito eficiente () Eficiente () Neutra () Ineficiente () Muito ineficiente		X			X		
	3. Em sua opinião, como o modelo civico-militar influenciou sua experiência de aprendizado? () Muito positivamente () Positivamente () Neutramente () Negativamente () Muito negativamente			X			X	
	4. Você se sente ouvido(a) quando tem sugestões ou preocupações sobre a escola?							

	☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca	X			X			
Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	5. Como é a comunicação entre a administração da escola e os alunos?							
	☐ Muito eficaz	X			X			
	☐ Eficaz							
	☐ Neutra							
	☐ Ineficaz							
	☐ Muito ineficaz							
	6. Como você avalia a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada?							
	☐ Excelente	X			X			
	☐ Boa							
	☐ Satisfatória							
	☐ Insatisfatória							
	☐ Péssima							
7 – Como você se sente em relação às regras e regulamentos do modelo civico-militar?								
☐ Muito confortável	X			X				
☐ Confortável								
☐ Indiferente								
☐ Pouco confortável								
☐ Desconfortável								

	8. Você acha que a escola incentiva a participação dos alunos em decisões importantes como conselho de classe, grêmio estudantil, etc? () Sim, de forma significativa () Sim, em certa medida () Neutro () Não o suficiente () Não, de forma alguma	X			X					
Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.	9. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada civico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito satisfeito () Satisfeito () Neutro () Insatisfeito () Muito insatisfeito	X			X					
Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques.	10. Você acha que a escola promove a conscientização sobre a diversidade e a importância do respeito às diferenças? () Sim, de forma significativa () Sim, em certa medida () Neutro () Não o suficiente () Não, de forma alguma	X			X					
	11. Como você percebe o tratamento dado aos alunos, independentemente de sua origem étnica, gênero ou orientação sexual?									

☐ Muito justo ☐ Justo ☐ Neutro ☐ Injusto ☐ Muito injusto	X			X			
12. Você já testemunhou ou experimentou discriminação com base em características pessoais, como gênero, origem étnica, religião ou orientação sexual na escola? ☐ Sim, frequentemente ☐ Sim, ocasionalmente ☐ Não, nunca	X			X			

Genivaldo Mendes Watto
 Mestre em História Social - UFMA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR
2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

Prezado(a) professor(a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é "Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar".

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada civico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. São 12 (doze) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões 1, 2, 3 e 4 se relacionam ao **1º objetivo específico:** identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. As questões 5, 6, 7 e 8 têm como base o **2º objetivo específico:** avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Já as questões 9, 10, 11 e 12 se baseiam no **3º objetivo específico:** definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.

Para tanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação** entre as questões formuladas e os objetivos a que se refere cada uma delas, bem como se há **clareza** na construção dessas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas SIM e NÃO devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. Caso alguma questão tenha suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Tema: Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar

Questionário para Professores (as)

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?	
Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na	1. Em que aspectos o modelo de gestão compartilhada civil-militar contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino	X			X			

qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques? ☐ Disciplina ☐ Conteúdo ☐ Metodologia ☐ Avaliação ☐ Todos os anteriores	X		X	X			
	2. Como você avalia o nível de motivação dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho? ☐ Muito alto ☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo ☐ Muito baixo	X			X			
	3. Como você avalia o nível de satisfação dos estudantes com o modelo de gestão compartilhada civil-militar no Colégio Militar 2 de Julho? ☐ Muito alto ☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo ☐ Muito baixo	X			X			
	4. Como você avalia a eficiência da gestão administrativa da escola? ☐ Muito eficiente ☐ Eficiente ☐ Neutro ☐ Ineficiente ☐ Muito ineficiente	X			X			
Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	5. Como você avalia o nível de aprendizagem dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho? ☐ Muito alto ☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo ☐ Muito baixo	X			X			
	6. Você acredita que suas sugestões e preocupações são ouvidas e consideradas pela administração da escola? ☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca	X			X			

	7 – Como professor, você se sente confortável com as regras e regulamentos do modelo civico-militar?							
	() Muito confortável							
	() Confortável	X						
	() Indiferente					X		
	() Pouco confortável							
	() Desconfortável							
	8. No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada civico-militar do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?							
	() Muito satisfeito							
	() Satisfeito							
	() Neutro							
	() Insatisfeito							
	() Muito insatisfeito	X					X	
Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão civico-militar.	9. Como você avalia o nível de comunicação entre os gestores civis, os gestores militares, os professores e os estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?							
	() Muito eficiente							
	() Eficiente							
	() Ineficiente	X						
Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	() Muito ineficiente							
	10. Como você avalia o impacto do modelo de gestão compartilhada civil-militar na formação cidadã dos estudantes no Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques?							
	() Muito positivo							
	() Positivo							
	() Neutro							
	() Negativo							
	() Muito negativo							
	11. Como você avalia o nível de participação e autonomia dos professores civis e estudantes nas decisões do Colégio Militar 2 de Julho?							
	() Muito alto							
	() Alto							
	() Médio							
	() Baixo							
	() Muito baixo	X					X	

12. Como você avalia o nível de respeito aos direitos humanos e à diversidade no Colégio Militar 2 de Julho? () Muito alto () Alto () Médio () Baixo () Muito baixo	X							

Wladimir Machado Coelho

Nome do Especialista

[Assinatura]

Assinatura do Especialista



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES DO 9º ANO DO COLÉGIO MILITAR 2 DE JULHO – UNIDADE XIX – CALDAS MARQUES

Prezado(a) professor(a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é “Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar”.

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a satisfação de docentes e discentes do 9º ano no Colégio Militar 2 de Julho - unidade XIX - Caldas Marques, situado em Penalva/MA, no ano de 2024, frente a uma gestão compartilhada cívico-militar, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e socioemocionais. São 12 (doze) as questões aqui propostas. Inicialmente as questões 1, 2, 3 e 4 se relacionam ao **1º objetivo específico:** identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na motivação de docentes e discentes. As questões 5, 6, 7 e 8 têm como base o **2º objetivo específico:** avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Já as questões 9, 10, 11 e 12 se baseiam no **3º objetivo específico:** definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar.

Para tanto, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação** entre as questões formuladas e os objetivos a que se refere cada uma delas, bem como se há **clareza** na construção dessas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando o campo de observação. As colunas **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. Caso alguma questão tenha suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão na observação. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Tema: Satisfação de professores e estudantes do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques, no ano de 2024, sob o modelo de gestão compartilhada civil-militar

OBJETIVO DA PESQUISA	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO	OBJETIVO DA QUESTÃO						OBSERVAÇÕES
		COERÊNCIA			CLAREZA			
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?	
Identificar os principais fatores da gestão escolar que influenciam na qualidade de ensino e na	1. Você se sente apoiado(a) por professores e gestores em seu desenvolvimento acadêmico? () Sempre () Na maioria das vezes () Às vezes () Raramente	X			X			

motivação de docentes e discentes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	☐ Nunca								
	2. Como você percebe a eficiência da gestão administrativa na escola? ☐ Muito eficiente ☐ Eficiente ☐ Neutra ☐ Ineficiente ☐ Muito ineficiente	X				X			
	3. Em sua opinião, como o modelo civico-militar influenciou sua experiência de aprendizado? ☐ Muito positivamente ☐ Positivamente ☐ Neutramente ☐ Negativamente ☐ Muito negativamente	X				X			
	4. Você se sente ouvido(a) quando tem sugestões ou preocupações sobre a escola? ☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ As vezes ☐ Raramente ☐ Nunca	X				X			
Avaliar a contribuição da gestão militar, associada à civil para a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes. Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho – Unidade XIX – Caldas Marques.	5. Como é a comunicação entre a administração da escola e os alunos? ☐ Muito eficaz ☐ Eficaz ☐ Neutra ☐ Ineficaz ☐ Muito ineficaz	X				X			
	6. Como você avalia a qualidade das aulas ministradas no modelo de gestão compartilhada? ☐ Excelente ☐ Boa ☐ Satisfatória ☐ Insatisfatória ☐ Péssima	X				X			
	7. Como você se sente em relação às regras e regulamentos do modelo civico-militar? ☐ Muito confortável ☐ Confortável ☐ Indiferente ☐ Pouco confortável ☐ Desconfortável	X				X			
	8. Você acha que a escola incentiva a participação dos alunos em decisões importantes como conselho de classe, grêmio estudantil, etc? ☐ Sim, de forma significativa ☐ Sim, em certa medida ☐ Neutro ☐ Não o suficiente	X				X			

	() Não, de forma alguma						
Definir o impacto nos docentes e discentes em relação à participação, comunicação, liderança, autonomia, transparência, respeito, confiança, cooperação e clima organizacional, frente a um modelo de gestão cívico-militar.	9 No geral, qual é o seu nível de satisfação com o modelo de gestão compartilhada cívico-militar do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques? () Muito satisfeito () Satisfeito () Neutro () Insatisfeito () Muito insatisfeito	X			X		
	10 Você acha que a escola promove a conscientização sobre a diversidade e a importância do respeito às diferenças? () Sim, de forma significativa () Sim, em certa medida () Neutro () Não o suficiente () Não, de forma alguma	X			X		
Público-alvo: professores do 9º ano do Colégio Militar 2 de Julho - Unidade XIX - Caldas Marques.	11 Como você percebe o tratamento dado aos alunos, independentemente de sua origem étnica, gênero ou orientação sexual? () Muito justo () Justo () Neutro () Injusto () Muito injusto	X			X		
	12 Você já testemunhou ou experimentou discriminação com base em características pessoais, como gênero, origem étnica, religião ou orientação sexual na escola? () Sim, frequentemente () Sim, ocasionalmente () Não, nunca	X			X		

Juliana Lino Machado Coelho

Nome do especialista

Assinatura

BIOGRAFIA DO AUTOR



Educador, Escritor e Ativista

Amarildo Silveira Pereira é um multifacetado educador, escritor e ativista brasileiro com uma trajetória dedicada ao ensino e à defesa dos direitos sociais.

Formação Acadêmica: Possui sólida formação acadêmica, com graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e especialização em

Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pelo Instituto de Educação Superior Franciscano (IESF). Atualmente, é mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma Asunción (UAA), no Paraguai, onde também cursa o doutorado na mesma área.

Carreira Docente: Com vasta experiência no magistério, atua como professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Ensino Médio da rede estadual do Maranhão, além de lecionar Língua Portuguesa no Ensino Fundamental no município de Penalva/MA.

Atuação Sindical e Ativismo Social: Paralelamente à docência, **Amarildo Silveira Pereira** é um engajado líder sindical e ativista pela educação pública e pelos direitos dos trabalhadores. Ele preside o Sindicato do Servidor Público Municipal de Penalva (**SINDSEMPE**), cargo que já ocupou em outras duas gestões. Sua influência se estende a níveis mais amplos, sendo Secretário de Formação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas do Estado do

Maranhão (**SINPROESEMMA**), Secretário Adjunto da Direção Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e membro do Fórum Estadual de Educação do Maranhão (FEEMA).

Produção Literária: Além de diversos artigos científicos publicados, **Amarildo Silveira Pereira** fez sua estreia no universo literário em novembro de 2024, lançando seu primeiro livro: "As Aventuras de Fite: O Guardião do Olho do Tucueiro".

REDES SOCIAIS:

Instagram: @amarildopereira3851

Facebook:

<https://www.facebook.com/amarildo.silveira.3?mibextid=ZbWKwL>

Tik Tok: @amarildosilveira55

WhatsApp: (98) 982636697



EDITORIA EDFIKA

WWW.EDITORAEDFIKA.COM.BR

82 9 9376 2377

Praça Menino Jesus, 85. Santa Esmeralda

Arapiraca-Alagoas

57312-080

